



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

ANA LAURA TRIDAPALLI

**O HOMICÍDIO CONJUGAL NO PLANALTO CATARINENSE E NA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra Lucienne Martins Borges

FLORIANÓPOLIS, SC  
2020

ANA LAURA TRIDAPALLI

**O HOMICÍDIO CONJUGAL NO PLANALTO CATARINENSE E NA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção de grau de Doutora em Psicologia,  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Lucienne Martins-  
Borges

FLORIANÓPOLIS, SC  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tridapalli, Ana Laura  
O Homicídio conjugal no Planalto Catarinense e na Grande  
Florianópolis : um estudo comparativo / Ana Laura  
Tridapalli ; orientadora, Lucienne Martins-Borges, 2020.  
172 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Homicídio conjugal no meio rural e  
urbano. . I. Martins-Borges, Lucienne. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia. III. Título.

Ana Laura Tridapalli  
**O Homicídio conjugal no Planalto Catarinense e na Grande Florianópolis: um estudo comparativo**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Lucienne Martins-Borges, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Andreia Isabel Giacomozzi, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Glaucia de Oliveira Assis, Dr.(a)  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Prof.(a) Sheila Rubia Lindner, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Psicologia.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a) Lucienne Martins Borges, Dr.(a)  
Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

Dedico esta tese às pessoas em situação de violência conjugal e às vítimas de homicídio conjugal no estado de Santa Catarina.

## AGRADECIMENTOS

‘Não há como crescer sozinho’. Entendo o crescimento como um processo progressivo que nos transforma de forma positiva, aumentando nossa capacidade intelectual, afetiva e emocional. Vejo o doutorado como uma das etapas mais intensas e significativas de crescimento em minha vida. Essa transformação foi possível, porque tive a oportunidade e a sorte de ter tido bons encontros nessa trajetória.

O primeiro desses encontros foi com minha orientadora. À Lucienne, quero deixar toda a minha gratidão e admiração. Há 10 anos, ela por “acaso” se tornou minha supervisora de estágio. Foi um encontro num dos momentos mais difíceis de minha vida, pois havia perdido meu pai. Não por acaso ela se tornou minha orientadora de doutorado. Sua energia e vitalidade são exemplos que me servem de motivação em todos os momentos que preciso de boas identificações. Ela impulsiona, amplia o horizonte, nos retira do lugar de conforto, mas nunca nos abandona, está sempre lá para nos dar a mão! Crescer assim, é muito mais fácil!!

À querida Mariá, amiga que esteve comigo desde a construção do projeto para a seleção do curso de doutorado. Devo muito a você, pelas leituras, encontros, risadas. Essa tese tem muito de você.

Aos colegas do Nempsic, foram muitos nesses cinco anos. Márcio, Allyne, Maiara, Cecília, Ana Sofia, Paola, Gustavo, Alysson, Ana Paula, Tiago, Vitória, Luiz e tantos outros que compartilhei bons momentos. Obrigada pelas festas, comidinhas, grupos de estudo, elaborações e análises! Esse núcleo é especial!!

Aos colegas de projeto Natália, Júlia, Laura, Helena, João, Paula e Bruna. À Natália, sempre questionadora e atenciosa me fez crescer muito na pesquisa acadêmica, obrigada! À Laura, sempre ágil e disposta a ajudar. À Júlia, agregadora, que tanto auxiliou na digitalização dos processos e pesquisas no TJ. Ao João, sempre com um novo artigo, uma nova pesquisa sobre a epistemologia de nosso projeto. À Helena, pela colaboração na organização das pastas e processos. À Paula, pelo auxílio na pesquisa e pelos cuidados com a minha filha! A Bruna, que chegou no final do percurso, mas que tanto ajudou no período de licença maternidade possibilitando a pesquisa ainda em adiantamento no TJ, sempre atenciosa comigo e minha filha.

À amiga Mariana Livramento, companheira da graduação em Psicologia, sempre disponível para me ajudar nas disciplinas de estatística ou para uma boa conversa.

À Carol, pelos cafés da tarde com bolo e lembranças, e o cuidado com a Helena.

Aos servidores da pós-graduação em Psicologia, Gileade e Silvana, sempre atenciosos. Aos professores das disciplinas cursadas que me possibilitaram tanto crescimento, Mauro, Roberto, Daniela, Andreia, Carlos e Adriano.

À CAPES que ao conceder as bolsas de estudos durante todos esses anos, possibilitou esta pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 bolsista DS.

Ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Às desembargadoras Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer e Salete Silva Sommariva. Aos servidores do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GDF) Mariane Stähelin da Silva, Cláudia Turnes da Silva Martins, João Roberto Lange de Lins Neves, Reni Machado Filho, Ronaldo Marques de Araujo Junior. E especialmente às servidoras da Coordenadoria da mulher em situação de violência doméstica e familiar, (CEVID) Michelle de Souza Gomes Hugill, Cibeline Piazza Ferreira e Jussara Aparecida Barboza. Pela disponibilidade de espaço, atenção e cuidado que proporcionaram em todos os meses de pesquisa a mim e aos demais colegas do projeto, obrigada. Quero deixar o meu agradecimento à Michelle, pois sua mediação com as comarcas foi imprescindível para agilizar o processo de pesquisa.

Às professoras Dra Andreia Isabel Giacomozzi, Dra Sheila Rubia Lindner, Dra Glaucia de Oliveira Assis, Dra. Ana Lúcia Mandelli De Marsillac, Dra. Silvia Nogueira Cordeiro, por aceitarem fazer parte da banca de defesa de tese.

Não há como escrever estas linhas sem mencionar a pandemia do novo coronavírus. Com certeza só consegui terminar a escrita dessa tese, pois contei com a ajuda de toda minha família, em especial de minha mãe. Ela que me possibilitou os primeiros passos, continua segurando minha mão.

Obrigada mãe, pelo incentivo em todo percurso do doutorado: na seleção, na pesquisa, na escrita e, por fim, na conclusão desse projeto. Obrigada por cuidar de mim e da Helena, minha filha. Sem você e sua fé, não teria conseguido chegar até aqui.

À minha irmã, entre tantos auxílios e acolhida, sempre solícita, facilitando a comunicação e a efetivação desse projeto junto ao TJ. Ao meu cunhado, que lá no início do processo seletivo fez leituras atentas do projeto. Às minhas queridas sobrinhas Cecilia e Manuela, que alegraram meus dias de descanso.

Aos meus sogros que sempre me incentivaram, inclusive me agraciando com uma cadeira confortável e elegante para os anos de doutorado. Ao meu cunhado Ariel, Mia e Lina pela alegria do encontro.

E por fim, gostaria de agradecer ao meu marido, Guido, que compreendeu meu desejo em realizar um curso de doutorado, me incentivou e acreditou no meu projeto de pesquisa. Entendeu minhas ausências e conflitos. E no meio de tudo isso, foi parceiro na busca por outro grande desejo, ter um filho(a). Quando a pesquisa estava quase encerrada, nasceu nossa querida filha, Helena!

À Helena, agradeço a experiência mais fantástica e transformadora que eu pude ter: possibilitar o crescimento de um ser humano. Ao mesmo tempo em que a ajudo a crescer, cresço junto com ela.



Tridapalli, A. L. **Homicídio conjugal no Planalto Catarinense e na Grande Florianópolis: um estudo comparativo.** Florianópolis, 2020. Tese de Doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra Lucienne Martins-Borges

Data da defesa: 07 de dezembro de 2020

## RESUMO

O homicídio conjugal é um tipo de homicídio que ocorre durante a relação ou após a separação, nas relações entre parceiros íntimos vinculados por matrimônio, união estável ou namoro. Este tipo de homicídio tem consequências para todos os familiares da vítima e do perpetrador(a). Quase metade das mulheres assassinadas no mundo são mortas pelo marido ou namorado. No Brasil, entre os anos de 2003 e 2013, houve um crescimento na morte de mulheres, sendo que 33,2% desses homicídios foram cometidos pelo parceiro íntimo. Não há uma sistematização dos casos de homicídio conjugal no Brasil, tão pouco se tem informações sobre as características desses homicídios em que se destacam as diferenças regionais. Esta tese teve como objetivo mapear as principais semelhanças e diferenças dos casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense entre 2005 e 2017. A região do Planalto Catarinense é predominante rural, enquanto a região da Grande Florianópolis, urbana. É um estudo exploratório, com abordagem quantitativa, tendo como fontes documentais os processos criminais disponíveis no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Como critérios de inclusão, selecionaram-se apenas os casos de homicídio entre casais heterossexuais. Os resultados apontaram que a região do Planalto Catarinense apresentou o maior número de ocorrências de homicídio conjugal. Foram identificadas as seguintes semelhanças entre as duas regiões, em relação ao perfil sociodemográfico do autor do homicídio: homens, brasileiros, na faixa etária de 30 anos, brancos, católicos, com ensino fundamental incompleto e trabalhadores não qualificados. Os homicídios aconteceram predominantemente nos finais de semana, durante a noite e a madrugada e o meio mais utilizado foi a faca. Os relacionamentos, em sua maioria, tinham menos de cinco anos de vínculo conjugal. Os resultados demonstraram que o perfil sociodemográfico dos autores de homicídio conjugal, nas duas regiões, é distinto das populações regionais. As influências do contexto sociocultural puderam ser identificadas na expressão da violência, que diferiu nas duas regiões. Na Grande Florianópolis, houve mais ocorrências referentes à violência moral e psicológica, e a *separação* foi a maior motivação. No Planalto Catarinense, a violência física foi a maior expressão entre os tipos de violência, e o ciúme e o desejo de vingança foram os maiores desencadeadores dos casos de homicídio conjugal. Percebeu-se ainda, que no Planalto Catarinense, região com características rurais, existe uma tendência a resolver os conflitos dentro da esfera doméstica e, conseqüentemente, menos visibilidade para o problema da violência conjugal. Nos últimos cinquenta anos, a região do Planalto Catarinense, teve menos processos migratórios se mantendo mais tradicional nos costumes e moralidade com poucos espaços para questionamentos das relações de gênero. A ausência de espaços objetivos e subjetivos para o reconhecimento e elaboração do sofrimento psíquico podem explicar a ocorrência de casos de homicídio conjugal nas duas regiões. A maior ocorrência de casos no Planalto Catarinense demonstra que nos espaços com características rurais as redes de apoio e a presença do estado são ainda menos eficazes ou não autorizadas quando se trata de conflitos na esfera conjugal.

**Palavras-chave:** Homicídio conjugal. Femicídio. Crime passional. Violência doméstica. Violência de gênero.

Tridapalli, A. L. **Spousal Homicide at Planalto Catarinense and Greater Florianópolis: a comparative study.** Florianópolis, 2020. Thesis (Doctorate in Psychology) Postgraduate Program in Psychology, Federal University of Santa Catarina.

### ABSTRACT

Spousal homicide is a kind of homicide that occurs during the relationship or after separation, in relationships between intimate partners linked by marriage, stable union or dating. This type of homicide has consequences for all relatives of the victim and the perpetrator. Almost half of the women murdered in the world are killed by their husband or boyfriend. In Brazil, between the years 2003 and 2013, there was an increase in the death of women, with 33.2% of these homicides being committed by an intimate partner. There is no systematization of cases of spousal homicide in Brazil, nor is there any information on the characteristics of these homicides in which regional differences stand out. This thesis aimed to map the main similarities and differences of the cases of marital homicide in the Greater Florianópolis and Planalto Catarinense between 2005 and 2017. The Planalto Catarinense region is predominantly rural, while the Greater Florianópolis region is urban. It is an exploratory study, with a quantitative approach, based on the criminal proceedings available at the Santa Catarina Court of Justice. As inclusion criteria, only cases of homicide among heterosexual couples were selected. The results showed that the Planalto Catarinense region had the highest number of spousal homicides. The following similarities were identified between the two regions, in relation to the sociodemographic profile of the murderer: men, Brazilians, aged 30 years, white, Catholics, with incomplete elementary education and unskilled workers. Homicides occurred predominantly on weekends, during the night and at night, and the most used means was the knife. Most of the relationships had less than five years of marital bond. The results showed that the sociodemographic profile of the authors of marital homicide, in the two regions, is distinct from the regional populations. The influences of the socio-cultural context could be identified in the expression of violence, which differed in the two regions. In Greater Florianópolis, there were more occurrences related to moral and psychological violence, and separation was the biggest motivation. In Planalto Catarinense, physical violence was the greatest expression among the types of violence, and jealousy and the desire for revenge were the biggest triggers of cases of marital homicide. It was also noticed that in Planalto Catarinense, a region with rural characteristics, there is a tendency to resolve conflicts within the domestic sphere and, consequently, less visibility for the problem of conjugal violence. In the last fifty years, the Planalto Catarinense region has had less migratory processes, remaining more traditional in customs and morality with few spaces for questioning gender relations. The absence of objective and subjective spaces for the recognition and elaboration of psychological suffering may explain the occurrence of cases of marital homicide in both regions. The greater occurrence of cases in Planalto Catarinense shows that in spaces with rural characteristics, support networks and the presence of the state are even less effective or unauthorized when it comes to conflicts in the marital sphere.

**Keywords:** Spousal Homicide. Femicide. Passion Crime. Domestic violence. Gender violence.

Tridapalli, A. L. **Homicide Conjugal no Planalto Catarinense e na Grande Florianópolis: um estudo comparativo.** Florianópolis, 2020. Thèse (Doctorat en Psychologie) Programme d' Études Supérieures en Psychologie, Université Fédérale de Santa Catarina.

## RESUMÉ

L'homicide conjugal est un type d'homicide qui survient pendant les rapports sexuels ou après la séparation, dans les relations entre partenaires intimes liés par le mariage, l'union stable ou les fréquentations. Ce type d'homicide a des conséquences pour tous les proches de la victime et de l'agresseur. Près de la moitié des femmes assassinées dans le monde sont tuées par leur mari ou leur petit ami. Au Brésil, entre les années 2003 et 2013, il y a eu une augmentation des décès de femmes, 33,2% de ces homicides étant commis par un partenaire intime. Il n'y a pas de systématisation des cas d'homicides conjugaux au Brésil, ni d'informations sur les caractéristiques de ces homicides dans lesquelles des différences régionales ressortent. Cette thèse visait à cartographier les principales similitudes et différences des cas d'homicide conjugal dans la région du Grand Florianópolis et de Planalto Catarinense entre 2005 et 2017. La région de Planalto Catarinense est principalement rurale, tandis que la région du Grand Florianópolis est urbaine. Il s'agit d'une étude exploratoire, avec une approche quantitative, basée sur les procédures pénales disponibles à la Cour de justice de Santa Catarina. Comme critères d'inclusion, seuls les cas d'homicide chez les couples hétérosexuels ont été sélectionnés. Les résultats ont montré que la région de Planalto Catarinense avait le plus grand nombre d'homicides conjugaux. Les similitudes suivantes ont été identifiées entre les deux régions, en relation avec le profil sociodémographique du meurtrier: hommes, Brésiliens, âgés de 30 ans, blancs, catholiques, avec une scolarité élémentaire incomplète et travailleurs non qualifiés. Les homicides ont eu lieu principalement le week-end, la nuit et la nuit, et le moyen le plus utilisé était le couteau. La plupart des relations avaient moins de cinq ans de lien conjugal. Les résultats ont montré que le profil sociodémographique des auteurs d'homicides conjugaux, dans les deux régions, est distinct des populations régionales. Les influences du contexte socioculturel pourraient être identifiées dans l'expression de la violence, qui différait dans les deux régions. Dans le Grand Florianópolis, il y a eu plus d'événements liés à la violence morale et psychologique, et la séparation était la plus grande motivation. Dans Planalto Catarinense, la violence physique était la plus grande expression parmi les types de violence, et la jalousie et le désir de vengeance étaient les plus grands déclencheurs des cas d'homicide conjugal. On a également remarqué qu'à Planalto Catarinense, une région aux caractéristiques rurales, il y a une tendance à résoudre les conflits au sein de la sphère domestique et, par conséquent, moins de visibilité pour le problème de la violence conjugale. Au cours des cinquante dernières années, la région de Planalto Catarinense a connu moins de processus migratoires, restant plus traditionnelle dans les coutumes et la moralité avec peu d'espaces pour questionner les relations de genre. L'absence d'espaces objectifs et subjectifs de reconnaissance et d'élaboration de la souffrance psychologique peut expliquer la survenue de cas d'homicide conjugal dans les deux régions. La plus grande occurrence des cas à Planalto Catarinense montre que dans les espaces aux caractéristiques rurales, les réseaux de soutien et la présence de l'État sont encore moins efficaces ou non autorisés lorsqu'il s'agit de conflits dans la sphère conjugale.

**Mots clés :** Homicide conjugal. Féminicide. Crime passionnel. Violence domestique. Violence sexiste.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa densidade demográfica região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis.....	48
Figura 2 - Fluxograma dos procedimentos de coleta de dados.....	54
Figura 3 - Objetivos específicos e questões correspondentes.....	57
Figura 4 - Síntese Análise de dados.....	61
Figura 5 – Gráfico - Número de homicídios por ano.....	83
Figura 6 - Gráfico - Kaplan-Meier da curva de sobrevivência geral.....	122
Figura 7 – Gráfico - Kaplan-Meier da curva de sobrevivência por região.....	123
Figura 8 - Gráfico - Qualidade do ajuste preditivo por k-fold em função do parâmetro de regularização.....	124

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base de dados internacionais pesquisadas e descritores utilizados.....	32
Tabela 2 - Base de dados nacionais pesquisadas e descritores utilizados.....	32
Tabela 3 - Base de dados internacionais pesquisadas e descritores utilizados.....	38
Tabela 4 - Dados sociodemográficos – sexo, idade, cor, religião e grau de instrução de instrução.....	65
Tabela 5 - Dados sociodemográficos – trabalho.....	67
Tabela 6 - Atividades econômicas geradoras de emprego segundo dados do Ministério do Trabalho para o ano de 2011.....	69
Tabela 7 – Dados sociodemográficos – renda e coabitação.....	71
Tabela 8 – Dados sociodemográficos – Nacionalidade, Região, Estado.....	72
Tabela 9 – Número de homicídios conjugais por cidades.....	78
Tabela 10 – Variáveis factuais: homicídio-suicídio, acusação e sentença.....	80
Tabela 11– Variáveis factuais: local do crime, turno do dia, dia da semana e mês do ano.....	82
Tabela 12 – Variáveis factuais: indícios intoxicação, meio utilizado e após o ato.....	85
Tabela 13 – Variáveis factuais: perfil da vítima- sexo e faixa etária.....	85
Tabela 14 – Variáveis factuais: ligação entre o casal, tempo de relação e tempo de separação.....	87
Tabela 15 – Variáveis situacionais e psicológicas: criminalidade, violência conjugal, episódios de separação e maus-tratos aos filhos e/ou enteados.....	94
Tabela 16 - Variáveis situacionais e psicológicas: consumo abusivo de álcool, consumo abusivo de substâncias, condição médica geral, consultas profissionais da saúde, diagnósticos antes e depois do homicídio, internações psiquiátricas.....	98
Tabela 17 - Indícios comportamentais precursores nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.....	105
Tabela 18 - Motivação dos casos de homicídio conjugal das regiões da Grande Florianópolis e Planalto Catarinense.....	113
Tabela 19 - Razão de risco das variáveis selecionadas por Lasso.....	124

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das semelhanças e diferenças referentes ao perfil sociodemográfico dos autores de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis (GF) e do Planalto Catarinense (PL).....	76
Quadro 2 – Síntese das semelhanças e diferenças referentes as variáveis factuais dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	90
Quadro 3 – Síntese das semelhanças e diferenças referentes as variáveis situacionais dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	101
Quadro 4 – Síntese das semelhanças e diferenças referentes aos indícios comportamentais precursores dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	109
Quadro 5 – Síntese das semelhanças e diferenças referentes às motivações dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	117
Quadro 6 – Classificação dos homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense quanto à motivação.....	121
Quadro 7 – Documento 1 Perfil dos homicídios conjugais nas duas regiões a partir dos dados descritivos.....	126
Quadro 8 – Documento 2 Diferença no Perfil dos autores de homicídio conjugal em relação ao perfil populacional de cada região.....	128
Quadro 9 – Documento 3 Ficha informativa - Grande Florianópolis.....	129
Quadro 10 – Documento 4 Ficha Informativa - Planalto Catarinense.....	130

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GF – Grande Florianópolis

PL – Planalto Catarinense

SAJ – Sistema de automação do Judiciário

SSP/SC- Secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

IDH - índice de desenvolvimento humano

STD – Secretaria de desenvolvimento territorial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina

CEVID - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica

IRMHC - Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

DSM- 5 - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. OBJETIVOS: .....</b>	<b>23</b>
2.1 Objetivo geral.....	23
2.2 Objetivos específicos.....	23
<b>3. MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>24</b>
3.1 Homicídio conjugal: diferentes denominações.....	24
3.2 O olhar psicanalítico sobre o homicídio conjugal.....	26
3.2.1 Violência e agressividade.....	26
3.2.2 Passagem ao ato violento.....	28
3.2.3 A dinâmica do homicídio conjugal.....	29
3.3 Revisão de literatura.....	31
3.3.1 O Estado da Arte.....	32
3.3.2 Variáveis sociodemográficas.....	34
3.3.3 Variáveis factuais.....	35
3.3.4 Variáveis situacionais e psicossociais.....	36
3.3.5 Motivações.....	37
3.4 Revisão de literatura: o homicídio conjugal no meio rural e urbano.....	38
3.5 A região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	42
3.5.1 A região da Grande Florianópolis.....	42
3.5.2 A região do Planalto Catarinense.....	45
3.5.3 Definição de espaço rural e urbano.....	47
<b>4.MÉTODO.....</b>	<b>51</b>
4.1 Delineamento da pesquisa.....	51
4.2 Fontes de dados e amostra.....	51
4.3 Procedimentos éticos.....	52
4.4 Procedimentos de coleta de dados.....	53
4.5 Instrumentos para coleta de dados.....	55
4.6 Tratamento e Análise dos dados.....	57
4.6.1 Descrição das análises.....	57
4.6.1.1 Análise descritiva por região.....	57
4.6.1.2 Análise da diferença entre as regiões (homogeneidade).....	58
4.6.1.3 Análise de aderência dos dados das amostras aos dados populacionais.....	58
4.6.1.4 Avaliação de fatores de risco e fatores protetivos.....	58
4.6.1.5 Documentos para construção de protocolos.....	60
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>62</b>
5.1 Variáveis sociodemográficas dos autores de homicídio conjugal da Região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	63
5.1.1 Síntese das variáveis sociodemográficas referentes aos autores de homicídio conjugal.....	73
5.2 Variáveis factuais.....	77
5.2.1 Síntese das principais semelhanças e diferenças referentes as variáveis factuais dos casos de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	88



5.3 Variáveis situacionais.....	91
5.3.1 Síntese das principais semelhanças e diferenças referentes às variáveis situacionais dos casos de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	99
5.4 Indícios comportamentais precursores.....	102
5.4.1 Semelhanças e diferenças dos indícios precursores nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.....	107
5.5 Motivação.....	110
5.5.1 Semelhanças e diferenças das motivações dos homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense.....	117
5.5.2 Classificação dos homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense quanto à motivação.....	118
5.6 Identificação de fatores de risco e de proteção.....	122
5.7 Proposta de futuros protocolos de prevenção para os casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.....	126
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>152</b>
ANEXO 1 Número de homicídios passionais por região registrados pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (2008-2015).....	152
ANEXO 2 – Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal.....	153
ANEXO 3 – Modelo Ficha de registro.....	171

## 1 INTRODUÇÃO

*São José, nove de junho de 2011, homem mata a ex-namorada estrangulada. Florianópolis, sete de dezembro de 2011, homem mata ex-mulher a facadas e se suicida. Bom Retiro, doze de maio de 2013, homem mata namorada com treze facadas. Biguaçu, vinte e oito de agosto de 2013, polícia prende mulher suspeita de mandar matar marido. São Joaquim, vinte e um de agosto de 2015, homem confessa ter esquartejado mulher e dá detalhes do crime.<sup>1</sup>*

Os homicídios veiculados em notícias de jornais são expressões de um tipo de homicídio que ocorre em relações de intimidade, denominado pela literatura científica como homicídio conjugal (Wilson, Daly, & Wright, 1993; Cusson & Boisvert, 1994; Bénézech, 1996; Frigon, 1996, 2003; Gondolf & Shestakov, 1997; Websdale, 1999; Bourget, Gagné, & Moamai, 2000; Campbell, Sharps, & Glass, 2001). Esse homicídio acontece em relações conjugais oficiais, como o casamento, ou uniões não oficiais, como namoro e união estável. Pode se expressar durante a relação ou após a separação do casal, impactando todos os familiares, em especial os filhos, tendo consequências inclusive para a sociedade com a prisão do perpetrador (a) (Dutton, 2001; Martins-Borges, 2011; Tridapalli, Rocha, Ruffier & Martins-Borges, 2018).

Arreguy (2011) ressalta que afirmações mais seguras sobre a epidemiologia de homicídios entre parceiros íntimos no Brasil dependem de estudos mais exaustivos, como a criação de um banco de dados nacional e a sistematização dos casos de homicídio conjugal. Existem mais informações quantitativas sobre as mortes de mulheres por seus parceiros íntimos, tendo em vista a prevalência de homicídios conjugais cometidos pelo sexo masculino (Dutton, 2001; Campbell, Sharps, & Glass, 2001). A Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil/ mulheres no Brasil, no ano de 2013. Esse dado fez com que o Brasil ocupasse a 5ª posição no que se refere a violência contra a mulher naquele ano entre os 83 países analisados (WHO, 2014). O mapa da violência, que faz um trabalho importante de sistematização dos crimes violentos no Brasil, apontou que houve crescimento na morte de mulheres no Brasil entre os anos de 2003 e 2013, e que 33,2% desses homicídios foram cometidos pelo parceiro íntimo (Waiselfisz, 2015).

---

<sup>1</sup> Notícias publicadas em jornais de circulação estadual.

Não existem dados sobre as mortes de homens vítimas de homicídio conjugal, no Brasil, ainda que as pesquisas apontem menor ocorrência, estes homicídios precisam ser investigados e analisados a fim de se obter uma compressão do fenômeno (Tridapalli, Rocha, Ruffier & Martins-Borges, 2018). Há escassez, também, de dados sobre as taxas de homicídios conjugais, por região, no Brasil. O Mapa da Violência apresenta apenas as taxas de mortes de mulheres entre os estados da federação. Chama atenção as taxas de Roraima e Espírito Santo - que ficaram bem acima da média nacional que foi de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres em 2013 - com 15,3 homicídios por 100 mil e 9,3 homicídios por 100 mil mulheres, respectivamente (Waiselfisz, 2015).

Nos Estados Unidos, as taxas de homicídio conjugal são distintas entre as regiões rurais e urbanas (Websdale & Johnson, 1998; Gallup-Black, 2005). No Brasil, até a oficialização da Lei do Feminicídio, (Lei 13.104, 2015), não havia registros oficiais das mortes dentro da esfera conjugal. O que ocorria nos estados da federação era somente a notificação, por parte das Secretarias de Segurança Pública, das mortes em que a motivação era passional<sup>2</sup>. Pela ausência de um banco de dados nacional, os registros estaduais de crimes passionais fornecem pistas importantes para a investigação do homicídio conjugal pelas quais é possível um mapeamento do número de ocorrências e as características do fenômeno. Classificados dentro desta compreensão de homicídio passional, registrou-se, na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC)<sup>3</sup>, – entre 2008<sup>4</sup> e o primeiro semestre de 2015 – a ocorrência de quinhentos e oitenta e cinco homicídios passionais. A região que apresentou o maior número de homicídios passionais foi o Planalto Catarinense<sup>5</sup>: 16,71 homicídios a cada 100mil/habitantes, o que configurou uma média de oito casos/ano. A região que apresentou o menor número foi a Grande Florianópolis<sup>6</sup> com média anual de sete homicídios, o que totaliza 6,1 mortes por 100 mil/habitantes. A região do Planalto

---

<sup>2</sup> A notificação do crime passional pode incluir, além do homicídio de um cônjuge, uma terceira vítima, como um amante, por exemplo. A partir de 2015, a Secretaria de Segurança Pública utiliza a classificação Feminicídio para as mortes de mulheres por questões de gênero. O homicídio conjugal, por sua vez, considera apenas a morte do parceiro íntimo, homem e/ou mulher. A discussão acerca da terminologia adotada neste projeto será realizada no segundo capítulo.

<sup>3</sup> Secretaria de Segurança Pública SC. Homicídios em Santa Catarina. 2015. Dados solicitados à Secretaria pela pesquisadora. Verificar ANEXO 1.

<sup>4</sup> Ano em que a Secretaria iniciou o registro dos casos de homicídio passional no Estado.

<sup>5</sup> Circunscrição adotada pela Secretaria de Segurança Pública. Essa região também é conhecida como Planalto Serrano, ou Serra catarinense. Nessa pesquisa será utilizado o termo adotado pela SSP/SC que além dos municípios da Serra Catarinense abrange cidades do meio oeste catarinense.

<sup>6</sup> No capítulo 3 serão apresentadas as cidades que compõem as regiões em destaque.

Catarinense é predominantemente rural, enquanto que a da Grande Florianópolis é umas das principais regiões metropolitanas do estado<sup>7</sup>. Portanto, esses dados vão ao encontro das pesquisas americanas que têm destacado o meio – rural ou urbano – como uma importante variável relacionada ao homicídio conjugal (Websdale & Johnson, 1998; Gallup-Black, 2005).

A compreensão do homicídio conjugal não pode estar dissociada do conceito de violência. A teoria psicanalítica entende o homicídio conjugal como um tipo de atuação violenta (Bergeret, 1994; Millaud, 1998; Senninger & Fontaa, 1996). Para Bergeret (1994) existe uma distinção entre violência e agressividade. A violência, que na sua gênese é constitutiva do sujeito, em certas condições – psicológicas e ambientais – pode ser transformada em agressão; esta é, por sua vez, essencialmente destrutiva. Estende-se, então, a definição do homicídio conjugal como “uma passagem ao ato que evidencia uma deterioração da expressão normal do funcionamento mental” (Bergeret, 1998, p. 12). O conceito de passagem ao ato enuncia a presença do inconsciente, da transferência e da linguagem, em que a violência expressa em ato reflete a dinâmica das relações do sujeito, os seus processos de subjetivação e suas possibilidades de organização psíquica (Millaud, 1998).

Investigações científicas sobre o homicídio conjugal tendem a privilegiar o mapeamento das principais *variáveis* associadas a este tipo de crime, como o sexo dos agressores, as características do gesto homicida, a violência conjugal no histórico da relação, o uso abusivo de álcool, a motivação e a ocorrência de homicídio-suicídio (Liem & Roberts, 2009; Mize, Schackelford, & Schackelford, 2009; Thomas, Dichter, & Matejkowski, 2011; Bourget & Gagné, 2012; Allen & Fox, 2013; Martins-Borges, Boeira-Lodetti, & Girardi, 2014; Kivisto, 2015; Roberts, 2015).

No que se refere ao sexo dos agressores, no Brasil, no ano de 2013, 33,2% dos homicídios de mulheres foram cometidos pelos próprios parceiros (Waiselfisz, 2015). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) quase metade das mulheres assassinadas no mundo são mortas pelo marido ou namorado, ainda que o casal esteja separado no momento do homicídio (Santiago & Coelho, 2010). Em relação às características que envolvem o gesto homicida, pesquisas realizadas nos Estados Unidos, entre os anos de 1976 e 2001, demonstram que dos 31.970 homens e 18.309

---

<sup>7</sup> Essa definição será abordada no capítulo 3. Critérios de ruralidade: município - densidade demográfica até 80 hab/Km<sup>2</sup> e população total até 50.000 habitantes. Secretaria de desenvolvimento territorial. 2010. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio071.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio071.pdf).

mulheres que cometeram um homicídio conjugal, a arma de fogo foi utilizada por 65% dos homens e 60% das mulheres; o objeto perfurocortante (faca) por 15,4% dos homens e 32,3% das mulheres (Mize, Schackelford, & Weekes-Schackelford, 2011). Outra pesquisa norte-americana, esta na província do Québec (Canadá), observou que dos 234 casos em que os homens mataram suas companheiras entre 1991 e 2009, 34,6% utilizaram uma faca, 28,6% uma arma de fogo e 15,8% mataram por estrangulamento (Bourget & Gagné, 2012).

Compreende-se por violência conjugal a perpetração de violência física, sexual, emocional e/ou psicológica dentro de uma relação afetiva e sexual, e configura-se como uma das variáveis mais associadas ao homicídio conjugal (Narvaz & Koller, 2006). Em uma amostra de 54 casos de homicídio conjugal ocorridos no Canadá, entre os anos de 1986 e 2000, a violência conjugal estava presente em 79,6% dos relacionamentos (Martins-Borges, 2011). O uso de álcool também está relacionado com a ocorrência de homicídio conjugal. Em Portugal, por exemplo, verificou-se que 13,6% dos homicidas faziam uso frequente de álcool (Oliveira & Gonçalves, 2007). Nos Estados Unidos, entre os anos 1985 a 2004, 30% dos autores de violência estavam alcoolizados durante o ato homicida (Roberts, 2009).

No que se refere à motivação que levou ao gesto homicida, a separação consiste em um dos principais agentes motivadores ao ato. Pesquisas apontam que um número elevado de homicídios conjugais ocorre após a separação do casal – ou até um ano depois dela (Dutton & Kerry, 1999; Soares, 2002, Campbell, Webster, & Glass, 2009). Além disso, o ciúme também é recorrente como uma das motivações, associando-se, com frequência, à dinâmica de posse que o autor da agressão estabelece com a pessoa com quem está se relacionando (Kivisto, 2015). Outro tipo de homicídio conjugal é o homicídio-suicídio. Neste, o agressor mata seu cônjuge e em seguida comete suicídio, o qual deve ocorrer logo em seguida ao homicídio ou em um período de uma hora a uma semana (Bins, Doler, & Teitebaum, 2009).

Observa-se que as pesquisas internacionais, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, fornecem uma quantidade maior de dados acerca da relação entre o homicídio conjugal e as variáveis supracitadas (Gagné, Robitaille, & St.Laurent, 2010; James & Daly, 2012; Bock, 2013; Thompson, 2014; Beyer, Layde, Hamberger, & Laud, 2015). O estudo dessas variáveis é fundamental, uma vez que é por meio desse levantamento que se terá acesso aos preditores do gesto homicida, uma identificação necessária para se estabelecer medidas preventivas.

A revisão de literatura realizada no Portal Capes com os descritores “homicídio conjugal”, “crime passionai”, “homicídio entre parceiros íntimos” e “homicídio passional”<sup>8</sup> mapeou dezesseis estudos publicados no Brasil entre os anos 2005 a 2015. Destes, apenas uma pesquisa analisa a relação entre variáveis e homicídio conjugal no Brasil. Os demais, referem-se a pesquisas históricas e jurídicas acerca da jurisprudência do crime passional no país, e a violência de gênero, como uma das explicações para a maior ocorrência de casos tendo como vítimas o sexo feminino.

O levantamento de variáveis é realizado no estudo, de Martins-Borges, Boeira Lodetti & Girardi (2014) o qual mapeou os casos de homicídio conjugal ocorridos na cidade de Florianópolis entre os anos 2000 a 2010. No que concerne à variável sexo do agressor, a amostra deste estudo apresentou uma diferença importante quando comparada a outras pesquisas internacionais: 90% dos casos o homem foi o autor do homicídio, uma porcentagem muito maior do que se encontra nos estudos internacionais (Kivisto, 2015). As autoras apontam a necessidade de realizar mais pesquisas, com uma ampliação da amostra para todo o estado de Santa Catarina, o que possibilitará, por exemplo, verificar se essa tendência se mantém ou se ela constituiria uma particularidade.

Quanto a investigação acerca das publicações sobre a relação entre variáveis e os casos de homicídio conjugal no meio rural e urbano, a revisão de literatura não encontrou nenhum estudo publicado no Brasil. Nos bancos de dados internacionais, existe apenas um estudo sobre essa temática, no entanto, a referida pesquisa investiga somente a relação entre a variável sociodemográfica e os homicídios conjugais no meio rural-urbano (Gallup-Black, 2005). Assim, percebe-se que há uma carência de pesquisas que investiguem a associação de novas variáveis com o homicídio conjugal nesses contextos.

À vista disso, os elementos até aqui discutidos levam aos seguintes questionamentos: quais as semelhanças e diferenças entre os casos de homicídio conjugal da região do Planalto Catarinense e da região da Grande Florianópolis? O número de casos de homicídio conjugal é maior na região do Planalto Catarinense do que na Grande Florianópolis? Quais são as variáveis que explicam a ocorrência de casos de homicídio conjugal nessas duas regiões?

---

<sup>8</sup> No banco de terminologias da BVS Psicologia não há um termo que corresponda ao tema dessa pesquisa, por isso, optou-se pelas denominações encontradas na literatura científica sobre homicídio conjugal (Martins-Borges, 2011).

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral:**

*Comparar os casos de homicídio conjugal ocorridos nas regiões do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis entre os anos 2005 a 2017.*

### **2.2 Objetivos específicos**

1. Mapear os casos de homicídio conjugal da região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis entre os anos 2005 e 2017;
2. Identificar as variáveis factuais e sociodemográficas associadas aos homicídios cometidos no planalto Catarinense e na Grande Florianópolis;
3. Identificar variáveis situacionais e psicológicas relacionadas com o gesto homicida;
4. Identificar indícios comportamentais e motivacionais do homicídio;
5. Correlacionar as variáveis – factuais, sociodemográficas, situacionais, psicológicas, os indícios comportamentais e motivacionais – dos casos de homicídio conjugal da região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis;
6. Correlacionar as variáveis sociodemográficas dos autores de homicídio conjugal da região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis com os dados sociodemográficos da população de cada região.
7. Identificar os fatores de risco e proteção para ocorrência de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense e na Grande Florianópolis.

### 3. MARCO TEÓRICO

#### 3.1 Homicídio conjugal: diferentes denominações

A denominação dos homicídios aqui estudados sofre modificações de acordo com o meio cultural, com o país de referência e com as diferentes áreas do conhecimento (Martins-Borges, 2011). Os principais termos encontrados na revisão de literatura sobre os homicídios que ocorrem no âmbito de uma relação de intimidade foram: uxoricídio, mariticídio, crime passional, feminicídio, homicídio entre parceiros íntimos e homicídio conjugal (Wilson & Daly, 1993; Frigon, 2003; Arreguy, 2005; Martins-Borges, 2011; Bourget & Gagné, 2012; Belknap, Larson, Abrams, Garcia, & Anderson-Block, 2012).

Nos Estados Unidos, o termo *uxoricídio* é frequentemente utilizado para nomear os casos em que mulheres casadas são assassinadas por seus cônjuges (Mize et al., 2011; Deacy, & McHardy, 2013). O prefixo “*uxor*”, originário do latim, significa esposa ou mulher casada (Ferreira, 1999). Nos países de língua espanhola, o termo também é empregado, sobretudo nos estudos realizados por disciplinas como a história e as ciências sociais (Martinez, 2006; Villanueva-Salas, 2011). No Brasil, até o momento, não foram encontradas pesquisas acadêmicas que utilizem o termo uxoricídio.

A expressão *mariticídio* está presente nas línguas portuguesa e francesa, e refere-se ao homicídio do esposo praticado pela esposa (Frigon, 2003). Na pesquisa em bases de dados nacionais e internacionais sobre as possíveis terminologias relacionadas ao homicídio conjugal, nenhuma pesquisa que utilize essa denominação foi encontrada. Pode-se associar esta ausência à variação linguística e à escassez de pesquisas que investiguem os homicídios conjugais cometidos pelas mulheres (Martins-Borges, 2011).

No Brasil, em que não há um registro nacional de mortes por parceiros íntimos, o termo mais utilizado é *crime passional*. Da linguagem coloquial aos registros civis, o termo “crime de paixão” consiste na denominação escolhida pelas Secretarias de Segurança Públicas estaduais para notificar mortes em que a motivação estava associada à passionalidade (Martins-Borges, Boeira-Lodetti, Tridapalli, & Machado, 2016). No entanto, cabe ressaltar que essa tipificação abrange igualmente, muitas vezes, os homicídios de uma terceira pessoa que não é o(a) parceiro(a) íntimo(a) do indivíduo



homicida. A revisão de literatura aponta o predomínio desta terminologia nas pesquisas nacionais, principalmente na área do direito e das ciências sociais. São estudos com uma tendência a investigar a percepção dos jurados e o desfecho da sentença, ambos relacionados às questões de gênero e de patriarcado (Arreguy, 2005; Borelli, 2005; Sosa, 2014).

Os códigos penais brasileiros<sup>9</sup> foram influenciados pela jurisprudência italiana que, baseada nos trabalhos do médico Cézare Lombroso (Itália, século XIX), propôs uma classificação para os criminosos baseada em cinco categorias, uma delas era a categoria do criminoso passional (Borelli, 2005). Essa classificação garantiu a atenuação – quando não a absolvição – de muitos réus, pois compreendia que o crime era motivado pela paixão, e esta, por sua vez, podia ser incontrolável, tendo potencial de atingir todos os cidadãos. No que concerne ao código penal de 1940, ele traz a ideia de violenta emoção associada à legítima defesa da honra (Lei 2848, 1940). Nos anos 1960 e 1970, com influência do movimento feminista, cria-se jurisprudência contra a tese da legítima defesa da honra, entendendo que este valor estava ancorado em uma sociedade patriarcal. A passionalidade não é mais uma justificativa, conforme o artigo 28 do Código Penal Brasileiro, e a emoção ou paixão não excluem a responsabilidade penal do indivíduo homicida (Arreguy, 2011).

Em 2015, outra denominação com força de lei entra em vigor no Brasil: o *feminicídio*. De acordo com esta lei, toda morte de mulher por motivação de gênero se caracteriza como feminicídio (Lei 13.104, 2015). A terminologia é empregada principalmente pelos estudos de gênero, de áreas como sociologia e psicologia social, e tendem a demarcar um campo político, que busca a igualdade de gênero por meio de ações afirmativas (Pasinato, 2011; Campos, 2015; Gomes, 2015)

As terminologias são permeadas de significados, e o uso de uma palavra não se reduz à uma escolha pessoal. O termo *uxoricídio*, por exemplo, investiga somente as mortes de mulheres em que o vínculo entre os parceiros era o casamento oficial ou a união estável, o que exclui a possibilidade do namoro. O termo *passional*, por sua vez, indica a paixão como principal motivação ao gesto homicida e acarreta um valor moral e social ao crime. O mesmo acontece com o vocábulo *feminicídio* quando o mesmo define que toda mulher morta por seu companheiro teve como motivações questões de

---

<sup>9</sup> Código Penal de 1890 e o Código Penal de 1940, ainda vigente.

gênero, tese, esta, não comprovada pela revisão de literatura (Martins-Borges, 2009; Dutton, 2011; Bourget & Gagné, 2012).

As terminologias mais utilizadas pelas pesquisas internacionais para descrever o homicídio entre parceiros íntimos são “*intimate partner homicide*” e “*spousal homicide*” – homicídio entre parceiros íntimos e homicídio conjugal, respectivamente. Essas terminologias permitem uma análise ampliada do fenômeno, pois contemplam todo tipo de relacionamento íntimo entre duas pessoas (Thomas et al., 2011; Belknap et al., 2012; James & Daly, 2012; Allen & Fox, 2013; Adinkrah, 2014; Kivisto, 2015; Roberts, 2015; Sheehan, Murphy, Moynihan, Dudley-Fennessey, & Stapleton, 2015).

Ao encontro do que apresentam os principais teóricos americanos, franceses e canadenses, o presente estudo privilegia o termo *homicídio conjugal*, uma vez que ele abrange as mais diversas variáveis e possibilidades de compreensão do contexto no qual ocorrem os homicídios entre parceiros íntimos. Além disso, este termo compreende os homicídios que se inscrevem em uma relação entre cônjuges ou ex-cônjuges, no casamento ou união estável; em namorados, namoradas; e em parceiros de relações homossexuais (Wilson & Daly, 1993; Dutton, 2001; Frigon, 2003; Bourget, Gagné, & Whitehurst, 2010; Websdale, 1999, 2010; Martins-Borges, 2011).

Respalda-se na presença de uma dinâmica relacional neste tipo de crime permite a investigação das características do fenômeno baseada em uma perspectiva psicanalítica, por meio de investigação das variáveis factuais, situacionais/psicossociais, sóciodemográficas e motivacionais. Na presente pesquisa, dar-se-á enfoque nos relacionamentos íntimos heterossexuais, e por isso, utilizar-se-á os termos: homicídio conjugal feminino, nos casos em que a vítima for um homem e a autora da violência a sua companheira, ou ex-companheira; e homicídio conjugal masculino nos casos em que a vítima for uma mulher e o autor da violência o seu companheiro, ou ex-companheiro.

### **3.2 O olhar psicanalítico sobre o homicídio conjugal**

Nessa seção, será dado enfoque aos conceitos de violência, de agressividade e de passagem ao ato: três pressupostos importantes para uma compreensão psicanalítica do homicídio conjugal.

#### **3.2.1 Violência e agressividade**

O termo violência é utilizado com frequência nas pesquisas, como também no senso comum, para designar uma categoria de atitudes e comportamentos cuja intenção consiste em ferir o outro; a utilização do termo raramente remete à concepção da

dinâmica intrapsíquica relacionada à violência, como proposta pela psicanálise. Jean Bergeret, psicanalista francês, compreende a violência como a fusão entre duas realidades: uma existente na origem do ser, a violência fundamental; e outra que se inscreve na estruturação psíquica do sujeito, a agressividade (Bergeret, 1998).

O termo violência decorre, do radical grego “via”, que significa vida e traduz a ideia de uma força vital, de um instinto de vida e de sobrevivência do ser. A violência no seu sentido próprio, reduz-se a um dinamismo defensivo e sem nenhuma participação libidinal, mesmo quando existe a necessidade de atacar o outro, ou mesmo, a de matar outra pessoa. Em um caso de violência pura, sem agressividade, o ato violento refere-se a uma defesa contra o outro, para preservar sua vida e o seu direito à vida, e para garantir a integridade narcísica do sujeito. Assim, a Violência Fundamental, consiste em um instinto de sobrevivência próprio do narcisismo primário. A manifestação dessa violência, não dá lugar nem ao prazer, nem ao ódio, e o objeto (externo) conserva um papel secundário, sem investimentos libidinais (Bergeret, 1998; Millaud, 1998).

Nesse sentido, cabe pontuar a diferença entre a violência – violência fundamental – e a agressividade. Os perigos da passagem ao ato violento não podem ser confundidos com os perigos patológicos do ato agressivo. Enquanto instinto, a violência em si mesma não é boa nem má e o que importa observar é o destino reservado a ela dentro da economia psíquica do sujeito. Em uma infância bem negociada, por exemplo, com boas referências identificatórias, a evolução do instinto violento consiste na integração positiva das correntes libidinais de ternura e amor. Os excessos de frustração e de falta desorientam os esforços de uma organização afetiva da criança, dando lugar a expressão da agressividade. A agressividade refere-se, dessa forma, à uma entidade pulsional que possui como meta a destruição e o aniquilamento de um objeto interno ou externo ao sujeito (Millaud, 1998).

No que concerne à compreensão psicanalítica da passagem ao ato relacionada aos tipos de estrutura de personalidade, Senninger e Fontaa (1996) abordam diferentes dinâmicas: na Personalidade Paranoide, o mundo é visto como hostil, a consciência é invadida por imagens e delírios, e a passagem ao ato evidencia o desejo de grandeza, e a periculosidade é alta; na Personalidade Maníaca, que se aproxima atualmente dos quadros clínicos bipolares, durante um estado depressivo, pode existir um delírio de perseguição, o que se considera um perigo; nos indivíduos com características melancólicas há um risco de suicídio; na estrutura Psicopática, evidencia-se sintomas

como instabilidade, irritabilidade, impulsividade e intolerância à frustração, em que o sujeito muitas vezes reage violentamente em resposta aos gestos interpretados como uma agressão física ou psicológica; nas Neuroses, o homicídio raramente acontece, a barreira da repressão foi mais intensa e os mecanismos de defesa protegem o sujeito da sua própria violência; nas Perversões, a violência está intimamente ligada a atos sádicos ou masoquistas, essas pessoas não sentem culpa, não há o conflito intrapsíquico; nas Psicoses Alucinatórias, os delírios de perseguição são mais propensos a atos homicidas (Senninger & Fontaa, 1996).

Bénezéch (1996), classifica os homicídios conjugais como: os *homicídios passionais*, os *impulsivos* e os *depressivos*. Para Bénézech (1996), nos *homicídios passionais* a dinâmica psíquica envolve a perda do objeto amado e a passagem ao ato é motivada pela incapacidade do sujeito de suportar a separação ou a ameaça de separação ou o abandono. Nesses homicídios, a motivação principal pode ser a separação ou o ciúme. Nos *homicídios impulsivos*, verifica-se a atuação de uma agressividade que ocorre frequentemente em um estado de consumo abusivo de álcool ou outras drogas ou de vingança em decorrência de brigas, ciúmes e traições. Nos *homicídios depressivos*, por sua vez, a dinâmica envolve compaixão, acontecendo, geralmente, por mútuo acordo entre o indivíduo homicida e sua vítima.

Martins-Borges (2006), entende que a existência ou não de um vínculo emocional entre o casal possibilita a compreensão da motivação da passagem ao ato homicida. Ampliando a classificação de Bénézech (1996), a autora apresenta mais duas tipologias para os casos de homicídio conjugal: os motivados pela *autodefesa* e por *interesses financeiros*. Nesses tipos de homicídios há prevalência de homicídios cometidos por mulheres e ausência de vínculo emocional entre elas e suas vítimas.

Assim, seja na forma de agressividade, seja na de autopreservação, os atos violentos traduzem contextos sociais e culturais, dinâmicas relacionais e conjugais e a personalidade do autor de violência. Em casos de pessoas que vivem dificuldades psicossociais ou que lidam com transtornos de personalidade ou de outros distúrbios clínicos, a passagem ao ato, pode ter sido precedida de atuações de menor intensidade, direcionadas para si mesmo ou para seu companheiro(a). Em outros casos, o homicídio foi a única expressão de violência em uma dinâmica conjugal.

### 3.2.2 Passagem ao ato violento

Compreender o homicídio conjugal como uma passagem ao ato implica considerar aspectos inconscientes e transferenciais marcados nesta forma de expressão

do sofrimento psíquico. O conceito de passagem ao ato aparece na clínica psicanalítica com a ideia de uma atuação inconsciente – colocada em ato – pela impossibilidade de elaboração pela fala. Em um de seus primeiros trabalhos, a saber, “Psicopatologia da vida cotidiana”, Freud utiliza o termo *Handei* e mais tarde *Agieren* para expressar uma atuação/ação impensada do paciente (Zimmermann, 2009).

No setting analítico, as atuações, quando trabalhadas, colaboram com o tratamento ao evidenciar a repetição de experiências reprimidas, as quais são direcionadas naquele contexto, ao analista. Como afirma Freud, “o paciente não recorda nada daquilo que esqueceu e reprimiu, mas o atua, reproduzindo não como lembrança, mas como ação, repetindo-o, sem naturalmente saber que está repetindo” (Freud, 1914, p.14). A atuação, ou *acting out*, existe, dessa forma, em um contexto relacional e na presença da transferência, em que o paciente expressa ao analista um pedido de ajuda e uma busca de resposta para o sofrimento. Se essa dimensão relacional e transferencial não existe, o registro da solidão, do desamparo e da desesperança se impõe (Millaud, 1998).

A “passagem ao ato” – *passage à l’acte* em francês, pois são os psicanalistas franceses que introduzem essa distinção – extrapola o contexto da clínica psicanalítica. É o termo utilizado para denominar outras situações em que o transbordamento psíquico leva às atuações, como as agressões, homicídios e suicídios. A diferença entre a atuação expressa no contexto da clínica e a passagem ao ato violento está na forma, na severidade da expressão e no objeto investido (Bergeret, 1994; Millaud, 1998; Laplanche & Pontalis 2008).

A passagem ao ato é resultado, portanto, de um conflito interior. A atuação representa aquilo que o indivíduo não conseguiu fazer por meio da fala, ou do corpo somatizado. Os atos expressam, assim, uma desorganização maior do funcionamento psíquico (Martins-Borges, Mayorca, Livramento, 2012). A passagem ao ato violento evidencia a singularidade do sujeito que atua, por meio de suas experiências individuais, de sua organização intrapsíquica, de suas relações interpessoais e de sua estrutura de personalidade.

### 3.2.3 A dinâmica do homicídio conjugal

Algumas hipóteses são propostas para a compreensão dinâmica – e psíquica – do homicídio conjugal. Em determinados casos, o sujeito, ao matar a pessoa com a qual mantinha um vínculo afetivo, coloca em ato pulsões aniquiladoras e destrutivas que visam a destruição do outro (agressividade). Em outros casos, ele destrói o outro para

garantir a sua própria integridade psíquica. A passagem ao ato corresponde, assim, à uma “ atuação ambivalente e impensada, pela incapacidade de conceber a diferença, a alteridade e as limitações do amor ” (Arreguy, 2011, p.314).

Para a teoria psicanalítica, a libido investida nos primeiros objetos de amor – na mãe, no pai ou em substitutos – poderá definir as escolhas objetais do sujeito durante toda a vida. Quando não há integração das partes boas e más do objeto, a ambivalência afetiva pode marcar a constituição psíquica do sujeito que, em momentos de frustração, tende a responder com comportamentos agressivos. A passagem pelo Complexo de Édipo é fundamental para a estruturação psíquica do sujeito, pois essa passagem é o que garante uma configuração da alteridade e o sentimento de empatia necessário para o estabelecimento de qualquer relacionamento, seja ele social, seja amoroso (Freud, 1910). O modelo edipiano traduz a multiplicidade de triangulações inconscientes, capazes de gerar situações de violência entre casais. Se existiu uma fixação em apenas um dos objetos da triangulação, a possibilidade de que a atualização seja patológica é maior; se a entrada do terceiro nessa triangulação foi vivenciada como persecutória, a fantasia de um terceiro que assombra a relação, como no ciúme paranoide, poderá prejudicar os relacionamentos adultos (Dutton, 2001; Arreguy, 2005; Muszkat, 2006)

A relação amorosa entre dois sujeitos adultos depende muito da qualidade dos vínculos afetivos primários (Dutton, 2001). São as primeiras relações de afeto, marcadas por investimentos sensuais, agressivos ou violentos, que são inscritas no inconsciente. Destarte, a violência “explícita ou silenciosa, real ou fantasmática, vivenciada nas primeiras relações do bebê pode ser atualizada na vida adulta, numa relação de disputa e competição com tendências violentas” (Arreguy, 2011, p.275). Muitos sujeitos agressores depositam no ser amado a possibilidade de relacionamento afetivo de sucesso. Quando este ideal é rompido, os sujeitos encontram vazão aos sentimentos de abandono, vividos como intoleráveis.

Cada sujeito que vive uma relação amorosa deve estar apto às aproximações e aos distanciamentos, às realizações e às perdas. Entretanto, quando sua dinâmica psíquica é marcada pelo excesso ou pela falta de investimentos libidinais, essa ferida narcísica poderá ser reeditada em outra relação. Como sinalizado por Freud (1910), o sujeito impedido de entrar em contato com as suas angústias mais primitivas, pela barreira da repressão, não recorda. Assim, não há espaço para a elaboração, e, o que lhe resta, é apenas a repetição.

Em alguns casos de homicídio conjugal masculino, o desencadeador da passagem ao ato consiste na quebra identitária quando não se alcança o padrão de masculinidade valorizado em determinada sociedade (Muszkat, 2006). O Outro – sua mulher/companheira – funciona como espelho que reflete a todo momento um lugar desejado, uma idealização que só existe na fantasia, quando esse espelho se quebra, por uma ameaça de abandono, por uma separação, por ciúmes, a identidade masculina se vê ameaçada. A busca por esse modelo de masculinidade causa frustrações capazes de influenciar a expressão de comportamentos agressivos e até mesmo a passagens ao ato.

À vista disso, denota-se que há diferenças entre atos violentos. Alguns autores colocam em evidência pulsões sádicas, as quais visam uma satisfação libidinal, um prazer obtido no ato destrutivo, como ocorre em organizações de personalidade Perversa (Senninger & Fontaa, 1996). Outros, trazem a compreensão da violência que se origina de um desamparo identitário e que está a serviço da “manutenção de uma identidade masculina idealizada” presente nos casos em que há traços de uma personalidade Melancólica - exemplos deste perfil são os sujeitos que cometem suicídio logo após matarem seu companheiro/a (Muszkat, 2006, p.186). A manutenção de um relacionamento amoroso acontece desde que se perpetuem os acordos inconscientes entre homens e mulheres. Uma vez esses acordos quebrados, como em uma ameaça de separação, a atuação da agressividade pode se impor de maneira muito severa, tendo como desfecho o homicídio conjugal.

A complexidade do homicídio conjugal, enquanto fenômeno, evidencia a importância de uma análise multidimensional acerca da temática. Assim, as variáveis psicológicas e motivacionais são algumas dessas dimensões, a literatura científica aponta outras variáveis que auxiliam na compreensão desse fenômeno.

### **3.3 Revisão de literatura**

A revisão de literatura acerca da produção científica sobre o Homicídio Conjugal foi realizada em duas etapas. A primeira etapa visou investigar o estado da arte das pesquisas sobre o homicídio conjugal e identificar informações relevantes sobre as variáveis de interesse deste projeto. A segunda etapa, a fim de responder ao objetivo geral desta pesquisa, objetivou o estudo das produções científicas que investigam o homicídio conjugal, e suas especificidades no meio rural e urbano.

### 3.3.1 O Estado da arte

Nessa etapa da pesquisa foram selecionados estudos, publicados entre os anos de 2005 e 2015, presentes nas bases de dados internacionais EBSCO, Scopus, Psycinfo e *Web Of Science*. Como descritores privilegiou-se as principais terminologias utilizadas para o homicídio conjugal: “*spousal homicide*”, “*intimate partner homicide*” e *uxoricide*. Na busca nas bases de dados nacionais optou-se pela biblioteca virtual Portal Capes e *SciELO*, com os descritores “homicídio conjugal”, “crime passional”, “homicídio entre parceiros íntimos”, “homicídio passional”, uxoricídio e mariticídio. Nos dois bancos de dados – internacional e nacional – após a exclusão dos artigos duplicados, foram encontrados 174 artigos científicos. Cabe ressaltar que esses artigos se referem a pesquisas publicadas no Brasil e no exterior. As bases de dados pesquisadas e o número de estudos encontrados em cada uma delas pode ser observado nas tabelas 1 e 2.

**Tabela 1**

*Bases de dados internacionais pesquisadas e descritores utilizados*

<b>BASES</b>	<b>DESCRITORES – 2005-2015</b>	<b>NAE*</b>
EBSCO	1. “Spousal homicide”	61
	2. “Intimate Partner Homicide”	220
	3. Uxoricide	43
Scopus	1. “Spousal homicide”	31
	2. “Intimate Partner Homicide”	114
	3. Uxoricide	27
PsychInfo	1. “Spousal homicide”	14
	2. “Intimate Partner Homicide”	73
	3. Uxoricide	20
Web of Science	1. “Spousal homicide”	28
	2. “Intimate Partner Homicide”	115
	3. Uxoricide	21

*Nota:* Elaborado pela autora. / \*NAE – número de artigos encontrados

**Tabela 2**

*Bases de dados nacionais pesquisadas e descritores utilizados*

<b>BASES</b>	<b>DESCRITORES – 2005-2015</b>	<b>NAE*</b>
	1. “Homicídio conjugal”	3
	2. “Crime passional”	13
	3. “Homicídio entre parceiros íntimos”	0



Portal Capes	4. “Homicídio passional”	0
	5. Uxoricídio	11
	6. Mariticídio	0
Scielo	1. “Homicídio conjugal”	0
	2. “Crime passional”	0
	3. “Homicídio entre parceiros íntimos”	0
	4. “Homicídio passional”	0
	5. Uxoricídio	0
	6. Mariticídio	0

*Nota:* Elaborado pela autora. / \*NAE – número de artigos encontrados.

Observa-se que as bases de dados internacionais possuem um número maior de publicações sobre a temática do homicídio conjugal. A leitura desses estudos permitiu a identificação de algumas características relacionadas às tais pesquisas: os estudos publicados nos portais internacionais de pesquisa são realizados por diversas áreas do conhecimento, como as ciências sociais, o direito, a medicina e a psicologia (Menziés, 2006; Jones, 2008; Khan, 2009; Wozniak & McCloskey, 2010; Albright, Banks, Broidy, Crandall, & Campos, 2013; Yamamoto & Maeder, 2015); há um predomínio de pesquisas epidemiológicas que buscam a relação entre algumas variáveis e a ocorrência do homicídio conjugal (Vigdor & Mercy, 2006; Kivivuori & Lehti, 2011; Weizmann-Henelius, Matti Gronroos, Putkonen, Eronen, Lindberg, & Hakkanen-Nyholm, 2012; Block, 2013; Thompson, 2014); alguns estudos trabalham com os fatores de risco e de proteção e com as consequências do homicídio para os filhos e familiares das vítimas e dos autores da violência (Adams, 2009; Kristoffersen, Lilieng, Maehle, & Morild, 2014). E, por fim, existem pesquisas, principalmente das ciências sociais, que investigam os discursos midiáticos acerca desse fenômeno, a percepção dos jurados durante o processo criminal e a perspectiva de gênero para identificar a motivação do gesto homicida (Lauritsen, & Heimer, 2008; Zeoli, Norris, & Brenner, 2011; Fairbairn & Dawson, 2013).

No que se refere as pesquisas publicadas no Brasil percebeu-se um predomínio de estudos nas ciências sociais e no direito penal, os quais investigam a associação entre a moralidade, os crimes de honra e a influência dos estereótipos de gênero no julgamento do réu (Martinez, 2006; Sosa, 2014; Souza et al., 2015). Na área da psicologia, existem apenas duas publicações: a pesquisa de Martins-Borges (2009) que investigou as características dos autores de homicídio conjugal no Estado de Quebec, Canadá, entre 1986 a 2000; e o estudo de Martins-Borges, Boeira-Lodetti e Girardi

(2014), no qual as autoras buscaram realizar um mapeamento dos casos de homicídio conjugal ocorridos na cidade de Florianópolis entre os anos 2000 a 2010.

Com relação à metodologia dos estudos encontrados, observa-se que a maior parte das pesquisas internacionais se configuram como quantitativas baseadas em pesquisas documentais – pela impossibilidade de acesso às vítimas e autores do homicídio e pelo fato de que alguns indivíduos homicidas cometeram suicídio. Os objetivos desses estudos consistiram, em sua maioria, em mapear os fatores de risco para fomentar a criação de medidas preventivas. Além disso, a maioria das pesquisas internacionais foi realizada nos Estados Unidos e Canadá (Belknap, Larson, Abrams, Garcia, & Block, 2012; Bourget & Gagné, 2012; Shanaaz, Jewkes, & Abrahams, 2015; Kivisto, 2015).

A seguir aborda-se os estudos relacionados à temática desse projeto no que tange o levantamento das principais variáveis associadas a este tipo de crime, a saber: as variáveis sociodemográficas, as características da cena do crime, as variáveis psicológicas e a motivação que levou ao gesto homicida (Mize, Schackelford, & Schackelford, 2009; Liem & Roberts, 2009; Bourget & Gagné, 2012; Jordan, Clark, Pritchard & Charnigo, 2012; Adrink, 2014; Martins-Borges, Boeira-Lodetti, & Girardi, 2014).

### 3.3.2 Variáveis sociodemográficas

O *sexo do agressor* é uma importante variável apontada nos estudos sobre o homicídio conjugal. Pesquisas demonstram uma predominância de agressores do sexo masculino (Belknap, Larson, Abrams, Garcia, & Block, 2012; Bourget & Gagné, 2012; Shanaaz, Jewkes, & Abrahams, 2015). Ao encontro disso, Liem e Roberts (2009) afirmam que, nos Estados Unidos, de cada quatro casos de homicídio conjugal, três são perpetrados por homens. Sobre os homicídios cometidos por mulheres, observou-se como principais motivações a retaliação, a auto-defesa e a defesa de seus filhos (Jordan, Clark, Pritchard, & Charnigo, 2012) e o interesse pelo benefício do seguro de vida (Websdale, 1999, Martins-Borges, 2009).

Kivisto (2015) realizou uma revisão sistemática da literatura sobre os estudos acerca do perfil dos autores de homicídio conjugal. Sua análise abrangeu amostras dos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e País de Gales, Holanda e Suécia e identificou dados importantes sobre as variáveis sociodemográficas. Quanto à média de idade dos autores do sexo masculino que cometeram homicídio conjugal, a pesquisa

apontou que os homens tendem a fazê-lo por volta dos 30 anos de idade, diferentemente da média de idade verificada nos autores de homicídio em geral, que cometeram o crime por volta dos 20 anos de idade. Também constatou que os autores que cometeram suicídio logo após o homicídio conjugal são mais velhos que autores que não se suicidaram – 42 anos e 33 anos, respectivamente. Outra variável analisada na pesquisa refere-se às taxas de desemprego entre os autores homens, os quais, no momento do homicídio, encontravam-se desempregados, com uma média de 49% dos casos.

### 3.3.3 Variáveis factuais

Dentre as variáveis factuais, o *homicídio seguido de tentativa de suicídio* ocorre com mais frequência nos casos em que os autores são do sexo masculino (Roberts, 2009; Bourget & Gagné; Adrink, 2014). Bourget e Gagné (2012) apontam que, na sua amostra, 43% dos homens que cometeram homicídio conjugal tentaram suicídio logo em seguida. Enquanto que na comparação com autoras mulheres, verificou-se que apenas 14% tentaram o suicídio após o gesto homicida. Uma visão geral de todos os casos de homicídio conjugal em Massachusetts, ocorridos de 2005 a 2007, mostrou que 28% dos perpetradores de homicídio conjugal cometeram suicídio dentro de 24 horas após o homicídio e que todos eles eram do sexo masculino (Roberts, 2009). Um estudo em Gana verificou um número menor de homicídio-suicídio quando comparado às amostras internacionais (Adrink, 2014). A pesquisa sugere que fatores culturais tem influência nesse índice, pois as mortes por homicídio e por suicídio são consideradas mortes ‘*ruins*’, com graves repercussões sociais e religiosas para a vítima, para o agressor e para seus respectivos parentes. O autor identificou que, na tribo dos *Akans*, por exemplo, os descendentes de vítimas de homicídio-suicídio são impedidos de participarem dos rituais funerários tradicionais. Este interdito baseia-se na crença de que os espíritos dos homicidas e dos suicidas podem reencarnar em novos nascimentos (Adrink, 2014).

Pesquisas demonstraram que o tipo de arma utilizada nos casos de homicídio conjugal também está relacionado com os fatores culturais e com as legislações de cada país (Gagné, Hamel, Robitaille, St. Laurent, 2010; Wintemute, Frattaroli, Wright, Claire, Vittes, & Webster, 2015). Em um levantamento de dados sobre os casos de homicídio conjugal nos Estados Unidos, realizado na década de 1990, a arma de fogo constituiu no meio mais utilizado nas mortes por parceiros íntimos (Campbell, 2001). Essa prevalência tem influenciado pesquisas sobre a associação provável entre o acesso às

armas de fogo e homicídio conjugal nos Estados Unidos (Vigdor & Mercy 2006; Roberts, 2009). No Canadá, país em que o acesso à arma de fogo é regido por normas mais restritas, pesquisas apontam que os meios utilizados são diferentes (Langman, 2012; Martins-Borges, 2009). Na província do Québec, por exemplo, no período de 1991 a 2009, dos 234 casos de homicídio conjugal, a prevalência quanto ao meio utilizado concentrou-se em objetos perfurocortantes (Bourget & Gagné, 2012).

Em Gana, os dados têm mostrado aumentos significativos na quantidade e na qualidade das armas de fogo de acesso à população. O que, por conseguinte, influencia os dados sobre os casos de homicídio conjugal ocorridos no país (Adrink, 2014). No que se refere à associação entre o sexo do indivíduo homicida e a arma utilizada, estudos indicam que as mulheres geralmente utilizam as armas de fogo para compensar possíveis desvantagens de tamanho e força em relação aos homens (Jordan, Clark, Pritchard, & Charnigo, 2012).

#### 3.3.4 Variáveis situacionais e psicossociais

A maioria dos pesquisadores converge na definição de que a *violência* conjugal consiste nos danos físicos, sexuais e psicológicos infligidos por um parceiro atual ou ex-parceiro ao seu cônjuge ou ex-cônjuge (Roberts, 2009; Campbel, 2011; Bourge & Gagne, 2012). A revisão sistemática sobre o homicídio conjugal realizada por Kivisto (2015) apontou a existência de duas concepções acerca da relação entre violência conjugal e homicídio conjugal. A primeira concepção considera o homicídio entre parceiros íntimos como o desfecho de um *continuum* de episódios de violência conjugal; a segunda concepção compreende o homicídio conjugal enquanto um comportamento qualitativamente distinto da violência conjugal. Dessa forma, concluiu-se, no estudo supracitado, a necessidade de uma análise específica de cada caso para determinar a existência de uma relação significativa entre essas duas variáveis. Nos estudos analisados pelo autor, verificou-se que a existência de violência conjugal anterior ao gesto homicida varia entre 22 a 77% nas amostras pesquisadas. Essa ampla variação foi explicada por meio das fontes de dados coletadas: quando uma amostra utiliza entrevistas com autores presos, por exemplo, existe uma propensão de que eles minimizem as situações de violência. Outros estudos ressaltam que a violência conjugal e o homicídio conjugal são fenômenos diferentes: a violência conjugal é considerada uma das variáveis presentes nos casos de homicídio conjugal; ela não seria um fator

explicativo do homicídio conjugal e nem se insere na hipótese do *continuum* (Martins-Borges, 2009, Bourget & Gagné, 2012).

Quanto aos antecedentes criminais do autor de homicídio conjugal, Jordan, Clark, Pritchard e Charnigo (2012) indicaram que as mulheres que matam seus parceiros íntimos têm menor probabilidade que os homens de possuírem antecedentes criminais. No que concerne à sua amostra, os autores constataram que 40% dos homens e 18% das mulheres possuíam tais antecedentes.

Um estudo na Inglaterra comparou os quadros psicopatológicos de condenados por homicídio conjugal com perpetradores de outros tipos de homicídios domésticos (Oram, Flynn, Shaw, Appleby, & Howard, 2013). Os pesquisadores identificaram que os autores de homicídio conjugal apresentaram taxas significativamente mais baixas de esquizofrenia e outras perturbações delirantes quando comparados aos autores de outros tipos de homicídio doméstico – 6% e 28%, respectivamente. No entanto, os instigadores de homicídio conjugal apresentaram taxas mais altas de transtornos clínicos (17% vs 8%) (Oram et. al. 2013). No Québec, entre 1991 a 2010, as taxas de transtornos afetivos foram mais elevadas nos autores de homicídio conjugal do que homicidas em geral. O Transtorno Depressivo Maior foi observado em 56,7 % dos casos, 6,3 % dos quadros clínicos foram denominados por outras psicoses e 3,5 % de esquizofrenia (Bourget & Gagné, 2012). Nos 54 casos de homicídio conjugal ocorridos no Québec, entre os anos 1986 e 2000, Martins-Borges (2009) verificou diferenças quanto ao sexo do agressor e o diagnóstico de transtornos psicológicos: os autores do sexo masculino apresentaram mais diagnósticos de transtornos de personalidade, enquanto as mulheres homicidas apresentaram mais diagnósticos de transtornos clínicos, isto é, transtornos nas categorias diagnósticas de ansiedade e humor.

### 3.3.5 Motivações

No que concerne à motivação que levou ao homicídio conjugal, as pesquisas apontam uma relação significativa entre a separação e o homicídio conjugal feminino: aproximadamente 50% dos casos ocorridos em até dois meses após a separação e 90% dos casos até o primeiro ano após a separação (Campbell, 2009; Dutton, 2011). Paralelamente, Campbell e colaboradores (2001) concluíram que 39% dos homicídios que compunham a sua amostra foram provocados pelo ciúme. Na pesquisa de Martins-Borges (2006), a maior frequência de homicídios cometidos por homens estava relacionada à separação, enquanto que pelas mulheres prevaleceu a autodefesa.

A revisão de literatura baseada nos artigos encontrados sobre as principais variáveis associadas ao homicídio conjugal demonstrou a predominância de pesquisas que investigam diferenças quanto ao sexo dos agressores, o tipo de arma utilizada e a violência no histórico da relação. Há uma escassez de pesquisas que trabalhem com as variáveis psicológicas, psicossociais e motivacionais. Poucos artigos estudaram a presença de antecedentes criminais, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, internações psiquiátricas e consultas com profissionais de saúde, por exemplo. Essas lacunas percebidas na revisão de literatura demonstram a necessidade de mais pesquisas sobre a relação dessas variáveis e os casos de homicídio conjugal. A seguir será apresentada a segunda etapa da revisão de literatura que objetivou o mapeamento de pesquisas que investiguem o homicídio no meio rural e urbano.

### 3.4 Revisão de literatura: o homicídio conjugal no meio rural e urbano

Nessa etapa da revisão de literatura buscou-se apenas estudos que respondessem ao objetivo geral dessa pesquisa, ou seja, que investigassem os casos de homicídio conjugal no meio rural e urbano. Os descritores utilizados foram os dois termos mais recorrentes em pesquisas internacionais na primeira revisão de literatura: “*intimate partner homicide*” e “*spousal homicide*” e os operadores booleanos AND e OR com os descritores *rural/urban*. Operou-se apenas nas bases que apresentaram maiores resultados na primeira revisão bibliográfica: *EBSCO HOST* e *SCOPUS*. Seguiu-se os mesmos critérios para as bases nacionais, ao utilizar os termos que mais apresentaram resultados na primeira busca: homicídio conjugal e crime passionai, no Portal Capes e na Scielo. No entanto, nenhum estudo foi identificado nas bases de dados nacionais.

Os respectivos descritores e as bases de dados internacionais consultadas podem ser observados na Tabela 3.

#### Tabela 3

*Bases de dados internacionais pesquisadas e descritores utilizados*

BASES	DESCRITORES – 2005-2015	NAE*
EBSCO	1. “Spousal homicide” AND (rural OR urban)	4
	2. “Intimate Partner Homicide” AND (rural OR urban)	5
<i>Scopus</i>	1. “Spousal homicide” AND (rural OR urban)	0
	2. “Intimate Partner Homicide” AND (rural OR urban)	5

*Nota:* Elaborado pela autora. / \*NAE – número de artigos encontrados.

Por meio dos dados registrados na tabela 3 observa-se que o número de artigos encontrados foi bem inferior que ao da primeira revisão de literatura. Nas bases de dados internacionais, excluindo os estudos duplicados, restaram apenas três artigos publicados sobre a relação entre homicídio conjugal no meio rural e urbano (Gallup-Black, A., 2005; Van Horne, 2009; Spriggs Madkour, Martin, Halpern, & Schoenbach, 2010). Destes, somente um responde ao objetivo geral da pesquisa no que se refere à comparação entre o homicídio conjugal no meio rural e no urbano, porém, tal estudo investiga apenas a associação das variáveis sociodemográficas nos dois ambientes (Gallup-Black, A., 2005). Os outros dois estudos trabalham com a ocorrência do homicídio conjugal somente em áreas urbanas e possíveis associações com níveis de desvantagem social (Van Horne, 2009; Spriggs Madkour, Martin, Halpern, & Schoenbach, 2010). A seguir, apresentar-se-á os principais resultados das três pesquisas identificadas.

O artigo *“Twenty Years of Rural and Urban Trends in Family and Intimate Partner Homicide Does Place Matter?”* (Gallup-Black, A., 2005) investigou nos Estados Unidos, durante um período de 20 anos, as taxas de familiaricídio<sup>10</sup> e de homicídio conjugal em localidades rurais e urbanas. Os resultados demonstraram que as taxas de familiaricídio diminuíram ao longo dos anos independentemente do meio rural ou urbano, enquanto as taxas de homicídio conjugal aumentaram unicamente nos ambientes rurais. O artigo apresenta dados epidemiológicos importantes, como a relação de algumas variáveis sociodemográficas e o risco de homicídio conjugal. Sobre isso, destaca-se o sexo do agressor e da vítima, a raça<sup>11</sup> e a escolaridade: prevalência de perpetradores homens, a raça não apareceu como preditor, e a escolaridade, por sua vez, se mostrou significativa para o desfecho homicídio conjugal.

Gallup-Black (2005) realizou uma pesquisa documental que envolveu análises quantitativas dos dados que foram coletados em um relatório de homicídios do FBI de 1980-1999. Este documento contém informações sobre homicídios nos Estados Unidos

---

<sup>10</sup> O Familiaricídio é quando ocorre mais do que um homicídio dentro da mesma família. Pode ser o homicídio de um parceiro e de um filho (ou vários filhos), acompanhado ou não do suicídio do indivíduo que cometeu os homicídios (Martins-Borges, 2011)

<sup>11</sup> Termo utilizado pelos autores do estudo consultado de acordo com o sistema de classificação dos Estados Unidos. Nos EUA a classificação racial é baseada na ancestralidade e etnicidade dos indivíduos. No estudo consultado havia a presença dos grupos raciais: brancos, negros, asiáticos, hispânicos ou latinos. Nessa Tese, para os dados sociodemográficos referentes aos autores e vítimas dos casos de homicídio conjugal, na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense, será utilizada a classificação do IBGE ‘cor ou raça’ em que as pessoas se autodeclararam brancas, pretas, pardas, amarelas e indígenas.

e inclui informações sobre a localização geográfica e a relação entre a vítima e o agressor. O estudo empírico foi dividido em duas etapas exploratórias. Primeiramente, utilizou-se uma abordagem descritiva baseada nos modelos das pesquisas em saúde pública e calculou-se se as taxas de homicídio familiar e de companheiro íntimo diferiam, de fato, por local. Em caso afirmativo, buscou-se compreender como elas diferiam e se as diferenças flutuavam ou permaneciam constantes ao longo do tempo. Em segundo lugar, controlou-se as variáveis sociodemográficas para observar a influência delas nos homicídios familiares e conjugais em áreas rurais e urbanas, medindo a força e a significância da relação (local e homicídio) por meio de uma série de Análises Bivariadas (Gallup-Black, A., 2005).

Dessa forma, concluiu-se que, na amostra da pesquisa supracitada, quanto menor a população e quanto maior a distância de uma grande área urbana, maiores as chances de ocorrências de homicídios conjugais e familiares. A autora aponta que diferenças em relação à geografia, às dinâmicas comunitárias, às estratégias de controle do crime e aos padrões de abuso familiar e de violência conjugal sustentam essas variações rurais-urbanas nos tipos de violência familiar e de parceiro íntimo que podem levar ao homicídio. Nesse sentido, a geografia das áreas rurais facilita o isolamento que acompanha e apoia a violência familiar rural; a natureza das relações interpessoais nas comunidades rurais é muito diferente das cidades e a falta ou inacessibilidade de instalações médicas pode explicar taxas de homicídio mais altas para as mulheres em meios rurais. Ressalta, ainda, a presença de fatores de risco no meio rural, como o acesso às armas de fogo, permitida no Estados Unidos, e a desconfiança na aplicação da lei entre os residentes rurais, que muitas vezes preferem resolver os conflitos no âmbito privado. Segundo a autora, essas diferenças entre as zonas rurais e urbanas oferecem um suporte à hipótese de que os homicídios de familiares e de parceiros íntimos podem ser mais prevalentes nas comunidades rurais do que nas urbanas. A autora ressalta ainda a ausência de estudos sobre a ruralidade, pois, em geral, as pesquisas consideram a violência um problema exclusivamente urbano, o que provavelmente remete ao fato de que neste contexto é maior o número de assassinatos (Gallup-Black, A., 2005).

O artigo *“Area Disadvantage and Intimate Partner Homicide: An Ecological Analysis of North Carolina Counties, 2004-2006”* (Spriggs Madkour, Martin, Halpern, & Schoenbach, 2010) buscou relacionar o homicídio conjugal com a variável, por eles denominada, desvantagem social – um conceito derivado da teoria ecológica. No entanto, consideram somente as áreas urbanas como contexto de amostragem. A fonte



de dados foi o Sistema de Notificação de Morte Violenta da Carolina do Norte, EUA. Os autores examinaram as relações entre homicídio conjugal e a desvantagem social, o sexo da vítima e a urbanicidade. A principal variável preditora, a desvantagem do condado<sup>12</sup>, foi derivada de um número de variáveis disponíveis no Censo 2000 – proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza, proporção de domicílios chefiados por mulheres, proporção de domicílios que recebiam assistência pública, proporção de indivíduos com 25 anos ou mais sem diploma de ensino médio. Estas variáveis juntas geraram, para os pesquisadores, um índice de desvantagem do condado.

A pesquisa constatou que a maioria das vítimas era do sexo feminino (69,6%); que o maior grupo racial representado foi o branco (53,4%), seguido dos negros<sup>13</sup> (42,5%) e outros (4,1%); que cerca de 5% das vítimas foram registradas como sendo de etnia hispânica; que a maioria dos autores suspeitos eram namorados ou namorados atuais ou antigos (54,7%), seguido de ex-maridos (45,3%); que a idade média das vítimas foi de 38,7 anos; que a desvantagem social estava relacionada ao homicídio conjugal masculino<sup>14</sup> apenas nos municípios metropolitanos, enquanto que nos homicídios conjugais femininos a desvantagem estava associada independentemente da urbanicidade do local. Os resultados sugeriram que pesquisas futuras devem não só explorar outros fatores – como a acessibilidade do serviço e as respostas da aplicação da lei – bem como ampliar o período temporal da pesquisa, uma vez que investigou informações relativas à ocorrência de homicídios em apenas três anos.

O artigo *Spousal Partner Homicide Across the United States: Community Correlates, the Importance of Place, and Implications for Comparative Studies*, Van Horne (2009) aponta que a maioria das pesquisas se concentra em crimes cometidos no meio urbano, o que negligencia as áreas não-metropolitanas e que os crimes em muitas áreas não-metropolitanas americanas têm aumentado, enquanto as taxas de homicídios urbanos diminuíram. O autor ressalta a importância de se distinguir entre diferentes tipos de homicídio de acordo com a localidade. Esta pesquisa examinou as diferenças nas tendências e as relações entre as características identificadas pela teoria da desorganização social e os homicídios de parceiros íntimos cometidos em condados em todo os Estados Unidos. Utilizou-se dados do Relatório de Crime, de 2000 a 2005, e dados do Censo 2000 dos EUA para determinar diferentes preditores de homicídios

---

<sup>12</sup> Subdivisão administrativa dos estados americanos.

<sup>13</sup> Classificação de acordo com sistema censitário dos Estados Unidos.

<sup>14</sup> É o homicídio conjugal cometido por homens.

cometidos contra um cônjuge atual ou ex-cônjuge. Como resultado, os autores observaram que as comunidades rurais e urbanas apresentam taxas diferentes de homicídios, e que o nível de organização da comunidade pode desempenhar um papel fundamental, independentemente do tipo de município analisado.

Como foi possível observar, somente o primeiro estudo estabeleceu uma relação entre o homicídio conjugal no meio rural e no urbano, mas se restringiu à associação de apenas um grupo de variáveis: as sociodemográficas. Os outros dois estudos também se concentraram na relação entre variáveis sociodemográficas e o homicídio conjugal, entretanto, somente nas áreas urbanas. Embora os três estudos possibilitem algumas relações entre o homicídio conjugal e a localidade, eles não avançam no estabelecimento de correlações entre meio urbano e rural e entre a presença de outras variáveis, como as psicossociais, a motivação, as factuais, o uso de álcool ou drogas.

A escassez de estudos comparativos sobre as características do homicídio conjugal no meio rural e no urbano e a inexistência de pesquisas sobre o fenômeno no Brasil revelaram a importância de maiores investigações sobre a temática.

### **3.5 A região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense**

Destacam-se alguns aspectos históricos e culturais das regiões em estudo. Para efeito de abrangência desta pesquisa, utiliza-se a referência de circunscrição geográfica adotada pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina<sup>15</sup> (SSP/SC).

#### **3.5.1 A região da Grande Florianópolis**

A região da Grande Florianópolis abrange 17 municípios. Entre estes, centros urbanos, como a cidade de Florianópolis – capital do estado –, São José e Palhoça, com densidades populacionais acima de 400hab./Km<sup>2</sup>. Cidades de médio porte como Biguaçu, São João Batista e Tijucas, que têm geração de emprego voltadas ao setor secundário, e cidades com pequenos núcleos populacionais, que apresentam forte presença da agricultura, como Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara, Nova Trento (SSP/SC).

A colonização regional revela a multiplicidade cultural presente em Santa Catarina. As cidades litorâneas, como Florianópolis, São José, Palhoça, Governador

---

<sup>15</sup> Macrorregiões. Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. Ver ANEXO 1.

Celso Ramos e Tijucas apresentam traços da cultura açoriana. O primeiro povoamento data de 1675, com a fundação de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. A relação estreita com o mar fez da pesca artesanal e da extração do óleo de baleia a principal economia desses povoados até o século XIX. A pequena propriedade agrícola e a forte religiosidade católica, presente na arquitetura com as inúmeras igrejas, são características dessa cultura.

Em Florianópolis, São José e Paulo Lopes também houve influência da cultura afro-brasileira. Os africanos que foram trazidos em maior número nos anos 1808 e 1830 trabalhavam nas propriedades agrícolas. Estudos historiográficos recentes desmistificam a ausência ou menor importância da cultura africana na ilha (Mamigonian et. al. 2013). No Ribeirão da Ilha, por exemplo, no século XIX, quatro em cada dez famílias tinham escravos. Com a proibição do tráfico de escravos em 1830, a chegada de novos africanos diminuiu, mas isso não impediu o crescimento populacional e as trocas culturais de seus descendentes. A Igreja do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no centro da capital, é um dos marcadores dessa colonização (Mamigonian et, al. 2013).

As demais cidades que compõem a região, como Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Nova Trento e São João Batista, foram fundadas somente na segunda metade do século XIX com a chegada dos imigrantes, italianos, alemães e poloneses. Nessas cidades, a agricultura foi, e ainda é, umas das principais fontes de renda, e as religiões católica e protestante influenciaram a cultura e o costume de seus habitantes (Cabral, 1970).

Florianópolis, por ser capital do estado, sempre teve uma posição de destaque na relação com as demais cidades vizinhas. Mas até meados do século XX, São José, Palhoça e Biguaçu desenvolviam-se de forma independente, eram áreas rurais, com economia voltada para subsistência ou para abastecimento de alimentos para a ilha. Em 1926, a inauguração da ponte Hercílio Luz marcou a mudança do transporte marítimo para o rodoviário, influenciando as trocas entre a ilha e o continente, impactando as relações socioeconômicas entre as cidades do espaço metropolitano (Oliveira, 2011).

A partir da década de 1960, o processo nacional desenvolvimentista chega à capital Florianópolis, modifica a arquitetura do centro da cidade e expande o contato com a região continental por meio da construção de novas pontes. A fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina e a implantação da Eletrosul contribuem para a emergência de novos serviços públicos. O aumento da população e as grandes obras urbanas, como as rodovias em direção às

praias do norte da ilha, impulsionaram o turismo e a ação imobiliária nos anos 1980 (Lonh, 2016).

Na década de 1990, Florianópolis ganhou o segundo título de capital com melhor qualidade de vida do Brasil e, como consequência, recebeu muitos imigrantes de alto poder aquisitivo, assim como ampliou as áreas de vulnerabilidade social. Nos anos 2000, eram 55 favelas na cidade e outras 30 na região metropolitana, totalizando 14,7% da população da capital e 9,6% da área metropolitana vivendo em favelas (Sugai, 2002). Segundo Sugai (2002) o processo de segregação social na ilha de Santa Catarina se intensificou nos anos 1950, com a implementação de legislações voltadas ao setor imobiliário e obras de infraestrutura que tiveram impacto em toda a região metropolitana, afastando os mais pobres para as encostas dos morros ou áreas continentais.

A região metropolitana cresceu em torno da capital, com a instalação de empresas de tecnologia e de serviço e com a moradia de milhares de servidores públicos e privados que se deslocam diariamente para Florianópolis. Segundos dados do Sebrae (2013), Florianópolis respondia por 55% das empresas da macrorregião, São José por 22% e Palhoça por 11%. Esses três municípios geraram 93% dos empregos formais da macrorregião no ano de 2011. As principais empresas e empregos na região estão voltados às atividades da administração pública, defesa e seguridade social e comércio.

Os recentes processos migratórios por que passou Florianópolis e as cidades vizinhas se inserem no chamado processo de litoralização do estado de Santa Catarina, influenciado pelas maiores oportunidade de emprego e qualidade de vida dessa região (Baeninger & Maria, 2018). Dados do Censo de 2010 indicam que, de cada 100 habitantes de Florianópolis, 48 nasceram na ilha, 22 são de outras cidades de Santa Catarina, 29 são de outros estados do Brasil e um é estrangeiro (Assis & Canella, 2016).

Atualmente, com população estimada de 1.096.476 habitantes, é umas das principais regiões metropolitanas do estado. Segundo o Censo de 2010, declararam-se brancos 85% da população, 9,8% pardos, 4,3% pretos. A religião católica correspondia a 67% da população, a evangélica a 14,8% e 18,1% pertenciam a outras religiões. Em relação à escolaridade, 19,2% possuíam o ensino fundamental incompleto, 34,6% o ensino fundamental completo e ensino médio completo, 17,3% o ensino médio completo e superior incompleto, e 0,3% o ensino superior completo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, na região metropolitana, foi de 0,815, acima da média estadual e nacional (Sebrae, 2013).

### 3.5.2 A região do Planalto Catarinense

A região do Planalto Catarinense é composta por trinta e nove municípios<sup>16</sup>. Com exceção de Lages, Herval d'Oeste, Fraiburgo e Videira, todas as outras cidades possuem densidade demográfica inferior a 50 hab./Km<sup>2</sup>, abaixo dos 64,8 hab./Km<sup>2</sup> do estado de Santa Catarina.

Os primeiros habitantes de que se tem registro na região remontam aos índios Kaingang e Xokleng. No século XVIII, a região é investida por bandeirantes paulistas, os quais conduziam as tropas de animais da região dos pampas gaúchos até a feira de Sorocaba em São Paulo. Esse trajeto ficou conhecido como o caminho das tropas, que incentivou o avanço da criação de gado no território do Planalto Catarinense, deixando marcas até hoje na região, a qual tem a pecuária como uma de suas principais atividades econômicas (Cabral, 1970; Planalto Catarinense, 2010).

No final do século XIX, agricultores do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes europeus, iniciaram um processo mais intenso de colonização na região, coexistindo com os fazendeiros, posseiros e os ex-escravos. A ocupação territorial foi distinta das demais regiões do estado e compôs a diversidade étnica com a presença de índios, brancos e negros ex-escravos. A população cabocla, autodenominada brasileira em oposição aos habitantes de descendência europeia, sofreu intenso processo de exclusão do estado catarinense, uma das razões para a eclosão do maior conflito armado do sul do Brasil, a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916 (Machado, 2004).

A extração madeireira contribuiu para o crescimento econômico da região e, a partir da década de 1970, impulsionou a criação de indústrias de papel-celulose, o que modificou a paisagem natural da região, que naturalmente é composta pelas florestas de araucária. Outro fator que modificou as relações de trabalho foi o agronegócio, a modernização agrícola trouxe a concentração das terras e contribuiu para o êxodo rural (Lunardi Neto, 2020).

A ocupação das terras ao longo do processo histórico determinou a atual estrutura fundiária do território do Planalto Catarinense. O relatório da Secretaria de

---

<sup>16</sup> Abdon Batista, Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Arroio Trinta, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Campos Novos, Celso Ramos, Curitibanos, Cerro Negro, Correia Pinto, Erval Velho, Herval d'Oeste, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiama, Iomerê, Lages, Monte Carlo, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio Rufino, Salto Veloso, São Cristovão do Sul, São Joaquim, São José do Cerrito, Tangará, Urubici, Urupema, Vargem, Videira, Zortéa (Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, 2015).

Desenvolvimento Territorial sinaliza a concentração de terras em 77,5%, quase 20% acima do verificado no estado de Santa Catarina, com 56,2%, e próximo ao encontrado no Brasil, com 75,7%. Chama atenção a porcentagem de estabelecimentos não familiares, patronais, em que predominam atividades ligadas ao reflorestamento, como em São Cristóvão do Sul, 38%, Ponte Alta do Norte 36,7%, Santa Cecília, 34,7%, Curitiba, 28%, Zortéa, 31,2%, e Campos Novos, 23,8% (Planalto Catarinense, 2010).

Os agricultores familiares vivem em áreas de produção agropecuária insuficientes para garantir a subsistência do grupo familiar e complementam a renda por meio de relações de parceria ou trabalhos sazonais (Planalto Catarinense, 2010). A população cabocla, na margem do desenvolvimento econômico, tem pouco acesso aos meios de produção, vivendo em bairros pobres localizados nas periferias dos municípios. O trabalho acontece nas fazendas e, muitas vezes, sem vínculo empregatício, por meio de contratos sazonais nas atividades de reflorestamento de pinus para abastecer a indústria de papel-celulose (Cazella & Burigo, 2008).

Lunardi Neto (2020) chama atenção para as diversas formas de desapropriação nos espaços rurais, como as verificadas no Planalto Catarinense durante os séculos XIX, XX e XXI. Essas desapropriações implementaram as precárias condições de trabalho por meio da jornada de trabalho excessiva e baixos salários, tendo como consequências o aumento da violência e a formação de periferias urbanas. As transformações verificadas na relação com o espaço produtivo modificaram o sistema de cultivo e o perfil dos agricultores da região, impactando, sobremaneira, a configuração territorial em termos demográficos, econômicos, ambientais e de saúde.

Dessa forma, atualmente o principal marcador social de diferença e desigualdade na região é a classe social. Os caboclos e indígenas permanecem pobres e marginalizados, no entanto, as principais mudanças aconteceram entre os brancos que foram subordinados às estruturas de um agronegócio que surgiu pelas mãos de seus ascendentes. Como consequência, vê-se, nos dias atuais, um processo acelerado de urbanização e relações de profunda desigualdade socioeconômica entre os descendentes de europeus (Amorim, Passador, & Fraportti, 2014).

As relações conjugais e familiares foram marcadas historicamente pela 'cultura da fazenda' em que as relações de gênero eram bem definidas. À mulher, esposa, cabiam os afazeres do lar e o lugar de submissão. Os peões e familiares eram subordinados ao dono da fazenda, mas, na esfera doméstica, os homens ocupavam o

lugar de poder perante suas companheiras (Bittencourt, 2001; Wielecosseles, 2016). Permeando todas essas relações, existe o conceito de ‘honra’, marcador simbólico, que ainda se mostra como uma “categoria nativa de grande significado social” (Porto, 2002).

A região do Planalto Catarinense conta com uma população de 527.140 habitantes. Segundos dados do Censo de 2010, 77% se declararam brancos, 25,8%, pardos e 3,1%, pretos. A religião católica correspondia a 81,8% da população, a religião evangélica a 15,03% e 1,01% a outras religiões. Possuíam ensino fundamental incompleto, 20,07%, ensino fundamental completo e ensino médio completo, 23,3%, ensino médio completo e superior incompleto, 9,3%, ensino superior completo, 0,4%. Apresenta os maiores índices de pobreza do estado, com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,6, abaixo das médias estaduais e brasileiras (Lunardi Neto, 2020).

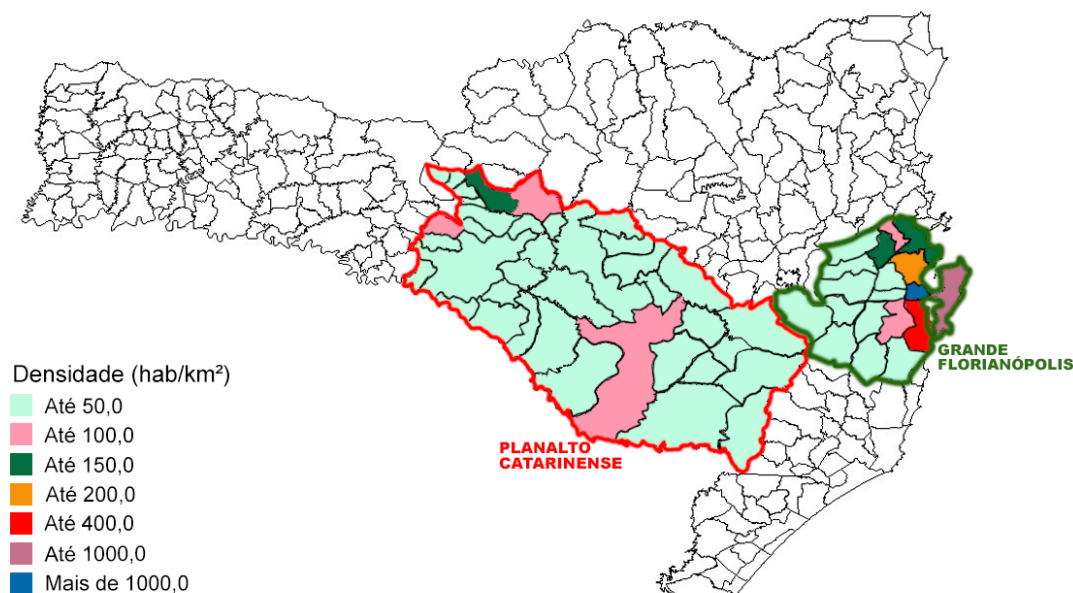
### 3.5.3 Definição de rural e urbano

Nas descrições sobre os aspectos históricos e sociais das duas regiões, observam-se algumas particularidades. Existem diferenças geográficas, de colonização, de relação com o ambiente natural que geraram meios diversos de produção e impactaram as formas de viver e se relacionar nesses espaços. Essa distinção chama atenção para as características mais rurais na região do Planalto Catarinense em comparação com a região da Grande Florianópolis, mais urbana.

Um das principais diferenças verificadas entre as duas regiões são os índices de densidade demográfica. Enquanto a região da Grande Florianópolis apresenta uma densidade de 158 hab./Km<sup>2</sup>, a região do Planalto Catarinense registra a taxa de 18 hab./Km<sup>2</sup> (Sebrae, 2013). Existem municípios na região da Grande Florianópolis com taxas bem abaixo da média da região, mas, no Planalto, a maioria das cidades estão abaixo de 50 hab./Km<sup>2</sup>, como se pode observar na figura 1.

## Figura 1

*Mapa densidade demográfica região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis.*



*Nota:* elaborado pela autora.

Entende-se, a partir dos estudos de Eli da Veiga (2002), que a densidade demográfica é um fator relevante na classificação do que é ou não território rural, pois define as relações produtivas, sociais e culturais de uma dada sociedade em determinado espaço. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD) classificou - no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais no ano de 2010, - como rurais municípios que possuíam menos de 50 mil habitantes e/ou densidade demográfica inferior a 80 hab./Km<sup>2</sup> (Planalto Catarinense, 2010). Essa classificação considera a perspectiva de Eli da Veiga (2002) e será adota nesta tese a fim de discutir as principais diferenças entre as duas regiões analisadas.

No Brasil, diferente de outros países, cada município adota uma classificação para o que denomina como zona rural e urbana (IBGE, 2017). Essa distinção não leva em consideração, por exemplo, a densidade demográfica, sendo resultado de interesses e critérios políticos e econômicos de cada cidade. Defende-se uma ampliação do que se considera um espaço rural ou urbano a partir das dimensões demográfica, ambiental e cultural (Verde, 2004). A dimensão *demográfica* compreende que existem



características distintas desses espaços de acordo com as suas atividades econômicas e a relação com a natureza. A dimensão ambiental está pautada na importância ou não dada à atividade agropecuária e à presença de extensas áreas intocadas. A dimensão cultural compreende a cultura como um “coletivo diverso que no seu cotidiano desenvolve ‘um jeito’ de viver” (Verde, 2004).

Assim, entende-se que a região da Grande Florianópolis possui características urbanas em termos de densidade demográfica, atividades econômicas mais voltadas aos segundo e terceiro setores, pouca presença de atividades agropecuárias e áreas mais devastadas pelo setor imobiliário. Culturalmente mais diversa, com presença de muitos migrantes. Na região do Planalto Catarinense apenas Lages apresenta população acima de 50 mil habitantes, mas tem densidade abaixo de 80 hab./Km<sup>2</sup>. Videira e Herval d’Oeste têm densidade acima de 100 hab./Km<sup>2</sup>, mas com população inferior aos 50 mil habitantes. Todas as outras cidades apresentam densidades abaixo de 50 hab./km<sup>2</sup>. Há um predomínio de atividades econômicas voltadas para agropecuária e/ou diretamente relacionadas à terra, como as grandes empresas de papel-celulose. Existem muitas áreas com presença de vegetação nativa e menos impacto do setor imobiliário. Em termos culturais, ainda apresenta aspectos voltados aos costumes e tradições da cultura das grandes fazendas e menos influência de processos migratórios do que a região da Grande Florianópolis.

Considerando a revisão de literatura sobre às características dos homicídios no meio rural e urbano, e os aspectos histórico-culturais da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, levantou-se as seguintes hipóteses: hipótese 1 - o número de homicídios conjugais no Planalto Catarinense é maior do que na região da Grande Florianópolis; hipótese 2 – no Planalto Catarinense há maior ocorrência de casos de homicídio conjugal, pela predominância de municípios que se enquadram na categoria de espaços rurais e, em segundo lugar, pelos aspectos culturais da região, com permanências de uma colonização portuguesa patronal; hipótese 3 – nos casos de homicídio conjugal no Planalto Catarinense a arma de fogo é o meio mais utilizado.

Como foi possível observar, pela revisão de literatura, as pesquisas sobre o homicídio conjugal podem ser realizadas pelas diversas áreas do conhecimento e, em cada área do conhecimento, um objeto de investigação é privilegiado. A presente tese situa a sua escolha em uma metodologia de investigação do fenômeno por meio de um levantamento das principais variáveis associadas ao homicídio conjugal as quais permitam uma compreensão maior do fenômeno em dois ambientes distintos: o meio

rural e o urbano. Os dados serão coletados por meio de fontes documentais, a análise seguirá uma abordagem quantitativa e a compreensão dos resultados será realizada pela psicanálise, como apresentado no capítulo a seguir.

## **4. MÉTODO**

### **4.1 Delineamento da pesquisa**

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem quantitativa, pois tem como objetivo realizar um levantamento de dados sobre o homicídio conjugal em duas regiões do estado de Santa Catarina. Para tanto, utiliza técnicas estatísticas no tratamento e análise dos dados a fim de obter uma visão ampliada do fenômeno (Morais, 2005; Creswell, 2007; Hernandez Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013). Quanto à forma de acesso ao objeto de estudo, classifica-se como documental, este é um tipo de método em que o investigador só acessa o fenômeno após a sua ocorrência, por meio de alguns vestígios ou de algumas consequências (Ghiglione & Matalon, 1993).

Tendo em vista a escassez de estudos em nível nacional acerca da temática do homicídio conjugal que compare os casos de homicídio conjugal no meio rural e urbano, esta pesquisa possui um caráter exploratório. Por fim, é explicativa, uma vez que busca a correlação entre variáveis para explicar as diferenças entre os casos de homicídio conjugal da região do Planalto Catarinense e da Grande Florianópolis e a identificação de fatores de risco e proteção (Creswell, 2007; Hernandez Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013).

### **4.2 Fontes de dados e amostra**

A pesquisa documental foi realizada em autos de processos judiciais de comarcas das regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. A escolha dos processos criminais se justifica, dentre tantos motivos, pelo fato de que são documentos oficiais, e compilam dados oriundos de fontes diversas, os quais compõem um caderno processual, a citar: Boletim de Ocorrência, Inquérito da Polícia Civil (contendo, em geral, as declarações de testemunhas, interrogatório do acusado, rol de antecedentes criminais); laudos periciais do Instituto Geral de Perícias, além daqueles documentos produzidos pelo Ministério Público (denúncia e manifestações no curso do processo), Defesa (defesa prévia, requerimentos e alegações finais) e pelo próprio Poder Judiciário (despachos de impulso processual, decisões, termos de audiências, sentenças de pronúncia e de julgamento após a decisão do Tribunal do Júri) (Martins Borges, 2006; Campbell, Webster, & Glass, 2009; Bourget, & Gagné, 2012; Beyer, Layde, Hamberger, & Laud).

A região do Planalto Catarinense abrange 39 municípios, sendo que Campos Novos, Curitibanos e Lages configuram-se como as principais cidades. A pesquisa aqui versada ocorreu nas 12<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> Circunscrições Judiciárias, as quais abrangem, respectivamente, as comarcas de Lages, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa; Curitibanos; São Joaquim, Bom Retiro e Urubici<sup>17</sup>. Já a região da Grande Florianópolis abrange 17 municípios, constando Florianópolis, São José e Palhoça como as principais cidades de referência. Nesta região, a pesquisa abrangeu as comarcas das 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 25<sup>a</sup> e 26<sup>a</sup> Circunscrições Judiciárias, a saber: a comarca da Capital (Florianópolis), a de São José, Palhoça, a de Santo Amaro da Imperatriz, a de Biguaçu, a de São João Batista e a de Tijucas.

Como critérios de inclusão foram selecionados somente os processos judiciais que se referiam a casais heterossexuais, em relação conjugal (namoro, união estável ou casamento) ou separados (depois de terem estado em relação conjugal) no momento do homicídio. Não foram analisados os casos em que a vítima foi um terceiro (um amante, por exemplo), dada a compreensão epistemológica apresentada sobre a denominação de homicídio conjugal. Assim, foram selecionados 103 casos de homicídio conjugal, 52 ocorreram na Região da Grande Florianópolis e 51 casos no Planalto Catarinense.

### 4.3 Procedimentos éticos

A presente pesquisa fez parte do projeto *Homicídios conjugais cometidos em Santa Catarina: principais variáveis precursoras (2016-2019)*, o qual pretendeu ampliar duas pesquisas anteriores: a primeira, que investigou os homicídios conjugais ocorridos na capital Florianópolis, entre os anos de 2000 e 2010, e suas principais variáveis precursoras; e a segunda, que abrangeu à amostra para toda a mesorregião da Grande Florianópolis. Ambos os projetos foram financiados pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O projeto *Homicídios conjugais cometidos em Santa Catarina: principais variáveis precursoras (2016-2019)* foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH), conforme a diretriz da Resolução nº510/16 – referente às recomendações e diretrizes de pesquisas

---

<sup>17</sup> Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Composição das comarcas. Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/cgibin/nphmgwsgi?MGWLPN=TJADM&SISTEMA=CGJ&VARIABEL=PESQOP>

envolvendo seres humanos. O parecer foi favorável, e a aprovação da pesquisa pode ser consultada por meio do Protocolo 56079616.8.0000.0121.

#### **4.4 Procedimentos de coleta de dados**

Os processos criminais foram pesquisados a partir de dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Tendo em vista a organização do referido tribunal, foi solicitada aos juízes – por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID) – uma autorização para a coleta de dados em cada uma das comarcas que compõem as regiões supracitadas. A busca e a seleção dos processos ocorreram de forma online no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), evitando deslocamentos físicos às comarcas. Para isso, o Tribunal disponibilizou uma sala da CEVID e computadores para a pesquisa. Foram criadas senhas e logins individuais para a pesquisadora ter acesso aos processos. Como não havia uma classificação para o tipo de homicídio a ser pesquisado, e tendo em vista a complexa organização e quantidade de processos existentes no SAJ, optou-se pela pesquisa dos processos afetos à matéria “Tribunal do Júri” (crimes dolosos contra a vida), refinando-se a pesquisa para “homicídio”. Com o objetivo de selecionar apenas aqueles que se enquadravam no tipo de homicídio de interesse deste projeto, ou seja, o homicídio conjugal, pesquisaram-se todos os casos em que o autor e a vítima fossem do sexo oposto, obedecendo assim aos critérios de inclusão desta pesquisa.

Para os processos iniciados entre os anos de 2005 a 2013, que ainda tramitavam em meio físico, foi solicitado a cada comarca o envio dos autos físicos para a sede do Tribunal de Justiça, por meio da CEVID. Os processos iniciados a partir do ano de 2014 estavam disponibilizados em meio digital.

Os processos físicos foram lidos, procedendo-se à seleção dos documentos que interessavam à pesquisa a fim de serem digitalizados. Quanto aos processos que já estavam digitalizados, após a leitura, também foi realizada a seleção dos principais documentos. Esta etapa teve duração de um ano e cinco meses, incluindo a autorização, a seleção dos casos envolvendo homicídio conjugal, e a pesquisa dos principais documentos do processo para fins de digitalização.

A última etapa de coleta de dados envolveu um ano de trabalho e contou com a leitura, na íntegra, de cada processo digitalizado e a criação da ficha de registro<sup>18</sup> para

---

<sup>18</sup> Verificar ANEXO 3.

cada caso de homicídio conjugal. A ficha de registro contempla os relatos dos acusados e das testemunhas além das manifestações dos advogados de defesa e acusação. Estes relatos foram interpretados pela pesquisadora por meio da abordagem psicanalítica, a partir da compreensão de que as palavras são providas de sentido e, por isso, interpretáveis. Após três leituras de cada ficha, a pesquisadora elaborou uma compreensão acerca da motivação que levou o autor(a) do homicídio a passagem ao ato. É uma interpretação analítica a partir da experiência clínica da pesquisadora. Após as três leituras de cada ficha de registro e a compreensão da dinâmica psíquica que levou o sujeito ao homicídio conjugal, preencheu-se, então, o Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal (IRMHC<sup>19</sup>).

As informações sociodemográficas de cada região do estudo foram pesquisadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. Foram selecionadas por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática, SIDRA, tabelas estatísticas com as principais informações sociodemográficas para cada município. Em seguida foram inseridas em tabelas Excel para a contagem dos dados por região.

A seguir, na figura 2, a síntese do procedimento de coleta de dados.

## Figura 2

*Fluxograma dos procedimentos de coleta de dados*



*Nota:* elaborado pela autora

<sup>19</sup> Esse Instrumento está disponível nos documentos anexos.

#### 4.5 Instrumentos para coleta de dados

Os instrumentos para a coleta de dados compreendem uma *ficha de registro* que foi preenchida para cada caso de homicídio conjugal e o Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal (IRMHC)<sup>20</sup>.

A *ficha de registro* apresenta a identificação do caso incluindo o número da ficha, o número do processo e informações sobre o autor e a vítima. Sobre o autor do homicídio constam: nome do autor, cidade, estado e país de nascimento, data de nascimento, idade, CPF, RG, Sexo, Ocupação, estado civil, vínculo com a vítima, endereço. Sobre a vítima: nome da vítima, cidade, estado e país de nascimento, data de nascimento, idade, CPF, RG, nome do cônjuge, sexo, ocupação, estado civil, endereço. Sobre o homicídio: data do homicídio, data do falecimento, local do homicídio, hora do homicídio, endereço do local do homicídio; e por fim dados sobre a fonte de informação. Em seguida, a ficha apresenta as partes selecionadas a partir da leitura na íntegra de todo o processo criminal. Em geral, as fichas de registro trazem a seguinte sequência de dados: denúncia do Ministério Público, inquérito policial, defesa do acusado, manifestações da acusação, sentença de pronúncia e sentença final. Os relatos das testemunhas, são fontes importantes de informação e estão presentes no Inquérito Policial e nas sessões de julgamento de pronúncia e do Tribunal do Júri.

O Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal (IRMHC) é uma adaptação do *Grille d'analyse multidimensionnelle de l'homicide conjugal* (Léveillé, Dubé, Martins-Borges, & Lefebvre, 2006). A versão do *Grille d'analyse multidimensionnelle de l'homicide conjugal* foi adaptada, no Canadá, por uma equipe composta por um professor de psicologia, dois estudantes de doutorado em psicologia e dois assistentes sociais especializados em violência doméstica (Martins-Borges, 2006). O objetivo da criação deste protocolo foi estabelecer um instrumento, o mais abrangente possível, para mapear o maior número de informações sobre o homicídio conjugal. Os elementos que constituíram a *Grille d'analyse multidimensionnelle del'homicide conjugal* foram selecionados por meio de três fontes diferentes de informação: a literatura científica sobre o homicídio conjugal no Canadá e nos Estados Unidos; o *Grille d'analyse multidimensionnelle de Filicide* (Dubé & Hodgins, 1998); e as entrevistas com autores de homicídio conjugal (Martins Borges, 2006; Lefebvre, 2006).

---

<sup>20</sup> Anexo 2.

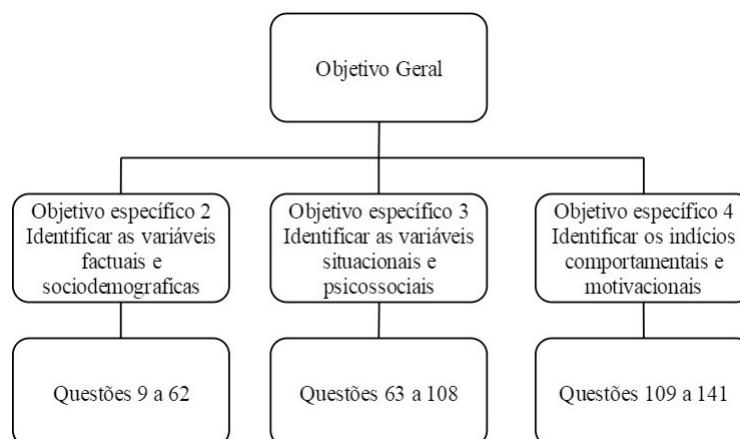
Para a utilização deste protocolo no Brasil, após sua tradução e verificação terminológica, realizaram-se quatro casos-teste que foram submetidos a uma análise de juízes (Martins-Borges, Boeira-Lodetti, & Girardi, 2014). O IRMHC utilizado no Brasil é composto por 143 perguntas objetivas e descritivas, com as seguintes dimensões: 1) Variáveis factuais; 2) Variáveis sociodemográficas; 3) Variáveis situacionais e psicológicas; 4) Indicadores comportamentais precursores do homicídio; 5) Motivações que levaram ao homicídio; 6) Impressão diagnóstica. A grande maioria dos itens é de resposta binária (“Sim” ou “Não”), mas há também itens de resposta numérica ou textual.

A dimensão Factual contempla as seguintes variáveis: tipo de homicídio; ocorrência de homicídio-suicídio ou tentativa de suicídio; acusação criminal; data, local; dia da semana e a hora do homicídio; condições da denúncia; intoxicação no momento da morte; número de vítimas; tipo de vínculo entre agressor e vítima; meio utilizado para matar a vítima; acesso a armas de fogo; tempo de duração do relacionamento. Entre as variáveis sóciodemográficas, o protocolo identifica o sexo do agressor e da vítima, a idade, a escolaridade, a situação de trabalho, as fontes de renda, a nacionalidade, o local e a pessoa com quem o indivíduo homicídio vivia no momento do crime.

As variáveis situacionais e psicológicas dimensionam a presença de episódios de violência (violência doméstica, agressões, maus-tratos, a criminalidade), de internações psiquiátricas, de abuso ou dependência de álcool, de abuso ou dependência de drogas, de consultas com profissionais de saúde, de separação, de uma condição médica orgânica ou acidental. Outras dimensões observadas refletem as variáveis psicológicas, tais como: as pistas comportamentais precursores do homicídio, as motivações que levaram o indivíduo a cometer o homicídio e os registros de diagnóstico (diagnóstico de um especialista antes e depois do crime), quando existentes.

Na figura 3, demonstra-se as questões do protocolo que respondem aos objetivos específicos 2, 3 e 4.



**Figura 3***Objetivos específicos e questões correspondentes*

## 4.6 Tratamento e Análise dos dados

Nesta etapa da pesquisa ocorreu a categorização das variáveis, por meio dos dados obtidos na pesquisa documental. Cada questão do questionário foi codificada e transferida para uma matriz de dados do programa Microsoft Excel, onde ocorreu o tratamento inicial dos dados. Esta etapa selecionou apenas as variáveis que apresentavam relação com os objetivos de pesquisa, permanecendo 83 das 143 questões iniciais. Na sequência, os dados foram transferidos para a linguagem de programação R (versão 3.6.1), em que passaram pelo tratamento estatístico.

### 4.6.1 Descrição das análises

#### 4.6.1.1 Análise descritiva por região

A fim de responder aos objetivos específicos 2, 3 e 4, foram realizadas análises independentes para cada amostra por meio de estatística descritiva. Essa técnica é a mais adequada quando existem dados categóricos e objetiva-se obter a frequência de ocorrência das variáveis.

#### 4.6.1.2 *Análise da diferença entre as regiões (homogeneidade)*

Para responder ao objetivo específico 5, foram aplicadas nas duas amostras análise estatística inferencial não paramétrica (*Qui-quadrado*). Verifica-se a adequação dessa técnica quando as variáveis de interesse são qualitativas. Como o IRMHC analisa pelo menos cinco dimensões de variáveis independentes, essa metodologia foi a mais adequada para identificação de diferenças entre dois grupos (Hernandez Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013).

Nesta etapa optou-se por quantificar o grau de discrepância observado por meio de valores-p, como heurística para ordenar as variáveis em termos de sua diferença ser mais ou menos significativa entre as regiões. Apesar de a grande maioria dos itens possuírem apenas dois níveis de resposta (“Sim” e “Não”), alguns apresentam categorias diversas com baixas contagens. Como a aproximação da distribuição  $\chi^2$  não é confiável em casos como esses, o valor-p foi calculado com base em 10.000 simulações utilizando o método Monte Carlo. Para manter a homogeneidade dos resultados, esse método de cálculo foi mantido mesmo em situações em que não era absolutamente necessário.

#### 4.6.1.3 *Análise de aderência dos dados das amostras aos dados populacionais*

Para responder ao objetivo 6, e verificar quais características sociodemográficas dos autores de homicídio conjugal são similares ou discrepantes a população em geral, foi também computada a estatística de  $\chi^2$  para comparar os dados amostrais aos dados de cada região obtidos a partir do censo do IBGE de 2010. Como há pouca sobreposição entre as variáveis do Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal e os dados censitários, essa análise foi restrita ao *Sexo do agressor*, *Faixa etária do agressor*, *Cor do agressor*, *Religião do agressor*, *Grau de instrução* e *Renda do agressor*.

#### 4.6.1.4 *Avaliação de fatores de risco e fatores de proteção*

Por último, foi realizada um tipo de análise de regressão, a *Análise de Sobrevivência*. Essa análise buscou identificar os fatores de risco e proteção para a ocorrência de homicídio conjugal nas duas regiões, respondendo ao objetivo específico

6. Esse estudo estatístico analisa qual é a contribuição das variáveis independentes na predição da variável desfecho (Dancey & Reidy, 2006).

Em uma análise de sobrevivência, o desfecho de interesse é o tempo transcorrido até a ocorrência de um evento de interesse. Para os dados analisados nesta pesquisa, o evento de interesse é o próprio homicídio conjugal<sup>21</sup>. A decisão do que constitui o tempo até o evento depende de algumas considerações discricionárias; em particular, como decidimos responder à pergunta “A partir de que momento a vítima está sob o risco de um homicídio?” Uma escolha natural seria o tempo do relacionamento; mas essa escolha não reflete que o homicídio pode advir de uma mudança brusca na relação conjugal, como um divórcio ou infidelidade. Na literatura, um dos preditores mais relevantes para o homicídio conjugal é a ocorrência de violência conjugal prévia (Kivisto, 2015); por esse motivo, o número de episódios de violência conjugal pode servir como um substituto de uma variável temporal contínua.

Como qualquer outra análise de regressão, a análise de sobrevivência avalia o desfecho condicionado a uma série de preditores. Partindo do tempo transcorrido até um evento para cada caso observado, a análise de sobrevivência modela a *função de risco* da ocorrência de um evento em um dado momento  $t$ . A função de risco indica qual a taxa de ocorrência do evento de interesse no tempo  $t$  dado que o evento não ocorreu antes de  $t$ .

Os modelos de regressão de sobrevivência podem assumir uma forma paramétrica para a função de risco, ou podem utilizar um estimador não-paramétrico da função de risco de linha de base, como o modelo de risco proporcional de Cox (Hernandez Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013). Por não haver nenhuma teoria ou modelo prévio para designarmos um modelo paramétrico para a função de risco, optou-se por ajustar um modelo de risco proporcional de Cox aos dados do IRMHC no modelo de Cox, o efeito dos preditores é modelado como aumentos ou diminuições proporcionais do risco para o tempo  $t$ :

$$\lambda(t | X_i) = \lambda_0(t)\exp(X_i\beta)$$

---

<sup>21</sup> Outra característica importante da análise de sobrevivência é a existência de desfechos *censurados*, ou seja, casos para os quais não foi observado se o evento de interesse chegou a acontecer. Para os dados analisados nesta pesquisa, essa característica não é relevante porque todos os casos foram selecionados justamente pelo evento já ter ocorrido.

Em que  $\lambda(t | X_i)$  é a função de risco avaliado no tempo  $t$  a partir dos preditores contidos no vetor  $X_i$ ;  $\lambda_0$  é a função de risco de base, estimada por estimador não-paramétrica no modelo de Cox; e  $\beta$  são os coeficientes de regressão para cada um dos preditores. O exponencial dos coeficientes  $\beta$  são interpretados como *razão de risco*:

- Quando o coeficiente é *igual a um*, o preditor *não contribui* para mudança com relação ao risco de base;
- Quando o coeficiente é *menor do que um*, o preditor contribui para a *diminuição* do risco;
- Por fim, quando o coeficiente é *maior do que um*, o preditor contribui para o *aumento* do risco.

Como se trata de uma razão, a magnitude do coeficiente exponenciado pode ser interpretado como a porcentagem de aumento ou diminuição do risco imediato em um determinado momento do tempo. Por meio da avaliação da magnitude dos coeficientes obtidos pelo modelo de regressão de Cox, é possível identificar quais variáveis são fatores de risco, no sentido de aumentar as chances de ocorrência do homicídio precocemente; e quais fatores são de proteção, no sentido de diminuir os riscos e, por isso, postergarem a ocorrência do homicídio.

O modelo de regressão de Cox costuma ser ajustado por meio de máxima verossimilhança parcial. Porém, a estimação por máxima verossimilhança costuma produzir estimativas com grande variância se há um grande número de preditores com relação ao número de observações, como é o caso dos dados analisados (78 variáveis e 103 observações no total).

Para reduzir a variação das estimativas, uma estratégia possível é utilizar um estimador *regularizado*, ou seja, que penaliza coeficientes muito grandes, diminuindo sua variância. Como também é objetivo identificar um subconjunto de variáveis mais relevantes para a predição, uma opção foi utilizar o estimador Lasso (*Least absolute shrinkage and selection operator*, operador de seleção e encolhimento baseado em mínimo absoluto). O Lasso automaticamente seleciona apenas os preditores mais relevantes, reduzindo a estimativa dos outros coeficientes a zero, e aplica um encolhimento às estimativas relevantes para reduzir sua variância.

#### 4.6.1.5 Documentos para construção de protocolos

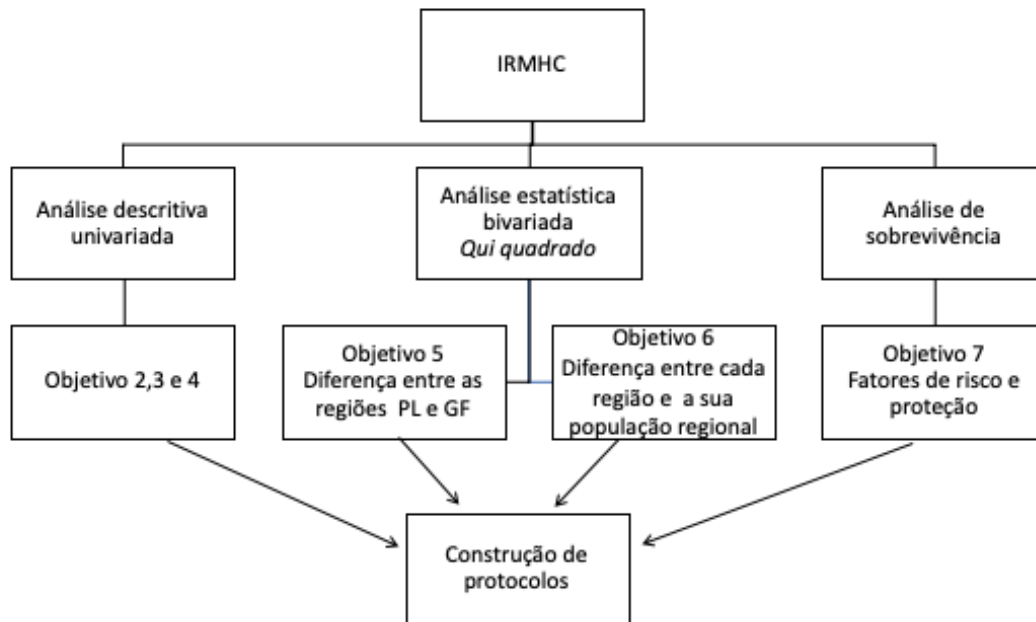
Por fim, selecionou-se as variáveis identificadas em todas as etapas da análise estatística e após a comparação com os dados da literatura científica sobre o tema, que serão discutidos no capítulo 5, elaborou-se quatro documentos no formato de protocolos

de prevenção a novos casos de homicídio conjugal nas duas regiões.

A seguir a figura 4 com a síntese das etapas da análise de dados.

#### Figura 4

*Síntese Análise de dados*



## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram mapeados 103 casos de homicídio conjugal ocorridos nas regiões da Grande Florianópolis (GF) e do Planalto Catarinense (PL) entre os anos 2005 e 2017. Desses, 52 casos ocorreram na Região da Grande Florianópolis e 51 casos na Região do Planalto Catarinense.

A fim de responder aos objetivos 2, 3 e 4 nas partes que seguem serão apresentados os dados descritivos das variáveis sociodemográficas, factuais, situacionais e psicológicas, bem como dos indícios comportamentais precusores, além das motivações relacionadas aos homicídios conjugais nas duas regiões. As variáveis sociodemográficas trazem informações acerca do autor do homicídio conjugal e as variáveis factuais, por sua vez, caracterizam o ato homicida. Por meio das variáveis situacionais e psicológicas buscou-se dar visibilidade à dinâmica da relação conjugal e ao histórico de violências perpetradas pelo autor do homicídio. Os indícios comportamentais precusores trazem informações sobre o comportamento do indivíduo homicida no ano precedente ao ato e, por fim, visualizam-se as motivações que levaram o autor ao cometimento do homicídio.

Ao longo deste capítulo também serão discutidos os resultados das análises estatísticas inferenciais. O teste de  $\chi^2$  foi utilizado para avaliar a homogeneidade das respostas aos itens do *Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal* em função da região do processo de homicídio conjugal, respondendo, assim, ao 5º objetivo desta tese. Para compreender os dados referentes às variáveis sociodemográficas e factuais, e responder ao objetivo 6, serão estabelecidas comparações com as amostras populacionais do Censo 2010<sup>22</sup> das duas regiões analisadas.

Em seguida, a discussão tratará dos dados provenientes da identificação dos fatores de risco e proteção para novos casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense, objetivo 7 deste estudo.

Por fim, serão propostos quatro produtos com as principais variáveis identificadas para cada região. Estes protocolos têm como finalidade auxiliar profissionais que atuam nos serviços de saúde, assistência social e justiça no trabalho de prevenção de novos casos de homicídio conjugal.

---

<sup>22</sup> A escolha em utilizar os dados do Censo 2010 para fins comparativos é explicada pelo recorte temporal desta pesquisa, a saber, os anos de 2005 a 2017.

### 5.1 Variáveis sociodemográficas dos autores de homicídio conjugal da Região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense

Na Região da Grande Florianópolis, no que tange ao *sexo do indivíduo homicida*, os homens representaram 83% dos autores do homicídio (n=43), as mulheres foram autoras em 17% dos casos (n=9). No Planalto Catarinense os homens representaram 71% das autorias de homicídio (n=36) e as mulheres foram autoras em 29% dos casos (n=15). Como é possível observar na tabela 4, esses dados demonstram que nas duas amostras o sexo masculino foi o maior perpetrador de casos de homicídio conjugal. No entanto, em comparação com pesquisas do Canadá e dos Estados Unidos no que se refere ao sexo do autor do homicídio, a região do Planalto Catarinense apresenta uma particularidade, pois naquelas as porcentagens de mulheres autoras de homicídio conjugal frequentemente não ultrapassam os 20% das amostras (Bourget & Gagné, 2012, Belknap et al. 2012).

Ainda sobre a variável *sexo*, houve diferença significativa quando as duas amostras de autores de homicídio conjugal foram comparadas com o perfil populacional de suas regiões. Tanto a amostra de autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis quanto a do Planalto Catarinense apresentam mais autores do sexo masculino do que a proporção de homens no perfil populacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na Grande Florianópolis, as *idades* dos autores de homicídio variaram entre 18 a 52 anos, a faixa etária com maior registro – 50% dos casos – é a de 30 a 39 anos seguida da faixa etária de 20 a 29 anos, com 27%; a média de idade foi de 32 anos. No Planalto, a idade variou entre 19 a 66 anos, a faixa etária com maior percentual foi a de 20 a 29 anos, com 33%; em seguida, 40 a 49 anos com 29% e 30 a 39 anos, com 21%. A média de idade no Planalto foi de 35,6 anos. Nas duas regiões, as médias de idade estão em conformidade com o que demonstram as pesquisas internacionais sobre o perfil do autor de homicídio conjugal: são indivíduos acima de 30 anos e mais velhos, portanto, que autores de outros tipos de homicídios que tem médias em torno dos 26,8 anos (Kivisto, 2015).

DeJong, Pizarro e McGarrel (2011) destacam que os homens autores de homicídio conjugal são, em geral, mais velhos que suas companheiras, e esse padrão se manteve nas duas amostras. Na Grande Florianópolis, 69,7% e no Planalto 78% das vítimas mulheres eram mais jovens que os autores de homicídio. A média de diferença

de idade entre os casais, em que os homens eram mais velhos que as mulheres, foi de 4,9 anos na Grande Florianópolis e de 8,6 anos no Planalto Catarinense. Segundo dados do Censo 2010, a média de diferença de idade entre homens e mulheres que se casam ou estão em união estável no Brasil é de três anos (IBGE, 2010). Percebe-se que nas duas amostras as médias de diferença de idade estão acima da média nacional.

No que concerne as mulheres autoras de homicídio conjugal, levantamentos internacionais apontam que elas tendem a ser mais jovens que seus parceiros (Caman et al. 2017; Belknap et al., 2012; Martins-Borges, 2009). Nas duas regiões analisadas, todas as mulheres autoras de homicídio conjugal eram mais novas que seus companheiros. Na Grande Florianópolis, a média de diferença de idade para estes casais foi de 4,2 anos e no Planalto Catarinense foi de 7,2 anos.

A variável *idade* apresentou diferenças significativas entre as duas amostras de autores de homicídio conjugal, como também entre suas regiões. Como é possível observar na tabela 4, a concentração de autores de homicídio conjugal na faixa etária dos 30 aos 39 anos é maior que a dos moradores da região da Grande Florianópolis para essa faixa de idade. Na amostra do Planalto Catarinense, o número de autores na faixa etária de 20 a 29 anos foi maior que o de moradores do Planalto nessa faixa de idade.

Para as análises relacionadas à *cor* dos indivíduos homicidas, foram considerados somente os casos em que havia essa informação. Na Grande Florianópolis, declararam-se brancos 74% dos autores, 19% pretos e 6,4% pardos. No Planalto Catarinense, 77% dos autores se declararam brancos, 19% pardos, e um indivíduo se declarou preto. A amostra de autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis apresentou uma proporção menor de brancos e pardos em comparação com a divisão da população regional, segundo dados do Censo 2010. Já a amostra de autores de homicídio conjugal do Planalto Catarinense não apresentou diferença significativa com relação a sua região, como é possível observar na tabela 4.

Da mesma forma que a variável *cor*, a análise do *perfil religioso* do autor do homicídio considerou apenas os casos em que havia declaração. O catolicismo foi a religião predominante nas duas amostras. A Grande Florianópolis registrou 70,8% de autores de homicídio que se declararam católicos, 20,8% que se autodeclararam evangélicos e 9% de outras religiões. O Planalto Catarinense apresentou 81,8% de autores de homicídio autodeclarados católicos, 9% de evangélicos e 9% de outras religiões. Essa variável demonstrou concordância com o perfil sociodemográfico da população nas duas regiões. Segundo os dados do IBGE, na Grande Florianópolis 67%



da população é católica, 14,84% evangélica e 18,16% pertence a outras religiões; no Planalto Catarinense 80% da população segue a religião católica, 15% a religião evangélica e 1,1 % outras religiões.

Na região da Grande Florianópolis, 53% dos autores de homicídio conjugal tinham o ensino fundamental incompleto; 26,9% tinham o fundamental completo; 7,7% tinham o ensino médio completo e 7,7% o superior completo. Quanto ao *grau de instrução*, a região do Planalto Catarinense apresentou 60% dos autores com o ensino fundamental incompleto; 19,5% o ensino fundamental completo; 9,5% tinham o ensino médio completo e apenas 1,9% tinha o ensino superior completo. Estes dados evidenciam baixa escolaridade nas duas amostras se comparadas com os percentuais de pesquisas internacionais onde a taxa de autores de homicídio conjugal que não possuem o ensino médio completo é de 50% (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain, 2006).

A comparação com as realidades regionais também chama a atenção, pois as duas amostras de autores de homicídio conjugal apresentam diferenças significativas em relação a escolaridade. O perfil de escolaridade dos autores de homicídio conjugal da Grande Florianópolis, é inferior ao da população em geral. Os dados do Censo 2010 sobre o *perfil da população de 15 anos ou mais segundo o nível de instrução* na região da Grande Florianópolis, como observado na tabela 4, apresenta um maior percentual da população de pessoas que cursaram o ensino médio completo e superior incompleto/completo, totalizando 52% da população.

O perfil de autores de homicídio conjugal do Planalto Catarinense apresenta o nível de escolaridade mais baixo que o da Grande Florianópolis, e inferior aos dados regionais nos percentuais referentes ao ensino fundamental incompleto e ao ensino médio incompleto/completo.

**Tabela 4**

*Dados sociodemográficos – sexo, idade, cor, religião e grau de instrução de instrução*

		Amostra GF		Região Gfpolis		Amostra PL		Região Planalto	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo*	Feminino	9	17	469.331	51	15	29	224.690	51
	Masculino	43	83	446.486	49	36	71	219.247	49
Idade** (faixa etária)	15 a 19 anos	3	5,77	75.979	8	3	6	40.053	9
	20 a 29 anos	14	27	180.288	20	17	33	74.875	18
	30 a 39 anos	26	50	154.113	17	11	21	65.942	15
	40 a 49 anos	6	11,54	131.195	14	15	29	62.791	14

	50 a 59 anos	2	3,85	99.299	11	3	6	45.242	10
	60 a 69 anos	0	0	54.115	6	2	4	28.120	6
	Sem informação	1	1,92	-	-	0	0	-	-
Cor***	Branca	23	44,2	779.506	85	24	47	319.731	77,27
	Parda	2	3,85	90.043	9,83	6	11,7	106.981	25,85
	Preta	6	11,54	40.094	4,37	1	1,9	13.227	3,19
	Sem informação	21	40,38	-	-	20	39,2	-	-
Religião	Católico	17	32,69	622.059	67	18	35	363.158	81,80
	Evangélico	5	9,62	135.942	14,8	2	3,9	66.730	15,03
	Outra	2	3,85	157.816	18,16	2	3,9	4.527	1,01
	Sem religião declarada	28	53,85	-	-	29	56,8	-	-
Grau de Instrução* ***	Ensino Fund. Incompleto	28	53,85	207.212	28,35	31	60,7	155.612	46,07
	Ensino Fund. Completo/Ensino Médio Incompleto	14	26,92	141.098	19,25	10	19,55	70.002	20,72
	Ensino Médio Completo/Ensino Superior Incompleto	4	7,7	254.171	34,68	5	9,8	79.011	23,39
	Ensino Superior Completo	4	7,7	127.059	17,33	1	1,9	31.540	9,33
	Sem informação	2	3,85	2.751	0,37	1	1,9	1544	0,45

Fonte: Elaborado pela autora. As colunas “Amostras GF e PL” apresentam os dados dos processos criminais de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. As colunas “Região Gfópolis e Região Planalto” apresentam os dados do Censo de 2010 para as respectivas regiões.

Nota. Diferenças entre as amostras de autores de homicídio conjugal e as suas respectivas regiões. \* GF:  $\chi^2 = 23.974$   $p=0.000$ ; amostra PL:  $\chi^2 9.171$   $p=000.3$  \*\* GF:  $\chi^2 = 29.492$   $p=0.000$ ; amostra PL:  $\chi^2 10.191$   $p=0.070$  \*\*\* GF:  $\chi^2 = 16.564$   $p=0.003$ ; \*\*\*\* GF:  $\chi^2 = 28.229$   $p=0.000$ ; amostra PL:  $\chi^2 12.506$   $v p=0028$ .

Na tabela 5, pode-se observar o perfil de *trabalho* dos autores de homicídio conjugal. Nas duas amostras, a maioria dos indivíduos eram *trabalhadores não qualificados* que, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, são trabalhos que

não exigem especialidade. Os *trabalhadores qualificados* são aqueles que apresentam mais experiência e qualificação, ainda que não tenham nível técnico ou superior.

Os trabalhadores não qualificados representaram 34,6% do total da amostra da Grande Florianópolis; em seguida, 15,8% eram trabalhadores qualificados; 13,4% estavam desempregados; 9,6% trabalhavam em serviços de proteção e segurança; 5,7% em outros tipos de serviço, como duas mulheres que declararam ser “do lar” e um homem que estava afastado do trabalho em período de licença médica; 3,7% eram técnicos de nível médio e os demais eram um professor de nível superior, um profissional administrativo e um funcionário público. No Planalto Catarinense, 31,3% eram trabalhadores não qualificados; 9,8% eram agricultores; 5,8% comerciantes; 15,6% desempregados e 23,5% estavam aposentados (n=6), ou tinham outro tipo de trabalho, “do lar” (n=2), motorista (n=2) e garçom (n=1).

Na Grande Florianópolis, dos trabalhadores *não qualificados*: dois eram ajudantes de pedreiro, dois auxiliares de cozinha, dois motoboys, um trabalhava com serviços gerais, um soldador, um auxiliar de vendas, um vendedor ambulante, um auxiliar de motorista, uma mulher catadora de papelão, um auxiliar de produção e, em cinco casos, não foi possível especificar o tipo de serviço. No Planalto Catarinense, dezesseis perpetradores eram trabalhadores não qualificados: quatro eram diaristas nas colheitas de erva-mate e maçã, três trabalhavam com serviços gerais, três eram serventes de pedreiro, três auxiliares de produção, um era ajudante de serralheiro, um auxiliar de fundição e um não foi possível especificar.

Dos *trabalhadores qualificados* na Grande Florianópolis, três eram pedreiros, dois marceneiros, dois pintores e uma costureira. No Planalto Catarinense apenas quatro perpetradores entraram nessa categoria: três pedreiros e um pintor.

### Tabela 5

*Dados sociodemográficos – trabalho.*

		Amostra GF		Amostra PL	
		N	%	N	%
Trabalho	Trabalhadores não qualificados.	18	34,62	16	31,37
	Outros	3	5,77	12	23,5
	Desempregado	7	13,46	8	15,69
	Serviços de Prot. Seg.	5	9,62	0	0
	Comerciante, empresário	3	5,77	3	5,8

Agricultores	-	-	5	9,8
Técnicos nível médio	2	3,85	1	1,9
Trabalhadores qualificados da indústria e construção.	8	15,38	4	7,84
Professor Nível superior	1	1,92	-	-
Funcionário Público	1	1,92	-	-
Pessoal administrativo	1	1,92	1	1,9
Serviços Pessoais	1	1,92	0	0
Professor(a)	0	0	1	1,9
Sem informação	2	3,85	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos *dados dos processos criminais referentes aos casos de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*.

A taxa<sup>23</sup> de desemprego entre os autores de homicídio conjugal varia muito entre as amostras internacionais, com estimativas de 13% a 58% (Kivisto, 2015). Dentre essas amostras, dois estudos de larga escala, apontam que os autores de homicídio conjugal têm mais probabilidade de estarem empregados no momento do crime do que autores de outros tipos de crime familiar (Oram et al. 2013; Campbell, et al. 2003). Por outro lado, se comparados apenas aos autores de violência conjugal não letal, os autores de homicídio conjugal têm menos probabilidade de estarem empregados (Campbell, et al. 2003). Nas amostras de autores de homicídio conjugal da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, o número de desempregados foi de 15,6% e 13,4%, respectivamente. Essas taxas estão dentro daquelas observadas por Kivisto (2015). No entanto, são mais altas que os percentuais de desemprego registrados no ano de 2010 na região da Grande Florianópolis, que foi de 4,8% e na região do Planalto Catarinense, que foi de 5,5% (SST, 2010).

Segundo dados do Ministério do Trabalho, o perfil de *trabalho* dos autores de homicídio conjugal apresentou diferenças de acordo com a distribuição das atividades econômicas nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.

Como é possível observar na tabela 6, na Grande Florianópolis, por exemplo, a maioria dos empregos estavam distribuídos nas atividades ligadas à administração pública, 23% do total. No entanto, na amostra de autores de homicídio conjugal da Grande Florianópolis, apenas um autor de homicídio era funcionário público, o que

<sup>23</sup> O termo taxa é utilizado como sinônimo de porcentagem.

equivale a 3,03%. Essa discrepância ocorreu também em outras atividades econômicas, como construção civil, que representou 6,2% do perfil de empregos da região e 21% na amostra de autores de homicídio conjugal. Os trabalhos da indústria de transformação representaram 6% dos empregos da região e 12% na presente amostra. As atividades administrativas e serviços complementares que na região representaram 13% do total de empregos, na amostra de autores de homicídio teve o maior percentual de ocupações, que foi de 24%.

Essas diferenças também foram percebidas na amostra de autores de homicídio conjugal do Planalto Catarinense. Enquanto na região do Planalto Catarinense a maioria dos empregos estavam distribuídos na área da indústria de transformação com 23,9% na amostra, 16% dos autores de homicídio conjugal trabalhavam nessa área. A agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que representou 11,4% dos empregos da região, na amostra, apresentou o maior percentual de empregos, com 30%. O comércio representou 22% do total de empregos da região e na amostra o percentual foi de 10%. As atividades administrativas e serviços complementares tiveram percentual de 2,1% na região, e na amostra o percentual foi de 13,3%. E a maior diferença ocorreu na atividade de construção civil, que representou 3,02% na região e na amostra de autores de homicídio conjugal teve o segundo maior percentual de trabalho, com 23,3% do total.

**Tabela 6**

*Atividades econômicas geradoras de emprego segundo dados do Ministério do Trabalho para o ano de 2011.*

		Amostra GF %	Região Gfpolis	Amostra PL %	Região Planalto	
Emprego	Indústria de transformação	12,1	6,5	16	23,9	
	Comércio	15,1	18,9	10	22,3	
	Atividades da administração pública defesa e seguridade social	24,2	23,9	-	14,7	
	Agricultura Pecuária e produção florestal pesca e aquicultura	-	0,4	30	11,4	
	Transporte armazenamento e correio	9,09	3,4	-	4,5	
	Construção	21,2	6,2	23,3	3,8	
	Alojamento e alimentação	6,06	4,9	-	2,7	

Educação	3,03	4,7	3,3	2,1
Atividades administrativas e serviços complementares	3,03	13,7	13,3	1,8
Atividades profissionais científicas e técnicas	6,06	2,7	3,3	1,07
Informação e comunicação	-	4,5	-	5,5

*Fonte:* Elaborado pela autora. As colunas “Amostra GF e Amostra PL” apresentam os dados dos processos criminais de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. As colunas “Região Gfpolis e Região Planalto” apresentam os dados do Sebrae/SC<sup>24</sup>

Na tabela 7, observa-se os dados dos processos em que haviam informações sobre a *renda* do autor do homicídio conjugal. Na Grande Florianópolis, 75% dos indivíduos declararam renda familiar de dois a cinco salários mínimos, 12,5% declararam receber de seis a 10 salários mínimos, um indivíduo declarou renda acima de 20 salários mínimos e 8,3% não tinham renda. No Planalto Catarinense, 30% declararam receber menos de um salário mínimo e 69,2% declararam renda de dois a cinco salários mínimos. Houve diferença significativa entre as duas amostras, pois os autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis apresentam renda superior aos do Planalto Catarinense. Há convergência com os dados regionais em que a renda da população da Grande Florianópolis é superior à do Planalto. As duas amostras também apresentam diferenças significativas nos perfis de renda familiar se comparadas às médias regionais, pois concentram na faixa entre dois a cinco salários mínimos quase 70% dos indivíduos. Quando analisamos a população das duas regiões, observamos menos concentração na faixa entre dois a cinco salários mínimos, 36,1% na Grande Florianópolis e 41,1% no Planalto Catarinense, bem como percentuais mais altos nas faixas acima de seis salários mínimos. Os autores de homicídio conjugal do Planalto Catarinense apresentam um percentual maior de indivíduos na faixa etária de rendimentos até um salário mínimo quando comparados à população da região: são 30%, contra 9,4% da região.

Com relação à *coabitação*, na Grande Florianópolis os autores de homicídio conjugal moravam: sozinhos 23%; com o cônjuge e filhos 15,3%; somente com o

---

<sup>24</sup> Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais, 2011. As atividades econômicas seguem a classificação da CNAE (Classificação, Nacional de atividades econômicas), que é elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

cônjuge 13,4%; com cônjuge e filhos que não são dele 9,6%; com filhos 9,6 %. No Planalto Catarinense, 25% moravam em residência com cônjuge e filhos; 13% com cônjuge; 9% com filhos e 9% sozinhos. As maiores diferenças entre as duas regiões estão nas taxas de indivíduos que moravam sozinhos na Grande Florianópolis e de indivíduos que viviam com cônjuge e filhos no Planalto. Essa variável tem relação com o tipo de vínculo entre o casal, dado que na Grande Florianópolis a maioria dos casais estavam separados no momento do homicídio e, por isso, viviam em casas separadas, muitos deles sozinhos. No Planalto, o número de separações é menor e a maioria dos casais viviam juntos.

**Tabela 7**

*Dados sociodemográficos – renda e coabitação*

		Amostra GF		Região Gfpolis		Amostra PL		Região Planalto	
		N	%			N	%		
Renda*	Menos de 1 salário mínimo	0	0	10.772	3,5	4	7,8	13.205	9,4
	1 a 2	0	0	31.314	10	0	0	29.251	20,9
	2 a 5	18	34,62	110.470	36,11	9	17,6	57.513	41,1
	6 a 10	3	5,77	85.262	27,87	0	0	25.010	17,8
	11 a 20	0	0	40.506	13,2	0	0	7.689	5,4
	acima de 20	1	1,92	20.851	6,8	0	0	3.103	2,2
	Sem rendimentos	2	3,85	6.694	2,1	0	0	4.082	2,9
	Sem declaração	28	53,85	...	...	38	74,5	...	...
Com quem vivia	Com sua família de origem	3	5,77			2	3,9		
	Em residência com cônjuge e filhos	8	15,38			13	25,4		
	Com cônjuge	7	13,46			7	13,7		
	Com cônjuge e filho(s) que não são dele, do(s) qual(is) ele não é o tutor legal.	5	9,62			3	5,8		
	Com filho	5	9,62			5	9,8		
	Sozinho	12	23,08			5	9,8		
	Conj. filhos dele e filhos nao dele nao tutor legal	1	1,92			1	1,96		
	Conj. filhos dele e filhos nao dele é tutor legal	2	3,85			-	-		
	Com um amigo	1	1,92			-	-		
	Faml.origem e conj.	-	-			2	3,92		
	Conj. dife. foi morto	-	-			1	1,96		
	Outro	5	9,6			8	15,6		
	Sem informação	-	-			4	7,84		

*Fonte:* Elaborado pela autora. As colunas “Amostra GF e Amostra PL” apresentam os dados dos processos criminais de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. As colunas “Região Gfpolis e Região Planalto” apresentam os dados do Censo de 2010 para as respectivas regiões.

*Nota.\** Diferença significativa entre as duas amostras  $\chi^2 14.507 p 0.003$ . Diferença significativa entre as amostras e a população regional: amostra GF:  $\chi^2= 22.951 p=0.004$ ; amostra PL:  $\chi^2 15.186$  valor  $p=0.034$ .

Como é possível observar na tabela 8, na Grande Florianópolis 98% dos autores de homicídio eram brasileiros, apenas um indivíduo era estrangeiro: 86% eram naturais do sul do país, 64% nasceram em Santa Catarina, 18% no Rio Grande do Sul, e 4% no Paraná. No Planalto Catarinense todos os indivíduos eram brasileiros: 96% nascidos no sul do Brasil, 84% eram naturais de Santa Catarina, 7% do Paraná e 5% dos Rio Grande do Sul. No que se refere ao estado de origem de cada autor de homicídio, houve diferença significativa entre as duas amostras, pois, na região da Grande Florianópolis, 33,3% dos autores de homicídio conjugal nasceram em outros estados brasileiros, não sendo catarinenses. Esses dados podem estar relacionados aos processos migratórios de suas respectivas regiões. A região da Grande Florianópolis foi a segunda região do estado a receber maior número de imigrantes interestaduais, enquanto a mesorregião Serrana, que constitui grande parte dos municípios da amostra do Planalto Catarinense, apresentou saldo migratório negativo, segundo dados do Censo 2010 (Assis, Canella, Brightwell & Magalhães, 2018).

**Tabela 8**

*Dados sociodemográficos – Nacionalidade, Região, Estado*

		Amostra GF		Amostra PL		Teste estatístico
		N	%	N	%	
Nacionalidade	Brasileira	51	98	51	100	NS
	Estrangeira	1	2	0	0	
Região	Sul	45	86,5	49	96	NS
	Sudeste	2	3,85	1	1,9	
	Nordeste	3	5,77	1	1,9	
	Sem informação	2	3,85	0	0	
Estado*	SC	33	63,46	43	84,3	$\chi^2 13.734$ $p 0037$
	RS	10	18	2	3,9	
	PR	2	3,85	4	7,8	
	SP	1	1,92	1	1,9	
	RJ	1	1,92	0	0	
	BA	2	3,85	0	0	
	MA	1	1,92	0	0	
	PB	0	0	1	1	



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos *dados dos processos criminais referentes aos casos de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*.<sup>25</sup>

No que se refere ao perfil sociodemográfico, as duas regiões apresentam mais semelhanças que diferenças entre si. No entanto, existem particularidades nos percentuais de algumas variáveis na comparação com pesquisas internacionais ou com os dados populacionais do Censo demográfico. Estas informações serão discutidas a seguir.

#### 5.1.1 Síntese das variáveis sociodemográficas referentes aos autores de homicídio conjugal

No quadro 1 é possível observar as principais semelhanças e diferenças, encontradas nas duas regiões, referentes as variáveis sociodemográficas. As principais semelhanças foram constatadas nas variáveis *sexo, idade, diferença de idade entre o casal, religião e nacionalidade*. A porcentagem de homens autores de homicídios conjugais foi maior nas duas regiões. Entretanto, as mulheres autoras de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense apresentaram taxas acima das verificadas nas amostragens internacionais; o mesmo não foi encontrado na amostra da Grande Florianópolis.

Nas duas amostras, a média de *idade* dos autores de homicídio conjugal ficou acima dos 30 anos. Quando os homens foram os autores do homicídio, eles eram mais velhos que as vítimas nas duas regiões. Todas as mulheres autoras de homicídio, por sua vez, eram mais jovens que seus companheiros. Não houve diferenças entre esses achados e as pesquisas internacionais. A informação mais importante sobre a variável idade foi constatada na média de diferença de idade entre o casal. Nas duas regiões, a maioria dos homens eram mais velhos que as vítimas mulheres, no entanto essa diferença ficou acima da média nacional. No Brasil, os homens são em média três anos mais velhos que a mulher. Na região da Grande Florianópolis essa diferença foi de 4,2 anos e no Planalto Catarinense de 7,2 anos. Com relação à variável idade, pode-se inferir que nas duas amostras a diferença de idade entre os casais foi acima da média

---

<sup>25</sup> Assim como as tabelas até aqui registradas, todas as outras foram elaboradas pela autora a partir dos dados dos processos criminais referentes aos casos de homicídio conjugal entre os anos de 2005 e 2017, na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. Por isso, as demais tabelas não apresentarão a *Fonte*.

nacional, seja no perfil de autoria feminina ou masculina; no Planalto catarinense essa diferença foi ainda maior.

As duas amostras de casos de homicídio conjugal apresentam percentuais muito próximos em relação à *religião* do indivíduo homicida, isto é, uma maior porcentagem de católicos, seguidos por evangélicos e, em terceiro, outras religiões. Estes dados também estão de acordo com o perfil religioso da população nas duas regiões: 67% de católicos e 14,4% de evangélicos na Grande Florianópolis e 80% de católicos e 15% de evangélicos na população do Planalto Catarinense.

Somente um autor de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis era estrangeiro, todos os outros, nas duas regiões, eram brasileiros. As duas regiões apresentam maiores taxas de autores nascidos no sul do Brasil. No entanto, a amostra de autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis apresentou um percentual significativamente maior de indivíduos nascidos em outros estados, diferente da amostra do Planalto Catarinense em que 84% nasceram em Santa Catarina.

A maioria dos autores de homicídio conjugal nas duas regiões se autodeclarou branco. Em segundo lugar, houve diferença no grupo étnico. Na Grande Florianópolis, o maior percentual foi de pretos e, em terceiro, pardos. No Planalto Catarinense, em segundo lugar ficaram os autores que se autodeclararam pardos e, em terceiro lugar, pretos.

Verificou-se o baixo *nível de escolaridade* dos autores de homicídio conjugal da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense – 80% deles não completaram o ensino médio. Esse perfil educacional está abaixo dos percentuais de escolaridade das amostras internacionais. Em termos comparativos, os autores do Planalto Catarinense têm números mais baixos de escolaridade que os autores da região da Grande Florianópolis. Por outro lado, os autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis têm menos anos de escolaridade se comparados ao perfil global de sua população.

O perfil de *trabalho* das duas amostras tem relação com os níveis de escolaridade. A maioria dos autores de homicídio conjugal eram trabalhadores não qualificados que, como o nome sugere, não tinham qualificação. Esta condição é própria de quem não teve oportunidade de concluir o ensino fundamental ou médio, que foi a realidade de 80% dos sujeitos investigados. Todavia, é importante frisar que a baixa escolaridade não é um retrato das regiões estudadas, principalmente da região da Grande Florianópolis, como já foi discutido. O percentual de desempregados também

alcançou números mais elevados que as taxas para as duas regiões, segundo o Censo 2010. Tal fato mais uma vez demonstra a singularidade das amostras estudadas.

Ainda sobre a variável *trabalho*, algumas atividades econômicas são mais características de uma determinada região e isso também se verificou nas amostras de autores de homicídio conjugal. No Planalto Catarinense, por exemplo, cinco autores de homicídio conjugal eram agricultores e quatro eram diaristas na colheita de erva-mate e maçã. A agropecuária é responsável por um percentual significativo da produção econômica da região, como foi analisado anteriormente. O Planalto Catarinense concentra muitas cidades em que a maior parte da população ainda vive em áreas rurais e sobrevive da agricultura. Há trabalhadores que vivem em áreas urbanas, mas que dependem do cultivo da terra como fonte de trabalho e renda<sup>26</sup>. Na região da Grande Florianópolis, nenhum autor de homicídio conjugal era agricultor ou dependia do cultivo da terra para sua subsistência. Ainda que alguns municípios da região tenham na agricultura sua principal fonte econômica, há uma concentração maior de trabalhadores no setor de comércio e serviços.

Na amostra de autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis, cinco perpetradores trabalhavam com serviços de proteção e segurança, sendo que no Planalto Catarinense nenhum autor de homicídio tinha esse tipo de ocupação. Os serviços de proteção e segurança se enquadram nas atividades administrativas e serviços complementares que envolvem uma variedade de atividades de apoio ao funcionamento de empresas e organizações públicas e privadas e que na região do Planalto, como foi analisado, representou somente 2,1% dos empregos, enquanto que na região da Grande Florianópolis ocupava 13,7% do total da mão de obra.

Outra informação importante foi encontrada na variável *renda*. Os autores de homicídio conjugal da Grande Florianópolis apresentam percentuais de renda significativamente superiores àqueles encontrados na amostra do Planalto Catarinense. Esse resultado pode ser explicado pela realidade socioeconômica das duas regiões, no sentido de que a população da Grande Florianópolis tem registros de renda superiores aos do Planalto Catarinense. Entretanto, os autores de homicídio conjugal das duas regiões apresentam perfis baixos de renda quando comparados às suas populações regionais.

---

<sup>26</sup> O Planalto Catarinense teve inicialmente uma economia baseada na pecuária extensiva que moldou o perfil do trabalhador da região. Existiam os donos das grandes fazendas, os que tinham poucas terras e a maioria dos moradores da região que não tinham terras e, portanto, precisavam trabalhar para os pequenos e grandes proprietários.

O maior número de autores de homicídio conjugal estava morando com o cônjuge ou cônjuge e filhos nas duas regiões. A amostra da Grande Florianópolis, porém, apresentou um elevado percentual de indivíduos que estavam morando sozinhos no momento do crime. Essas informações serão discutidas com mais profundidade no estudo do tipo de vínculo entre o casal.

### Quadro 1

*Síntese das semelhanças e diferenças referentes ao perfil sociodemográfico dos autores de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis (GF) e do Planalto Catarinense (PL)*

Variáveis	Semelhanças	Diferenças
Sexo	Prevalência de homens	Percentual de mulheres autoras de homicídio no Planalto foi maior.
Média de idade	Faixa etária 30 a 39 anos	---
Diferença de idade	As vítimas eram mulheres mais jovens que os companheiros	Diferença de idade entre o casal acima da média nacional GF: 4,2 anos PL: 7,2 anos Brasil: 3,2 anos
Religião	Maioria católicos, seguido de evangélicos.	-----
País de naturalidade	Brasileiros	---
Estado de origem		Diferença significativa GF 33,3% não nasceram em Santa Catarina.
Cor	Maioria brancos	Em segundo lugar Pretos na GF e Pardos no PL
Escolaridade	80% não completaram o ensino médio	O PL apresentou percentuais mais baixos de escolaridade
Trabalho	Trabalhadores não qualificados	No PL principal atividade econômica foi a agricultura. Na GF na área de serviços complementares.
Desemprego	Percentual dentro das taxas de estudos internacionais	Taxas maiores que as médias regionais GF (13% x 4,8%) PL (15% x 5,5%)

Renda	----	Diferença significativa Renda superior na GF
Coabitação	Maioria com cônjuges e filhos	Na GF percentual considerável de autores morando sozinhos

O mapeamento das variáveis sociodemográficas demonstrou que as amostras de autores de homicídio conjugal, nas duas regiões, possuem semelhanças entre si na maior parte das variáveis. No entanto, com relação ao estado de origem e a renda dos autores de homicídio houve diferenças significativas.

As comparações entre as duas amostras e os dados do Censo 2010 para as duas regiões analisadas demonstraram que o perfil de autores de homicídio conjugal na Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense não é apenas um retrato da população regional. Além disso, apresentam especificidades, principalmente nos índices socioeconômicos e de escolaridade, com perfis baixos de escolaridade, renda, qualificação e altas taxas de desemprego.

## 5.2 Variáveis factuais

Os resultados demonstraram que o número de homicídios conjugais é proporcionalmente maior na região do Planalto Catarinense. Segundo os dados do Censo 2010, a população da Grande Florianópolis era de 981.320 habitantes, enquanto a região do Planalto Catarinense registrava uma população de 527.140 habitantes. A Grande Florianópolis apresentou média anual de 3,8 casos, o que totalizou 5,0 mortes por 100 mil/habitantes no período estudado. Por sua vez, o Planalto Catarinense apresentou média de 3,9 casos/ano, representando 9,6 mortes por 100 mil/habitantes.

Como é possível observar na tabela 9, na região da Grande Florianópolis oito cidades apresentaram registros de homicídio conjugal e onze cidades não registraram homicídios. No Planalto Catarinense, 18 cidades registraram casos de homicídio conjugal e em 21 cidades não houve registro de tal crime. Entre as cidades com maior ocorrência de homicídios, destaca-se São João Batista na Região da Grande Florianópolis com 19,04 mortes por 100 mil/habitantes. Na região do Planalto Catarinense, a maior taxa foi da cidade de Tangará com 34,58 mortes por 100 mil/habitantes, Campos Novos com 21,32 mortes por 100 mil/habitantes e Fraiburgo com 20,25 mortes por 100 mil/habitantes.

Estes dados estão de acordo com o estudo de Gallup-Black (2005). A autora supracitada, verificou que entre os anos 1980 e 1999, nos Estados Unidos, houve maior ocorrência de homicídios conjugais em áreas rurais quando comparado aos registros de tal delito em localidades urbanas. Na região do Planalto Catarinense, a maioria dos municípios que registraram homicídios conjugais tinham densidade demográfica abaixo de 50hab./Km. Lages, Fraiburgo, Herval d'Oeste apresentam densidade abaixo de 100hab./km. Videira e Lages apresentam centros urbanos mais desenvolvidos, ainda assim, apresentam muitas atividades econômicas dependentes da terra, com predomínio de atividades ligadas a agricultura, e poucos processos migratórios nos últimos anos. Na região da Grande Florianópolis, a maioria dos homicídios foram registrados em cidades com características urbanas. Somente Santo Amaro da Imperatriz e Nova Trento apresentam características rurais.

**Tabela 9**

*Número de homicídios conjugais por cidades*

Variáveis Factuais	N	%	
Grande Florianópolis	Florianópolis	26	50
	São José	8	15,38
	São João Batista	5	9,62
	Palhoça	5	9,62
	Biguaçu	4	7,69
	Santo Amaro da Imperatriz	2	3,85
	Nova Trento	1	1,92
	Tijucas	1	1,92
Planalto	Lages	11	21,5
	Fraiburgo	7	13,7
	Campos Novos	7	13,7
	Curitibanos	4	7,8
	Tangará	3	5,8
	Videira	3	5,8
	Alfredo Wagner	2	3,9
	Monte Carlo	2	3,9
	Otacílio Costa	2	3,9
	São Joaquim	2	3,9
	Anita Garibaldi	1	1,9
	Bom Retiro	1	1,9
	Campo Belo do Sul	1	1,9
	Cerro Negro	1	1,9
	Herval do Oeste	1	1,9
	Ponte Alta do Norte	1	1,9
	Urubici	1	1,9
Urupema	1	1,9	

Na Grande Florianópolis, três casos de homicídio conjugal foram seguidos do suicídio do autor. No Planalto Catarinense, nenhum caso foi seguido de suicídio, como registra a tabela 10. O baixo percentual de homicídio seguido de suicídio é consequência da fonte de informação escolhida por esta pesquisa. Os processos criminais foram selecionados a partir dos homicídios que foram julgados no Tribunal do Júri<sup>27</sup> e, por isso, o autor do homicídio necessariamente deveria estar sendo julgado. Nos casos de homicídio seguidos de suicídio o processo criminal era encerrado antes de seguir ao Tribunal do Júri, porque o acusado já havia falecido.

Segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, os homicídios podem ser classificados como simples e qualificado<sup>28</sup>, dependendo das motivações, dos meios utilizados e da condição em que foram praticados (Lei, 1940). Quanto à *acusação*, 74% dos homicídios na Grande Florianópolis e 70% no Planalto Catarinense foram tipificados como qualificados. Essa tipificação demonstra que o Estado, por meio do Ministério Público, entendeu que havia a intenção de matar, por parte dos autores do homicídio, e que o crime foi cometido por motivo torpe, fútil, meio cruel e com recursos que impossibilitaram a defesa da vítima. A análise dos processos permitiu inferir que esses crimes foram empregados com atuações de extrema agressividade, em que a violência não tinha como consequência somente a morte da vítima, mas sim o desejo de causar sofrimento e dor. Como exemplo, pode-se trazer os crimes em que o meio utilizado foi a arma branca, geralmente uma faca de cozinha. Em 80% dos casos a vítima foi morta com mais de 10 facadas.

Na Grande Florianópolis, 60% das *sentenças* foram maiores de 11 anos. Dos casos com penas menores de 10 anos, quatro foram praticados por mulheres e o júri popular entendeu que o crime foi praticado em situação de autodefesa. Em quatorze casos não havia informação ou o processo ainda estava em andamento.

No Planalto Catarinense, 55% das *sentenças* foram maiores de 11 anos. Nota-se, entretanto, que 21,5% das *sentenças* foram menores de 10 anos. Dessas *sentenças*, dois

---

<sup>27</sup> Uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade na busca pelos processos de homicídios conjugais. O Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) não tem a classificação por tipo de homicídio o que dificultou, sobremaneira, a pesquisa. Os crimes de suicídio tinham outras indexações e a pesquisa por esses processos se mostrou inviável pela questão do tempo e equipe disponível para o estudo.

<sup>28</sup> Os incisos I e II qualificam os crimes que foram praticados por paga, promessa, recompensa, motivo torpe ou fútil. No inciso III é avaliado o meio empregado, como veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio cruel; o inciso IV, se foi praticado por traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima; o inciso V se houve ocultação de cadáver; o VI se foi contra mulher por razões da condição de gênero; e o VII se foi contra integrantes do sistema de segurança pública.

casos foram praticados por mulheres, e o conselho de sentença entendeu que foram realizados em situação de autodefesa. Os outros casos foram praticados por homens e os advogados de defesa defenderam a tese de legítima defesa da honra ou injusta provocação da vítima. Em dois casos, o júri atendeu a tese da defesa e os autores de homicídio tiveram penas menores de cinco anos, um pelo entendimento da tese de legítima defesa da honra, outro, por injusta provocação da vítima. Nos outros sete casos, houve uma tendência do conselho de sentença pela concordância das teses defensivas e as penas foram muito baixas em se tratando de crimes de homicídio com mais de uma qualificadora.

O conselho de sentença é constituído por representantes da sociedade. Nesse sentido, pode-se observar que na região do Planalto Catarinense em comparação com a região da Grande Florianópolis houve uma tendência mais conservadora e moralista nas decisões do conselho de sentença, haja vista, ainda no ano de 2009, o júri entender que um homicídio foi cometido em razão de legítima defesa da honra. Na região da Grande Florianópolis, as penas foram mais altas, 13% ficaram acima dos 21 anos e não houve nenhum caso em que a tese de legítima defesa da honra foi atendida pelo conselho de sentença.

**Tabela 10**

*Variáveis factuais: homicídio-suicídio, acusação e sentença*

Variáveis factuais		Amostra GF		Amostra PL	
		N	%	N	%
Homicídio-suicídio	Sim	3	5,77	0	0
	Não	49	94,23	51	100
Acusação	Homicídio simples	1	1,9	7	13,7
	Homicídio qualificado	15	28,8	15	29,4
	Homicídio duplamente	24	46,1	21	41
	Homicídio triplamente	4	7,6	6	11
	Homicídio com quatro qualificadoras	0	0	2	3,9
	Em Andamento	3	5,7	0	0
	Sem informação	5	9,6		
Sentença	0 a 5 anos	1	1,9	4	7,8
	6 a 10 anos	5	9,6	7	13,7
	11 a 15 anos	11	21,15	13	25
	16 a 20 anos	14	26,9	11	21
	21 a 30 anos	7	13,4	5	9,8
	Absolvido	0	0	5	9,8
	Sem informação	4	7,6	5	9,8
	Em andamento	10	19,2	1	1,9



Quanto ao *local do crime*, 53,8% na Grande Florianópolis e 68,4% no Planalto Catarinense ocorreram na esfera doméstica. Na Grande Florianópolis, 46% dos casos ocorreram em outro local que não a esfera privada. Desses casos, nove ocorreram no local de trabalho da vítima, como escolas, shopping center, clínicas médicas, praia e associação de moradores, lugares com intensa circulação de pessoas. Outros nove casos ocorreram em vias públicas, como ruas, avenidas e estradas intermunicipais, sendo que estes geralmente ocorreram dentro de automóveis. Em geral, pesquisas internacionais registram percentuais de mais de 60% de homicídios conjugais ocorridos na esfera doméstica, por isso a amostra da Grande Florianópolis demonstra diferença na comparação com outros estudos (Tridapalli, et al., 2018, Martins-Borges, 2014).

Outra particularidade da amostra da Grande Florianópolis se refere ao local do crime de homicídios praticados por mulheres, pois mais da metade dos casos também foram praticados em outro local que não a esfera doméstica. Esse dado diverge de outras amostras que ressaltam que quando as mulheres são as autoras os crimes acontecem em maior número na esfera doméstica (Adames, 2020; Bourget & Gagné, 2012; Martins-Borges, 2009). No estado de Santa Catarina, 82% dos homicídios conjugais de autoria feminina foram cometidos na esfera privada (Adames, 2020). Na província do Quebec, no Canadá, dos 42 homicídios perpetrados por mulheres, 35 (83,3%) ocorreram em residências privadas (Bourget & Gagné, 2012). Os dados do Planalto Catarinense estão de acordo com estes estudos, totalizando 89% dos homicídios praticados por mulheres na esfera privada.

Pesquisas internacionais têm registrado maiores percentuais de homicídios conjugais ocorridos durante a noite e a madrugada e, predominantemente, nos finais de semana (Campbell, 2009; Bourget & Gagné, 2012; Martins-Borges, 2009). Nas duas regiões, os dados foram condizentes com os achados internacionais, pois o maior número de homicídios conjugais foi registrado no final de semana (sexta-feira, sábado e domingo). Com relação ao *turno do dia*, a região da Grande Florianópolis apresentou diferença com o que demonstra a literatura, visto que a porcentagem de crimes ocorridos no período da tarde foi a mesma dos homicídios registrados no período da noite, 28,8%. No Planalto Catarinense, o maior número de homicídios ocorreram no período noturno, com 49% dos casos.

Na Grande Florianópolis, mais homicídios conjugais ocorreram nos meses de março e dezembro, com 17,3% dos casos. No Planalto Catarinense, os meses do ano com maiores registros foram março e julho com 11,7% dos casos. O mês de março

aparece nas duas amostras com um dos maiores percentuais de homicídios conjugais. Há escassez de pesquisas sobre a relação entre os meses do ano e os casos de homicídio conjugal, o que dificulta comparações. No entanto, Pereira, Vieira & Magalhães (2013) identificaram, em uma amostra em Portugal, que dois terços dos homicídios íntimos aconteceram na primavera e no verão no hemisfério norte.

**Tabela 11**

*Variáveis factuais: local do crime, turno do dia, dia da semana e mês do ano*

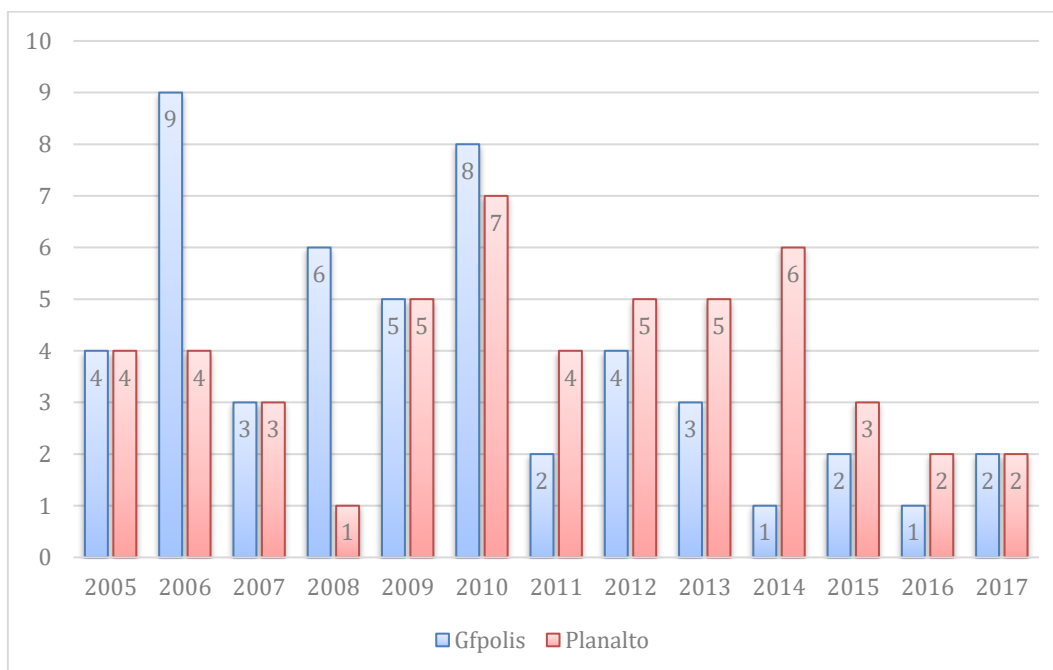
Variáveis factuais		Amostra GF		Amostra PL	
		N	%	N	%
Local do crime	Domicílio da autor do homicídio	5	9,6	3	5,8
	Domicílio da vítima	5	9,6	8	15,6
	Domicílio do casal	18	34,6	24	47
	Outro	24	46,1	16	31
Turno do dia	Manhã	9	17,3	7	13,7
	Tarde	15	28,8	8	15,6
	Noite	15	28,8	25	49
	Madrugada	12	23,08	11	21,5
	Sem informação	1	1,92	0	0
Dia da semana	Segunda-feira	7	13,4	5	9,8
	Terça-feira	5	9,6	6	11,7
	Quarta-feira	2	3,8	8	15,6
	Quinta-feira	8	15,3	3	5,8
	Sexta-feira	13	25	11	21,5
	Sábado	7	13,46	7	13,7
	Domingo	10	19,23	11	21,5
Mês do ano	Janeiro	3	5,7	3	5,8
	Fevereiro	1	1,9	5	9,8
	Março	9	17,3	6	11,7
	Abril	7	13,4	5	9,8
	Mai	3	5,7	4	7,8
	Junho	1	1,9	3	5,8
	Julho	5	9,6	6	11,7
	Agosto	5	9,6	5	9,8
	Setembro	1	1,9	1	1,9
	Outubro	3	5,7	4	7,8
	Novembro	5	9,6	4	7,8
	Dezembro	9	17,3	5	9,8

Na figura 5, observa-se o número de homicídios de acordo com o *ano* nas duas regiões. Na Grande Florianópolis, o ano de 2006 foi o que apresentou maior número de registros com (n=9) casos, em seguida 2010 com (n=8). No Planalto Catarinense, os anos que registraram mais mortes foram 2010 com (n=7) homicídios e 2014 com (n=6) casos. Ao analisar o gráfico, percebe-se uma tendência de redução do número de homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis nos últimos anos e, por outro

lado, um aumento no número de registros na região do Planalto Catarinense, principalmente a partir de 2011.

**Figura 5**

*Gráfico – número de homicídios por ano*



Na tabela 12, registraram-se os dados referentes aos *indícios de intoxicação por uso abusivo de álcool e outras drogas* por parte do autor do homicídio no momento do crime. A literatura científica aponta o consumo de álcool e drogas como fator de risco para a ocorrência de casos de homicídio conjugal. As pesquisas internacionais apresentam variações entre 70% a 30% nas taxas de intoxicação no momento do crime (Kivisto, 2015). As duas regiões apresentaram percentuais dentro das taxas internacionais para essa variável. Na Grande Florianópolis, em 48% dos casos havia indícios de intoxicação e no Planalto Catarinense, em 33% dos casos.

As pesquisas sobre o *meio utilizado* nos crimes de homicídio conjugal têm apontado diferenças culturais que envolvem inclusive a legislação de cada país. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde a venda e a posse de armas de fogo são legalizadas, duas grandes amostras nacionais sobre os casos de homicídio conjugal registraram a prevalência da arma de fogo no cometimento desses assassinatos (Campbell, 2001; Mize, Shackelford, & Shackelford, 2009). No Brasil, o porte e a posse de arma de fogo são proibidos, embora no último ano tenham tramitado alguns projetos de lei que visam modificar o Estatuto do Desarmamento (Brasil, 2019). Uma das hipóteses deste estudo,

no que tange ao meio utilizado nos casos de homicídio conjugal, era a de que no Planalto Catarinense a arma de fogo seria o meio mais empregado. Esta suposição tinha como base a lei do desarmamento<sup>29</sup>, que possibilita a alguns moradores de áreas rurais a posse de armas de fogo, bem como aspectos culturais de colonização da região. Esse pressuposto não foi confirmado. Nas duas regiões, o objeto perfurocortante foi a arma mais utilizada e, na comparação entre as regiões, o Planalto Catarinense apresentou o maior percentual com 50% contra 46% da Grande Florianópolis. A arma de fogo aparece como o segundo meio mais empregado nas duas amostras e o Planalto Catarinense também apresentou uma taxa menor, com 23% contra 28% da região da Grande Florianópolis. Outros meios utilizados, nas duas amostras, foram o estrangulamento e a sufocação, empregados somente pelos homens autores de homicídio, 9,6% na Grande Florianópolis e 11,7% no Planalto Catarinense. Objetos contundentes como martelo, machado e barras de ferro ou de madeira foram utilizados por quatro mulheres na Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense apenas uma mulher utilizou esse recurso.

Para fins comparativos, os dados desta tese, no que se refere ao *meio utilizado*, estão próximos das amostras de homicídio conjugal pesquisadas no Canadá, em que a faca foi o meio mais utilizado e, em segundo lugar, a arma de fogo (Bourget & Gagné, 2012; Martins Borges, 2009). Denota-se algumas considerações, primeiro que a faca é uma arma de fácil acesso e que está presente em todos os domicílios por ser um utensílio de cozinha, podendo ser facilmente empregada em momentos de discussões. Em segundo lugar, a aquisição de uma arma de fogo é um artefato de alto custo, o que vai de encontro às possibilidades do perfil socioeconômico das duas amostras, que são de indivíduos com baixo rendimento, principalmente os autores de homicídio conjugal do Planalto Catarinense.

Com relação ao *comportamento do homicida após o ato*, na Grande Florianópolis em (n=3) casos o autor se suicidou após o homicídio, (n=3) tentaram se suicidar e (n=3) planejaram. No Planalto Catarinense, em apenas (n=4) casos houve tentativa de suicídio. Todos os casos eram de autores homens. Estudos afirmam que há

---

<sup>29</sup> Conforme a Lei 10826/2003: Capítulo II. Art. 5 Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência (BRASIL, 2003).

maior ocorrência dos homicídios seguido de suicídio por autores do sexo masculino (Adinkrah, 2014; Roberts, 2015).

**Tabela 12**

*Variáveis factuais: indícios intoxicação, meio utilizado e após o ato*

Variáveis factuais		Amostra GF		Amostra PL	
		N	%	N	%
Indícios de intoxicação	Sim	25	48	17	33,3
	Não	27	51,9	34	66,6
Meio utilizado	Estrangulamento/Sufocação	5	9,6	6	11,7
	Arma de fogo	14	26,9	12	23,5
	Objeto perfurocortante	23	44,2	26	50,9
	Morte por encomenda.	1	1,9	1	1,9
	Objeto contundente	5	9,6	3	5,8
	Outro	4	7,6	3	5,8
Após o ato	Planejou suicidar-se sem tentar	3	5,7	0	0
	Tentou suicidar-se	3	5,7	4	7,8
	Se suicidou	3	5,7	0	0
	Nenhuma das alternativas	43	82,6	47	92

Na Grande Florianópolis, 82% das *vítimas* de homicídio conjugal eram mulheres, 17% eram homens e 64,7% tinham menos de 40 anos. No Planalto Catarinense, 70% das vítimas eram mulheres e 29% eram homens e aproximadamente 60% das vítimas tinham menos de 40 anos.

**Tabela 13**

*Variáveis factuais: perfil da vítima- sexo e faixa etária*

Variáveis factuais		Amostra GF		Amostra PL	
		N	%	N	%
Sexo	Feminino	43	82,6	36	70
	Masculino	9	17,3	15	29
Faixa etária	15 a 19 anos	5	9,6	5	9,80
	20 a 29 anos	16	30,7	15	29,41
	30 a 39 anos	18	34,6	15	29,41
	40 a 49 anos	8	15,3	12	23,53
	50 a 59 anos	2	3,8	2	3,92
	60 a 69 anos	1	1,9	1	1,96
	70 a 79 anos	0	0	1	1,96
	Sem informação	2	3,8	0	0

Na tabela 14, observam-se as variáveis *ligação entre o casal*, tempo de relacionamento e tempo de separação. Existem diferenças nas proporções dos perfis das duas regiões. Na Grande Florianópolis, em 51,9% dos casos o casal estava separado no momento do homicídio e em 21% dos relacionamentos o vínculo caracterizava-se como união estável. No Planalto Catarinense, em 43% dos casos a ligação entre o casal era a união estável e em 28% a separação de corpos. A literatura científica tem demonstrado que a separação ou a ameaça de separação são os maiores fatores de risco para os casos de homicídio conjugal praticado por homens (Campbell et al. 2003; Mize, Schackelford e Schackelford, 2011; Tridapalli et al., 2018). No entanto, as amostras internacionais têm registrado taxas de separação entre 20% a 30% (Kivisto, 2015). Dessa forma, o percentual de 51% de casais separados no momento do homicídio, na região da Grande Florianópolis, ultrapassa consideravelmente as taxas internacionais, o que pode ser considerado uma particularidade.

Ainda, os resultados referentes ao vínculo entre os casais, nas duas amostras, diferem dos dados populacionais das duas regiões no que se refere à “união conjugal”. Segundo o Censo de 2010, na região da Grande Florianópolis, 59,5% das pessoas eram casadas no civil ou no religioso e 40,4% viviam sob o regime de união consensual<sup>30</sup>. No Planalto Catarinense, 63% das relações tinham como vínculo o casamento civil ou religioso e 37,2% a união consensual (IBGE, 2010). A taxa de casamentos registrados na esfera civil ou religiosa, dos casos de homicídio conjugal, foi de 11,5% na Grande Florianópolis e 7,8% no Planalto Catarinense. Números muito baixos se comparados ao perfil populacional no que se refere ao casamento oficializado: 59,5% versus 11,5% na Grande Florianópolis e 63% versus 7,8% no Planalto Catarinense.

Os dados referentes ao vínculo entre o casal vão ao encontro dos achados de pesquisas internacionais que apontam o vínculo ‘união estável’ como um fator de risco para casos de homicídio conjugal e o casamento, legalmente registrado, como um fator protetivo (Wilson, Daly & Daniele, 1995). Além disso, os resultados referentes aos casos de homicídios conjugais nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense demonstram que existem características do perfil desses relacionamentos que são distintas da população em geral. Uma delas é o vínculo entre o casal, com predominância da união estável, 21% na Grande Florianópolis e 43% no Planalto e a outra consiste no tempo de relacionamento.

---

<sup>30</sup> São aquelas uniões que não foram formalizadas pelo casamento civil ou religioso (IBGE, 2012).

O tempo de relacionamento entre os casais é uma informação recorrente nos estudos sobre o homicídio conjugal. Quanto mais tempo um casal se relaciona, maior estabilidade e menor possibilidade de separação (Mize, Shackelford & Shackelford, 2009). Há mais casos de homicídio conjugal com tempo de relacionamento entre 0 e 1 ano na Grande Florianópolis. No Planalto Catarinense, há mais casos de homicídio conjugal nos relacionamentos entre 2 e 5 anos. Também há uma discrepância na faixa dos 11 a 15 anos de relacionamento, com maior proporção em Florianópolis.

**Tabela 14**

*Variáveis factuais: ligação entre o casal, tempo de relação e tempo de separação*

Variáveis factuais		Amostra GF		Amostra PL		Teste estatístico
		N	%	N	%	
Ligação entre o casal	Casal (não viviam juntos)	2	3,8	4	7,84	$\chi^2$ 15.649 p 0.016
	Casal (viviam juntos < 1 ano)	5	9,6	6	11,76	
	União estável (viviam juntos $\geq$ 1 ano)	11	21	22	43,14	
	Casados	6	11,5	4	7,84	
	Separados de fato (legalmente)	1	1,9	1	1,96	
	Separação de corpos	26	50	14	27,45	
	Sem informação	1	1,9	-	-	
Tempo de relação	Até 1 ano	12	23	8	15,69	
	2 a 5 anos	20	38,4	24	46	
	6 a 10 anos	5	9,62	5	9,80	
	11 a 15 anos	10	19,2	1	1,96	
	16 a 20 anos	2	3,8	3	5,88	
	21 a 30 anos	-	-	4	7,84	
	31 a 35 anos	1	1,9	-	-	
	36 a 40 anos	-	-	2	3,92	
	41 a 55 anos	-	-	-	-	
Sem informação	2	3,8	-	-		
Tempo de separação	Menos de 1 mês	11	21	5	9,80	
	1 a 5 meses	9	17,3	4	7,84	
	6 meses a 1 ano	5	9,6	2	3,92	
	2 a 5 anos	3	5,7	2	3,92	
	Sem informação	-	-	2	3,92	
	Não se aplica	24	46	36	70,59	

Na cronologia da dinâmica dos relacionamentos conjugais que tem como desfecho o homicídio conjugal, o tempo de separação entre os casais é um dado valioso quando se pensam estratégias de ações preventivas. Kivisto (2015) aponta que 50% dos homicídios conjugais praticados por homens ocorrem no período de dois meses após a separação e, aproximadamente 90%, no primeiro ano após a separação. Na região da

Grande Florianópolis, 71% dos homicídios ocorreram menos de cinco meses após a separação, sendo que destes, em 39% o homicídio ocorreu há menos de um mês da separação. No Planalto Catarinense, dos casais que estavam separados no momento do homicídio, 59% ocorreram até cinco meses após a separação e destes, 33% em menos de um mês da separação.

Esses dados mostram a importância de práticas ágeis e rápidas na contenção de possíveis homicídios conjugais logo que se efetiva a separação. Entre essas ações, sugere-se o atendimento psicológico e psicoeducativo nos casos de homens autores de violência, a implementação de medidas protetivas, o rastreamento de agressores e vítimas e, em últimos casos, o isolamento da vítima.

### 5.2.1 Síntese das principais semelhanças e diferenças referentes as variáveis factuais dos casos de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense

Como é possível observar no quadro 2, o mapeamento das variáveis factuais dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense, permitiu observar diferenças importantes para a compreensão desse tipo de crime. A primeira dessas diferenças foi a de que o Planalto Catarinense registrou a maior taxa de mortes por parceiro íntimo, quase o dobro das mortes por homicídio conjugal que foram registradas na região da Grande Florianópolis. Essa informação corrobora a principal tese desta pesquisa, a de que a ocorrência de homicídios conjugais é maior na região do Planalto Catarinense.

Além disso, a região do Planalto Catarinense se mostrou mais conservadora nas decisões do Júri Popular, aplicando penas menores, 20% delas com períodos de reclusão de menos de 10 anos. Apresentou ainda um caso em que o conselho de sentença acolheu a tese defensiva de legítima defesa da honra e o acusado teve uma pena menor do que cinco anos.

As diferenças foram observadas, ainda, na escolha do *local* em que ocorreram os casos de homicídio conjugal. No Planalto Catarinense, a maior taxa de assassinatos ocorreu no âmbito doméstico, durante a noite e aos fins de semana, tempo e espaço em que os casais estão juntos em casa e vivendo suas dinâmicas relacionais. Já os homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis extrapolam as relações de intimidade e as fronteiras do público e do privado, saindo da esfera doméstica e do



silêncio da noite para se mostrar em local público, durante a luz do dia, tendo maior visibilidade.

Houve semelhanças entre as duas amostras. Uma delas foi com relação ao *meio utilizado*, predominando o objeto perfurocortante. Essa escolha de objeto pode ser explicada pela facilidade de acesso e pelo alto custo na aquisição de uma arma de fogo. Nas duas amostras, no que se refere às condições socioeconômicas das duas regiões, ambas apresentaram baixa renda, como observado nas variáveis sociodemográficas.

É importante destacar que a dinâmica do homicídio em que a faca é utilizada é diferente do uso da arma de fogo, podendo inclusive ser muito mais violenta. Entretanto, a letalidade da arma de fogo é muito maior. Na pesquisa dos processos judiciais, observou-se que muitas das tentativas de homicídio que não se efetivaram foram ocasionadas por uso de facas, já aquelas tentativas que acabaram tendo como desfecho o homicídio conjugal, em sua maioria, tinham como meio utilizado a arma de fogo.

As duas amostras sinalizaram a presença de *indícios de intoxicação* por parte do autor do homicídio no momento do crime. As taxas ficaram dentro dos achados internacionais, mas Grande Florianópolis teve um percentual maior.

E por fim, as variáveis referentes ao tipo de *vínculo entre o casal*, *tempo de relacionamento* e *tempo de separação* trouxeram dados valiosos para a compreensão das características dos casos de homicídio conjugal nas regiões analisadas.

Enfatiza-se o elevado número de separações na amostra da Grande Florianópolis em contraponto ao percentual de separações no Planalto Catarinense. Esse dado pode ser analisado à luz do perfil sociocultural das regiões. Em sociedades mais tradicionais, como a do Planalto Catarinense, as separações podem ser menos valorizadas e, assim, o término dos relacionamentos é menos aceitável, o que acaba perpetuando relações violentas. Na Grande Florianópolis, por ser uma região metropolitana, há outros padrões de moralidade e costumes que à primeira vista permitem à mulher escolher o momento da separação. Só que essa escolha não é aceita e, por outro lado, são justamente o desejo de terminar o relacionamento e a separação em si, os maiores fatores de risco para os casos de homicídio conjugal perpetrados por homens na região da Grande Florianópolis.

O tipo de vínculo entre os casais também foi diferente nas duas regiões. Como observou-se, essa diferença se deu também com o perfil da população, em que o número de casamentos oficializados nas duas amostras foi bem inferior à taxa regional. Isso demonstra que o perfil das amostras em destaque não é um retrato da população da

região e que, por sua vez, tem características particulares que levantam informações importantes para a compreensão desse tipo de crime e permitem ações mais pontuais quando se pensa em prevenção.

## Quadro 2

*Síntese das semelhanças e diferenças referentes as variáveis factuais dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*

*Fonte: Elaborado pela autora*

Variáveis	Semelhanças	Diferenças
Número de mortes		PL taxa maior 9,6 casos por 100mil/hab.
Sentença		PL 20% das penas menos de 10 anos
Local do crime		GF Local público
Meio utilizado	Majoria utilizou a faca, e em segundo lugar a arma de fogo	
Indícios de intoxicação		Taxas maiores na GF
Vínculo entre o casal		Percentual maior de separação na GF
Tempo de relacionamento		Diferença significativa GF 0 a 1 ano PL 2 a 5 anos
Tempo de separação	Em aproximadamente 60% dos casais que estavam separados o homicídio ocorreu menos de cinco meses após a separação	

Percebe-se, então, a partir das variáveis factuais acima apresentadas, que há mais chances de ocorrência de casos de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense do que na região da Grande Florianópolis. Há maior probabilidade de que objeto utilizado para esse tipo de crime, nas duas regiões, seja a faca. Casais com menos de cinco anos de relacionamento, que não são casados legalmente e/ou que apresentam tempo de separação menor que cinco meses devem ser vistos com atenção, podendo ser

um risco para o desfecho de homicídio conjugal nas duas regiões e na Grande Florianópolis esse risco aumenta quando o casal está separado.

### 5.3 Variáveis situacionais

As variáveis situacionais contemplam informações sobre a história de vida dos autores de homicídio conjugal. A literatura especializada sobre o tema tem mapeado alguns eventos que são recorrentes no curso de vida de perpetradores desse tipo de homicídio, entre eles: criminalidade, maus-tratos aos filhos/ou enteados, consumo de álcool ou substâncias, contato com a rede de atenção à saúde, episódios de violência conjugal e separação (Martins-Borges, 2009; Tridapalli et al., 2018).

No que tange à *criminalidade*, os autores de homicídio conjugal apresentam menos episódios de criminalidade do que os perpetradores de homicídios extrafamiliares (Cechova-Vayleux et al., 2013). Alguns estudos internacionais que apontam as taxas de criminalidade entre os autores de homicídio conjugal registram percentuais entre 20% a 40% (Campbell, 2001; Pereira, 2013; Eke et al., 2011).

Na amostra da região da Grande Florianópolis, 38% dos autores de homicídio conjugal, entre eles uma mulher, tinham antecedentes criminais. Os crimes praticados foram: furto (n=4), roubo (n=2), tráfico de drogas (n=2), receptação (n=2), porte de entorpecentes (n=2), agressão (n=1), estupro (n=1), homicídio (n=1), descaminho (n=1) e assalto (n=1). Seis perpetradores praticaram mais de um delito: quatro praticaram duas infrações e dois indivíduos praticaram três. No Planalto Catarinense, 37% dos autores de homicídio, entre eles três mulheres, tinham antecedentes criminais, entre os tipos de crimes estão: furto (n=6), tentativa de homicídio (n=6), homicídio (n=2), ameaça (n=3), lesão corporal (n=3), tráfico de drogas (n=2), roubo (n=2), contravenção (n=2), crimes de trânsito (n=2), porte ilegal de arma (n=2), porte de drogas (n=1), crime ambiental (n=1), receptação (n=1), desacato (n=1) e estupro de menor (n=1). Dez perpetradores praticaram mais de um delito: cinco responderam por duas transgressões, três praticaram três delitos e dois indivíduos cometeram cinco infrações.

Percebe-se que sobre a criminalidade, as duas regiões analisadas apresentaram percentuais dentro do verificado nos estudos internacionais. Porém, os atos criminais praticados pelos autores da região do Planalto Catarinense foram mais graves do que os realizados pelos perpetradores da região da Grande Florianópolis. Entre esses agravantes, destacam-se as seis tentativas de homicídio e dois homicídios mapeados no Planalto Catarinense.

A literatura especializada sobre o homicídio entre parceiros íntimos ressalta que a *violência conjugal* é a variável mais presente nesses tipos de crime (Tridapalli, et al., 2018). Por violência conjugal, compreende-se as atuações agressivas por parte de um dos parceiros, que causem ao seu cônjuge dano psicológico, sexual, moral, físico e/ou patrimonial (Martins-Borges, 2006). Estimativas de violência conjugal praticadas pelos autores de homicídio conjugal variam entre 22% a 77%. Esta variação encontrada nas pesquisas consultadas resulta dos critérios de inclusão da variável violência conjugal em suas coletas: uns consideram a violência quando há a prisão por esse tipo de crime, outros consideram as informações sobre episódios de violência nas fontes de dados consultadas. Percentuais menores se referem àqueles casos envolvendo prisão por violência doméstica, e as taxas mais altas, aos registros de episódios de violência conjugal (Kivisto, 2015).

Nesta tese, considera-se a presença de violência conjugal entre o casal, quando há a menção de episódios desse tipo de violência nos processos criminais. Menções de violência foram encontradas em relatos de testemunhas, familiares e amigos, assim como em boletins de ocorrência e na declaração do autor do homicídio. Portanto, constatou-se que a violência conjugal esteve presente em 92% dos casos na região da Grande Florianópolis. Desses, 42,3% foram praticados pelo autor do homicídio, 42,3% por ambos os parceiros e 7,6% pela vítima. No Planalto Catarinense, em 88% dos casos de homicídio conjugal houve episódios de violência conjugal: 39,2% praticados pelo autor do homicídio, 33,3% por ambos e 15,6% pela vítima. Como é possível observar, a violência conjugal não foi praticada apenas pelos autores de homicídio conjugal.

Com relação à violência conjugal, identificou-se atuações diferentes de acordo com o gênero. Nos casos analisados, neste estudo, as mulheres vítimas de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense cometiam com mais frequência a violência moral contra o parceiro íntimo. Em contrapartida, os homens autores de homicídio conjugal utilizavam mais a violência física e psicológica. É importante ressaltar que as mulheres vítimas e autoras de homicídio conjugal, também praticavam a violência física, mas em menor intensidade e gravidade que seus companheiros.

Na região da Grande Florianópolis, dos casos em que houve registros de violência conjugal, em 41% deles, as vítimas oficializaram por meio de uma denúncia os episódios de violência conjugal. Na região do Planalto Catarinense, em 40% dos casos houve registro de boletim de ocorrência. Desses, chama atenção os casos que as

vítimas, mulheres, se tornaram autoras de homicídio conjugal. Elas já haviam realizado mais de 4 boletins de ocorrência como vítimas de violência conjugal.

Observou-se que em quatro casos na região da Grande Florianópolis e em sete casos na região do Planalto Catarinense não houve indícios de episódios de violência conjugal entre os parceiros. Essa constatação corrobora os estudos que indicam que o homicídio conjugal não pode ser compreendido somente como um *continuum* de episódios de violência conjugal (Martins-Borges, 2006).

A *separação de corpos* ou de fato também foi verificada nas duas amostras analisadas nesta pesquisa. Essa variável, como já foi observado nas análises das variáveis factuais, está presente em mais de um conjunto de variáveis, tamanha a importância desse evento no desfecho de casos de homicídio conjugal. No conjunto de variáveis situacionais, os episódios de separação entre os casais podem ser compreendidos como resultado da dinâmica de violências que marcaram os relacionamentos conjugais e a vida do autor do homicídio. Existem diferenças significativas entre as duas regiões nos percentuais para essa variável.

Na Grande Florianópolis, 67,31% dos relacionamentos vivenciaram pelo menos um episódio de separação: em 54% dos casos o indivíduo estava separado da vítima no momento do homicídio. Já no Planalto Catarinense, o percentual foi menor, em 41% dos relacionamentos havia registro de pelo menos um episódio de separação, e 37% estavam separados no momento do homicídio. Percebe-se, então, que a maior parte dos relacionamentos da Região da Grande Florianópolis vivenciaram pelo menos um episódio de separação ao longo da relação. No Planalto Catarinense, a maioria dos relacionamentos não apresentou episódios de separação.

A diferença entre as amostras perpassa os aspectos culturais das duas sociedades. Desse modo, parece que a separação é menos aceita pelos moradores do Planalto Catarinense, não sendo tão utilizada como uma alternativa possível para a resolução de conflitos conjugais. Em muitos casos a separação tinha como objetivo o fim dos episódios de violência, e não necessariamente o término do relacionamento.

A violência intrafamiliar é verificada pela presença de registros de maus-tratos direcionados aos filhos e/ou enteados. Pesquisas internacionais têm apontado baixos percentuais desse tipo de crime na história de vida de autores de homicídio conjugal (Oram et al. 2013, Martins-Borges, 2006).

Na Grande Florianópolis, em 18% dos casos o autor do homicídio – sete homens e duas mulheres – também praticou maus-tratos aos filhos ou enteados. Três homens

autores de homicídio conjugal praticaram ameaças de morte, caso a companheira não retornasse ao relacionamento: duas vítimas eram enteadas e uma era filha biológica. Houve ainda três registros de violência física por parte dos agressores homens, sendo que as vítimas eram filhos biológicos. E, por fim, um perpetrador praticou privação e violência sexual contra sua filha biológica. Nos dois casos em que as autoras eram mulheres, verificou-se num caso relatos de negligência e, no outro, agressões físicas – em ambos, as vítimas eram seus filhos biológicos. No Planalto Catarinense, não houve registro de maus-tratos aos filhos. Esses resultados apontam uma particularidade da amostra da Grande Florianópolis para esta variável, apresentando diferença significativa em relação à região do Planalto Catarinense ( $\chi^2 9.781$ ,  $p 0.002$ ).

Estudos indicam que o risco de homicídio conjugal aumenta quando o casal possui filhos de outro relacionamento (Thomas, 2011, Campbell, et.al. 2003). Na Grande Florianópolis, 15% dos autores de homicídio conjugal viviam com filhos que não eram deles. No Planalto Catarinense, 7,8% dos autores viviam com filhos de outro relacionamento. Todavia, em nenhum desses casos houve registro de maus-tratos aos enteados, sendo as atuações violentas direcionadas apenas às companheiras. Como se observou anteriormente, dos nove casos em que houve maus-tratos, em apenas dois as vítimas eram filhos de outro relacionamento.

**Tabela 15**

*Variáveis situacionais e psicológicas: criminalidade, violência conjugal, episódios de separação e maus-tratos aos filhos e/ou enteados.*

Variáveis situacionais e psicológicas		Amostra GF		Amostra PL		Teste estatístico
		N	%	N	%	
Criminalidade	Sim	20	38,46	19	37,25	
	Não	32	61,54	32	62,75	
Violência conjugal	Sim	48	92,31	45	88,24	
	Não	4	7,69	6	11,76	
Autor da violência conjugal	Autor do homicídio	22	42,31	20	39,22	
	Vítima do homicídio	4	7,69	8	15,69	
	Ambos	22	42,31	17	33,33	
	Não se aplica	4	7,69		11,76	
Episódios de separação	Sim	35	67,31	21	41,18	$\chi^2 7.087$ $p 0.010$
	Não	17	32,69	30	58,82	
Maus-tratos aos filhos	Sim	9	18,00	0	0	$\chi^2 9.781$ $p 0.002$
	Não	43	82,00	51	100	

Na tabela 16, visualizam-se informações sobre as *condições de saúde* dos autores de homicídio conjugal ao longo da vida. De modo geral, nas duas amostras, os autores de homicídio conjugal apresentaram altas taxas de consumo e abuso de substâncias, e problemas relacionados à saúde física e mental. Por outro lado, verificaram-se poucos registros de consultas a profissionais da área da saúde ao longo da vida.

Na região da Grande Florianópolis, 32,6% dos indivíduos apresentaram *consumo abusivo<sup>31</sup> de álcool*. Desses, quinze eram homens e duas eram mulheres. Apenas quatro indivíduos buscaram tratamentos por abuso ou dependência alcoólica, três homens e uma mulher. No Planalto Catarinense, 29% dos autores de homicídio conjugal apresentaram consumo abusivo de álcool: doze homens e três mulheres, mas desses, nenhum buscou tratamento. O *uso abusivo de outras substâncias psicoativas* apresentou diferenças significativas nas duas regiões. Na Grande Florianópolis, 42% dos indivíduos, dezenove homens e três mulheres apresentaram uso abusivo de maconha (10), cocaína (10), crack (3) e cigarro (6). Desses, oito indivíduos usavam mais de um tipo de drogas. Apenas quatro pessoas buscaram tratamento. No Planalto Catarinense, 13% dos autores de homicídio apresentaram uso abusivo de substâncias, todos eram homens e nenhum buscou tratamento. As drogas utilizadas foram: maconha (3) cocaína (2) cigarro (2) e crack (1).

Pesquisas de levantamento de dados corroboram a relação entre o uso problemático do álcool e outras drogas e o homicídio conjugal. Belfrage e Rying (2004) examinaram 164 homicídios conjugais cometidos por homens na Suécia durante um período de 10 anos e descobriram que 44% dos perpetradores e 37% das vítimas usaram álcool no momento da ofensa. Farooque et al. (2005), em uma análise de 21 homens e sete mulheres autores de homicídio conjugal que passaram por avaliação psiquiátrica forense no estado do Tennessee (EUA) entre 1993 e 2003, identificaram que 43% dos infratores estavam intoxicados no momento do homicídio.

---

<sup>31</sup> Pode ser entendido como um padrão de uso que aumenta o risco de consequências prejudiciais ao usuário. A Classificação Internacional de Doenças (CID) utiliza o termo “uso nocivo”, referindo-se ao uso de drogas que resulta em dano físico ou mental, enquanto o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) emprega o termo “abuso”, o qual engloba também as consequências sociais (Senad, 2013, p. 50). Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 5. ed. – Brasília: SENAD, 2013.

Há indicação na literatura de que os homens autores de homicídio conjugal são mais propensos a relatar problemas com o uso de álcool e drogas do que as mulheres perpetradoras desse tipo de crime. Além disso, as mulheres que mataram seus parceiros íntimos tinham menos probabilidade de ter uma história de abuso de substâncias do que aquelas que cometeram outros tipos de assassinatos (Jordan, Clark, Pritchard, & Charnigo, 2012).

As duas amostras apresentaram percentuais de consumo de álcool dentro das taxas verificadas nas pesquisas internacionais e houve prevalência em relação ao sexo – os homens foram os maiores usuários. Comparações com relação às outras substâncias psicoativas – cigarro, maconha, cocaína e crack – ficam comprometidas pela escassez de dados referentes somente sobre essas drogas. Sharps et al. (2001), embora não discrimine o tipo de substância psicoativa ilícita, registrou que 56% dos homens autores de homicídio conjugal de sua amostra usaram drogas no último ano. Apenas 6% destes homens estavam em tratamento para uso de drogas.

Chama atenção a taxa correspondente ao uso de substâncias psicoativas (exceto o álcool) da região da Grande Florianópolis, que foi prevalente a do Planalto Catarinense (42% e 13%, respectivamente). Essa diferença aponta para o baixo consumo dos autores de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense se comparado aos dados de Sharps, (2001).

Na Região da Grande Florianópolis, 21% dos perpetradores sofriam de uma ou mais *condições médicas gerais (orgânicas ou acidentais)*: dependência química (n=6), doenças sexualmente transmissíveis (n=2), diabetes (n=1), hipertensão (n=1), depressão (n=1), epilepsia (n=1). No Planalto Catarinense, este percentual foi de 31%. Entre essas condições estão: dependência química (n=7), doenças ortopédicas (n=3), depressão (n=2), ansiedade (n=2), epilepsia (n=1) e deficiência física (n=1).

A busca por tratamento com profissionais da saúde, de acordo com os dados disponíveis, apresentou baixos percentuais nas duas regiões, mas no Planalto Catarinense foi ainda menor. Na região da Grande Florianópolis, 17% dos indivíduos, todos do sexo masculino, buscaram ajuda de profissionais da saúde ao longo da vida: com um clínico geral (n=1) e com psiquiatra (n=6). No Planalto Catarinense, apenas 7,8% dos autores de homicídio conjugal, três homens e uma mulher, fizeram consultas com profissionais da saúde: com psiquiatras (n=2) e com ortopedistas (n=2). Na Grande Florianópolis, registrou-se mais consultas com psiquiatras e, no Planalto, verificou-se o mesmo número para duas especialidades, entre elas a psiquiatria. Chama a atenção que



somente uma mulher autora de homicídio conjugal tenha buscado atendimento com profissionais da saúde. Geralmente, nos estudos internacionais, as mulheres perpetradoras de homicídio conjugal buscaram mais ajuda médica ao longo da vida dos que os perpetradores homens. Numa amostra dos Estados Unidos, por exemplo, 54% das mulheres autoras de homicídio conjugal haviam tido contato com o serviço de saúde ao longo da vida por problemas de saúde mental (Jordan, 2012).

Os baixos registros da variável '*consulta com profissionais da saúde ao longo da vida*', nas amostras da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, tendem a demonstrar que há problemas de acesso aos serviços de saúde por essa população. Uma dessas dificuldades pode ser explicada pela baixa renda dos autores de homicídio conjugal, principalmente na região do Planalto Catarinense. Ainda é possível analisar esses dados a partir de questões culturais. Os homens, que foram a maioria dos autores de homicídio, nas duas amostras, não tem o costume de buscar ajuda de profissionais da saúde, mas quando procuram, o fazem em decorrência de problemas com o uso e abuso de álcool ou drogas (Beiras, 2012). Essa realidade foi corroborada pelos resultados dessa tese, uma vez que os autores do sexo masculino nas duas regiões procuraram, na maior parte dos casos, médicos psiquiatras para o tratamento de problemas causados pela dependência química.

Na Região da Grande Florianópolis, 17% dos processos trouxeram *informações diagnósticas* sobre os autores de homicídio conjugal, apresentando diferença significativa em relação à região do Planalto Catarinense. Desses, cinco autores tiveram um transtorno mental diagnosticado antes e depois do homicídio, entre eles: quatro do sexo masculino e um do feminino. No caso de quatro autores os transtornos mentais foram estabelecidos somente depois do homicídio: três homens e uma mulher. Na Região do Planalto Catarinense, somente 3,9%, ambos do sexo masculino, tiveram diagnósticos e foram avaliados antes e depois do homicídio. Apenas três perpetradores estiveram *internados em hospitais psiquiátricos* ao longo de sua vida. Na região da Grande Florianópolis, dois indivíduos, e no Planalto Catarinense, apenas um.

Estudos internacionais apresentam taxas entre 18% a 54% de diagnósticos de transtornos mentais entre autores de homicídio conjugal (Martins-Borges, 2006; Oram et al., 2013; Bourget & Gagné, 2012). A região da Grande Florianópolis se aproxima desses percentuais. Já a amostra do Planalto Catarinense ficou bem abaixo desses valores.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), os quadros diagnósticos antes do homicídio na Região da Grande Florianópolis foram assim classificados: Transtorno por uso de substâncias (n=4), Transtorno Depressivo (n=3), Transtorno Bipolar (n=2), Transtorno de insônia (n=1) e Esquizofrenia (n=1). Depois do homicídio, três perpetradores mantiveram o quadro diagnóstico: um de transtorno por uso de substância e transtorno bipolar; outro de transtorno depressivo e o terceiro manteve o diagnóstico para transtorno de uso de substâncias. Dois indivíduos tiveram diagnósticos de transtornos mentais diferentes depois do homicídio conjugal: um perpetrador que teve diagnóstico de esquizofrenia foi diagnosticado como apresentando transtorno bipolar e transtorno depressivo e o segundo que teve o diagnóstico por uso de substâncias sofreu alteração diagnóstica para o transtorno bipolar. Além desses, quatro autores foram diagnosticados somente depois do homicídio: Transtorno Bipolar (n=1), Transtorno Depressivo (n=2) e Transtorno por uso de substâncias (n=1). Na Região do Planalto Catarinense, dois indivíduos passaram por avaliações diagnósticas: ambos foram diagnosticados com transtorno depressivo antes e depois do homicídio.

Lefebvre (2006) não verificou diferença significativa, no que tange às variáveis psicológicas, entre os homens autores de homicídio conjugal em relação aos homens que praticaram violência conjugal. No entanto, existem diferenças nas frequências de algumas variáveis, como: menos impulsividade, menor frequência de Transtornos de Personalidade Paranoide, menos ocorrência de instabilidade nas relações interpessoais, menos dificuldade em controlar sua raiva e guardar rancor, por parte dos homens autores de homicídio conjugal. A maioria dos perpetradores apresentou, em ambos os grupos, diagnósticos de Transtorno Depressivo Maior, em torno de 30%.

Na amostra da região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense os diagnósticos de Transtorno Depressivo Maior foram prevalentes. Na região da Grande Florianópolis, além dos cinco perpetradores com esse diagnóstico, três apresentaram o diagnóstico de Transtorno Bipolar, caracterizado pela presença de sintomas depressivos em uma de suas fases.

### **Tabela 16**

*Variáveis situacionais e psicológicas: consumo abusivo de álcool, consumo abusivo de substâncias, condição médica geral, consultas profissionais da saúde, diagnósticos antes e depois do homicídio, internações psiquiátricas.*

Variáveis situacionais e psicológicas	Amostra GF	Amostra PL
---------------------------------------	------------	------------

		N	%	N	%	Teste estatístico
Consumo abusivo de álcool	Sim	17	32,69	15	29,41	
	Não	35	67,31	36	70,59	
Consumo abusivo de substâncias	Sim	22	42,31	7	13,73	$\chi^2$ 10.399 p 0.002
	Não	30	57,69	44	86,27	
Condição médica geral	Sim	11	21,15	16	31,37	
	Não	41	78,85	35	68,63	
Consultas profissional da saúde ao longo da vida	Sim	9	17,31	4	7,84	
	Não	43	82,69	47	92,16	
Diagnostico antes	Sim	9	17,31	2	3,92	$\chi^2$ 4.692 p 0.049
	Não	43	82,69	49	96,08	
Diagnostico depois	Sim	9	17,31	2	3,92	$\chi^2$ 4.692 0.049
	Não	43	82,69	49	96,08	
Internação hospital psiquiátrico	Sim	2	3,85	1	1,96	
	Não	50	96,15	50	98,04	

De modo geral, percebeu-se que os processos criminais apresentaram poucas informações sobre a saúde clínica e mental dos autores de homicídio conjugal. Questiona-se, assim, os percentuais de transtorno mental nas duas amostras, uma vez que apenas onze casos trouxeram essa informação. Se todos os autores de homicídio conjugal passassem por avaliação diagnóstica, talvez as taxas referentes aos transtornos mentais fossem maiores. A presença de criminalidade, os altos percentuais de violência conjugal e o uso abusivo de álcool e drogas observados nessa seção indicam que muitos perpetradores apresentaram traços de personalidade ligados a alguns Transtornos de Personalidade, como o Antissocial e o Borderline.

### 5.3.1 Síntese das principais semelhanças e diferenças referentes às variáveis situacionais dos casos de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense

Os autores de homicídio conjugal das duas regiões analisadas apresentaram altos percentuais de atuações violentas, sejam nos episódios de violência extrafamiliar, ou nas taxas de violência intrafamiliar, entre elas, a violência conjugal.

A violência extrafamiliar, representada pelos episódios de *criminalidade*, alcançou taxas de quase 40% nas duas amostras. Essa realidade evidencia que nessas duas regiões os casos de homicídio conjugal foram praticados por homens que apresentavam histórico de violência fora do contexto conjugal. Indivíduos agressivos e

manipuladores reincidentes nas práticas delitivas e que já haviam sido presos por outros crimes. Portanto, esses dados confrontam a ideia de que o homicídio conjugal é o crime do homem comum.

A *violência conjugal* atingiu percentuais maiores que os registrados pelas pesquisas internacionais, chegando a 92% dos casos na região da Grande Florianópolis e 88% no Planalto Catarinense. Nessa variável, percebeu-se que mesmo os autores sendo os maiores instigadores de violência conjugal, as vítimas também apresentaram comportamentos violentos. A diferença ocorreu na intensidade e no tipo de atuação violenta. Enquanto as mulheres vítimas do homicídio empregavam mais a violência moral, os homens autores de homicídio utilizavam com mais frequência a violência física e, em segundo lugar, a psicológica.

No entanto, a maioria dos casos em que houve registros de violência conjugal não foram oficializados por meio de boletins de ocorrência. Na Grande Florianópolis, a taxa foi de 59%, e no Planalto Catarinense, 60%. Estes resultados apontam para a necessidade de uma análise mais aprofundada em relação ao acesso dessa população aos serviços de segurança pública nas duas regiões. Seja pela não utilização do serviço, ou porque mesmo tendo procurado o sistema de segurança, as vítimas acabaram sendo mortas pelos seus agressores. No Planalto Catarinense, seis autoras de homicídio conjugal realizaram mais de quatro boletins de ocorrência como vítimas de violência conjugal.

Os episódios de violência tiveram relação com as taxas de *separação*. Houve diferença significativa entre as duas amostras. Na Grande Florianópolis, os percentuais foram mais altos, e em 40% dos casos houve mais de um episódio de separação ao longo da relação. No Planalto Catarinense, somente três casos apresentaram mais de um episódio de separação. Verificou-se que para esses relacionamentos, a separação foi uma alternativa que objetivava uma mudança na relação, colocando limites numa dinâmica conjugal permeada por violências. Os resultados referentes à variável *separação* podem ser relacionados, ainda, com as baixas taxas de episódios de violência oficializados pelas vítimas na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense (19% e 18%, respectivamente). Esses dados indicam que, na maioria das vezes, a não oficialização da violência pode ter sido uma tentativa de restauração do vínculo amoroso e a busca pelo fim dos episódios de violência conjugal.

A violência intrafamiliar contra os filhos e enteados, analisada por meio da variável *maus-tratos* indicou mais uma diferença significativa entre as duas regiões. A

região da Grande Florianópolis apresentou 17% de casos de maus-tratos, a do Planalto Catarinense não apresentou registro para essa variável.

O uso abusivo de álcool, apresentou taxas perto dos 30% nas duas regiões, dentro do esperado para essa variável em estudos internacionais. No entanto, esse percentual está acima da taxa de consumo abusivo de álcool da população adulta brasileira, que foi de 17% no ano de 2019 e da população adulta do estado de Santa Catarina, que foi de 14% em 2012. O uso abusivo de substâncias psicoativas foi significativamente maior na região da Grande Florianópolis, demonstrando novamente que existem diferenças nos perfis de autores de homicídio conjugal nas duas regiões.

Diferente do que se averiguou com as informações sobre a criminalidade e violências intrafamiliares, percebeu-se que os processos criminais não apresentaram muitos dados sobre as variáveis referentes à história da saúde física e mental dos perpetradores. Todavia, o mapeamento dessas variáveis vai ao encontro do que a literatura evidenciou como dificuldades de acesso ao sistema de saúde pelos homens autores de homicídio conjugal. Quando houve a procura por tratamento, os médicos psiquiatras foram os mais acessados a fim de tratar problemas, na maior parte dos casos relacionados à dependência de álcool e drogas. Contudo, nas duas regiões analisadas, este mapeamento apresentou uma particularidade, a baixa taxa de mulheres autoras de homicídio conjugal que realizaram consultas com profissionais da saúde ao longo da vida. Os percentuais ficaram bem abaixo dos dados internacionais.

### Quadro 3

*Síntese das semelhanças e diferenças referentes as variáveis situacionais dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*

Variáveis	Semelhanças	Diferenças
Criminalidade	Percentuais dentro das taxas internacionais	No PL crimes mais graves
Violência conjugal	Taxas acima dos 85%	
Autor da violência conjugal	Perpetrador foi o instigar em metade dos casos; a outra metade dos relacionamentos apresentaram ambos os parceiros como instigadores de violência.	
Número de separações		Região da GF percentuais maiores

Maus-tratos aos filhos/enteados		Diferença significativa Prevalência na GF
Consumo abusivo de álcool	Percentuais próximos dos 30% e dentro das amostras internacionais	
Consumo abusivo de substâncias		Diferença significativa. Prevalência na GF
Consultas a profissionais da saúde	Poucos registros Maioria consultas com Psiquiatras	
Condição médica geral	Maioria registrou problemas com dependência química	
Diagnósticos antes e depois		Prevalência na GF
Internações psiquiátricas	Poucas internações	

Por fim, as variáveis situacionais deram visibilidade aos aspectos mais subjetivos dos autores de homicídio conjugal. Identificou-se, desse modo, que nas duas regiões muitos autores apresentaram atuações violentas ao longo da sua vida, como altos percentuais de criminalidade e episódios graves de violência conjugal, com registros de agressões físicas, psicológicas e sexuais. Entretanto, os autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis registraram mais consumo de substâncias psicoativas, episódios de maus-tratos aos filhos e/ou enteados, maior número de episódios de separação ao longo da relação e mais registros de transtorno mental. Esses resultados apontam diferença nos perfis dos casos de homicídio conjugal nas duas regiões no que se refere as variáveis situacionais e psicológicas.

#### 5.4 Indícios comportamentais precursores

Algumas variáveis situacionais que fazem parte da história de vida do autor de homicídio conjugal, quando atuadas *no ano anterior ao homicídio*, são denominadas pela literatura especializada como indícios comportamentais precursores (Campbell et.al, 2003; Martins-Borges, 2006). Esses indícios são um conjunto de comportamentos que pela sua frequência e intensidade podem ser compreendidos como fatores de risco para a ocorrência de casos de homicídio conjugal. Entre esses comportamentos, destacam-se: ameaças de morte aos filhos e ao cônjuge; violências conjugais, entre elas a moral, a física, a psicológica, a sexual e a patrimonial; aquisição de arma de fogo;

ameaça de suicídio; seguro de vida; sintomas depressivos; sintomas psicóticos e consulta à profissional da saúde no ano precedente ao ato (McFarlane, Campbell & Watson, 2002; Lefebvre, 2006, Sheehan, et.al., 2015).

No que tange à ameaça de morte aos filhos por parte dos autores de homicídio conjugal, as duas regiões apresentaram ocorrências abaixo dos 10%. Na região da Grande Florianópolis, 9,6% dos perpetradores ameaçaram de morte os filhos no ano anterior ao ato; no Planalto Catarinense, 1,9%. Já os percentuais referentes à ameaça de morte ao cônjuge foram altos e semelhantes nas duas amostras. Em ambas, em mais da metade dos casos, 55,7% na região da Grande Florianópolis e 56,8% no Planalto Catarinense, apresentaram registros de ameaça de morte ao cônjuge. Esses dados referentes às frequências de ameaça de morte ao cônjuge pelo perpetrador do homicídio conjugal nas duas regiões analisadas estão acima da taxa de 25% registrada pelos autores de homicídio conjugal estudados por Martins-Borges (2006) na província do Quebec, Canadá. No entanto, aproximam-se do percentual de 55% verificado por McFarlane, Campbell & Watson, (2002), nos Estados Unidos.

A violência conjugal<sup>32</sup>, nesse conjunto de variáveis diz respeito somente às atuações violentas por parte dos autores de homicídio conjugal. A região da Grande Florianópolis apresentou os maiores percentuais em todos os tipos de violência, apresentando, inclusive, diferenças significativas em relação ao Planalto Catarinense, nas variáveis violência moral e violência psicológica.

---

<sup>32</sup> Segundo a Lei Maria da Penha, as formas de violência contra a mulher são assim classificadas: I – a violência física se caracteriza por qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da vítima; II - a violência psicológica é o comportamento que pode causar dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A *violência física*, foi registrada em 65% dos casos na região da Grande Florianópolis, e em 58,8% na Região do Planalto Catarinense. Na região da Grande Florianópolis, houve episódios de espancamentos, registros de tapas no rosto e no corpo, queimaduras, sufocamento, socos e mordidas. No Planalto Catarinense, foram registrados golpes com tacos de sinuca, socos no rosto desferidos no local de trabalho da vítima, chutes e puxões de cabelo, espancamento, tapas no rosto, esganadura, arranhões no rosto, esfaqueamento, queimaduras com ferro de passar roupa. Em relação à violência física, as duas regiões se aproximaram das taxas encontradas em pesquisas internacionais, com percentuais próximos ou acima de 60% (Moracco et al., 1998; Sharps et al., 2001; Dutton e Kerry, 1999).

A *violência moral* teve frequência de 57,6% na Grande Florianópolis e apenas 9,8% no Planalto Catarinense. É importante registrar que, na maior parte dos casos, a violência moral foi empregada por meio da injúria, que são xingamentos que ofendem a honra subjetivamente, diferente da calúnia e difamação. A injúria mais utilizada nas duas regiões foi o termo “vagabunda”. Comparações com pesquisas internacionais ficam comprometidas, pois em outros países, como no Canadá, não há a divisão entre violência moral e psicológica. No Brasil, a *lei Maria da Penha* faz essa diferenciação.

Houve *violência psicológica* em 75% dos casos na Grande Florianópolis e, no Planalto Catarinense, essa variável foi registrada em 49% dos casos. Os percentuais referentes à violência psicológica, nas duas regiões, ficaram acima da taxa de 35% verificada por Martins-Borges (2006) e abaixo da registrada por Lorenzetti (2018) na amostra da cidade de Florianópolis, em que a violência psicológica esteve presente em 85% dos casos.

Tanto na região da Grande Florianópolis como no Planalto Catarinense houve a presença de violência psicológica por meio de comportamentos que visavam a controlar a vítima mediante ameaças direcionadas à própria vítima, filhos, familiares ou amigos. Insultos que objetivavam diminuir a autoestima verificados, por exemplo, em alguns casos em que o companheiro, mais novo que a vítima, utilizava xingamentos referentes à idade e, em outros casos, ao corpo da vítima. A literatura científica tem registrado que, no ano anterior ao ato homicida, há um aumento no número de ocorrências referentes aos comportamentos de perseguição e controle por parte dos autores de homicídio conjugal (McFarlane, Campbell & Watson, 2002). O controle e vigilância foram registrados em 17 casos na Grande Florianópolis e em 19 casos no Planalto Catarinense. Em três situações pode-se registrar a prática do cárcere privado, em que o



autor do homicídio não permitia que a vítima saísse para trabalhar, encontrasse familiares e amigos, provocando, assim, o isolamento. Outros tipos de violência psicológica foram a chantagem, violação de sua intimidade e ridicularização.

A *violência sexual* apresentou baixos percentuais nas duas regiões se comparados com os outros tipos de violência conjugal. Na região da Grande Florianópolis, 9,6% e, na região do Planalto Catarinense, 3,9%. Os números da região da Grande Florianópolis estão próximos de 14%, como verificado por Rocha (2018) na cidade de Florianópolis. Os dados do Planalto Catarinense se aproximam da amostra de Martins-Borges (2006), que registrou apenas 3,7%.

A *violência patrimonial* ocorreu em 17,3% dos casos na região da Grande Florianópolis e em 5,8% no Planalto Catarinense. Os tipos de violência mais comuns foram a destruição do aparelho celular e a depredação do carro da vítima. Percebe-se que esses objetos permitem a comunicação com o mundo externo, justamente aquilo que é visto como ameaçador por alguns autores de homicídio conjugal.

Estudos apontam que a maior parte dos homicídios conjugais não são premeditados e, por isso, o meio utilizado depende muito mais das armas e objetos acessíveis no momento da passagem ao ato (Campbell, 2001). A *aquisição de arma de fogo* no ano precedente ao ato pode mostrar intencionalidade e premeditação, por isso é investigada como um indício precursor. Para essa variável, chama atenção o percentual da região do Planalto Catarinense: 23,5% dos casos, sendo 11 homens e apenas uma mulher. A região da Grande Florianópolis apresentou taxa de 9,6% para essa variável, sendo todos homens. Esses números estão acima dos resultados encontrados por Martins-Borges (2006) referentes à aquisição de arma de fogo, que foi de 5,5%.

**Tabela 17**

*Indícios comportamentais precursores nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.*

Indícios comportamentais precursores		Amostra GF		Amostra PL		Teste estatístico
		N	%	N	%	
Ameaça aos filhos	Sim	5	9,60	1	1,96	
	Não	47	90,40	50	98,04	
Ameaça de morte ao cônjuge	Sim	29	55,77	29	56,86	
	Não	23	44,23	22	43,14	
Violência física	Sim	34	65,38	30	58,82	
	Não	18	34,62	21	41,18	

Violência moral	Sim	30	57,69	5	9,80	$\chi^2 26.321$ <i>p 0.000</i>
	Não	22	42,31	46	90,20	
Violência psicológica	Sim	39	75,00	25	49,01	$\chi^2 7.387$ <i>p 0.008</i>
	Não	13	25,00	26	50,90	
Violência sexual	Sim	5	9,62	2	3,92	
	Não	47	90,38	49	96,08	
Violência patrimonial	Sim	9	17,31	3	5,88	
	Não	43	82,69	48	94,12	
Aquisição de arma de fogo	Sim	5	9,62	12	23,53	
	Não	47	90,38	39	76,47	
Ameaça de suicídio	Sim	8	15,38	5	9,80	
	Não	44	84,62	46	90,20	
Seguro de vida	Sim	2	3,85	1	1,96	
	Não	49	96,15	50	98,04	
Sintomas depressivos	Sim	6	11,54	5	9,80	
	Não	46	88,46	46	90,20	
Sintomas psicóticos	Sim	2	3,85	1	1,96	
	Não	50	96,15	50	98,04	
Consulta profissional da saúde ano precedente ao homicídio	Sim	8	15,38	2	3,92	
	Não	44	84,62	49	96,08	

A ameaça de suicídio, os sintomas depressivos e psicóticos, as consultas com profissionais da saúde demonstram a presença de um sofrimento psíquico por parte do autor do homicídio conjugal. Martins-Borges, (2006) ressalta que quase um terço dos autores de homicídio conjugal de sua amostra expressou sintomas depressivos, ameaças de suicídio ou sinais de sofrimento emocional no ano anterior a passagem ao ato. Para a autora, essas atuações não demonstravam a intenção em destruir o outro como nos episódios de violência conjugal e ameaças de morte, mas sim um perigo de autodestruição.

Na região da Grande Florianópolis, a ameaça de suicídio foi verificada em 15,3% dos casos. Todos eram homens e três também apresentaram sintomas depressivos, um deles apresentou diagnóstico psiquiátrico anterior ao homicídio. No Planalto Catarinense, 9,8% dos autores de homicídio ameaçaram se suicidar, sendo três homens e duas mulheres. Um autor do sexo masculino e uma autora mulher apresentaram sintomas depressivos no ano anterior. Esses dados estão abaixo do que foi verificado nas duas pesquisas na província de Quebec, Canadá: 30% na amostra de Lefebvre (2006) e 25% no estudo de Martins-Borges (2006). Neste, os homens autores de homicídio conjugal apresentaram mais registros de ameaças de suicídio do que as mulheres perpetradoras (33,3%, n = 9 versus 18,5%, n = 5).

Em relação aos *sintomas depressivos*, na Grande Florianópolis, 11,5% dos autores de homicídio conjugal relataram sintomas depressivos no ano precedente ao ato

e, no Planalto Catarinense, 9,8%. Os sintomas psicóticos foram registrados em 3,8% dos casos na região da Grande Florianópolis e em 1,9% no Planalto Catarinense.

Quanto às consultas com profissionais da saúde no ano precedente ao homicídio, 15,3% dos autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis entraram em contato com os serviços de saúde, sendo que cinco destes com profissionais da saúde mental, como psicólogos e psiquiatras. Na região do Planalto Catarinense, apenas 3,9% realizaram consultas com o serviço de saúde. Os dois autores fizeram consultas com clínicos gerais, pois faziam uso de medicamentos para transtorno depressivo. Essa variável apresentou frequência bem inferior ao verificado Martins-Borges, (2006) em que 60% das mulheres e 45% dos homens autores de homicídio conjugal procuraram os serviços de saúde no ano precedente ao ato.

5.4.1 Semelhanças e diferenças dos indícios precursores nas regiões da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.

Como foi possível observar, a região da Grande Florianópolis apresentou maiores frequências em quase todas as variáveis referentes aos indícios precursores. Somente a *ameaça de morte ao cônjuge e aquisição de arma de fogo* foram maiores na região do Planalto Catarinense.

Há diferenças significativas entre as duas regiões. As violências psicológica e moral foram, respectivamente, 20% e 45% superiores na região da Grande Florianópolis. Essas diferenças apontam para essas duas variáveis como fatores de risco para os casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis.

Percebe-se também que os altos percentuais da amostra da região da Grande Florianópolis na comparação com a região do Planalto Catarinense para a violência psicológica e moral podem estar relacionados com as variáveis *sexo* dos autores de homicídio conjugal e o *vínculo do casal* nas duas regiões. No Planalto Catarinense, o número de mulheres autoras de homicídio conjugal foi 12% maior do que na Grande Florianópolis. Em oito casos ocorridos no Planalto Catarinense, as mulheres perpetradoras de homicídio conjugal foram vítimas de violência conjugal no ano anterior ao homicídio. Dessa forma, elas não eram autoras de violência, diminuindo assim as frequências dessas variáveis para essa região. O alto percentual de *separação* entre o casal na região da Grande Florianópolis também pode ter influenciado o número de registros de violência física, psicológica e moral nessa região. O processo de separação gera tensão e potencializa atuações agressivas entre os parceiros.

Quanto à *violência moral*, cabe um olhar mais aprofundado, tamanha a diferença entre as amostras. A injúria foi o tipo predominante de violência moral. Algumas situações foram registradas por boletim de ocorrência, mas a maioria não. Praticada contra a moral e a integridade psicológica da vítima, a injúria também pode ser compreendida como violência psicológica, o que torna difícil, às vezes, a diferenciação entre estes tipos de violência. Observaram-se, no Planalto Catarinense, outros tipos de xingamentos que poderiam afetar a moral e a autoestima da vítima, mas que, pela classificação, foram distribuídos na categoria de violência psicológica. Esta questão metodológica pode ter influenciado a diferença. Ainda assim, a violência psicológica foi maior na região da Grande Florianópolis, demonstrando que podem existir diferenças entre as duas regiões em relação às formas de expressão da violência.

A violência sexual teve poucos registros nas duas regiões. O número pode ter sido subnotificado, uma vez que em geral as vítimas têm mais dificuldades em falar sobre a intimidade sexual com colegas e familiares. Outra possibilidade de análise envolve questões culturais. Numa sociedade patriarcal, muitas mulheres vivem relações sexuais desprazerosas e não consensuais em relacionamentos, oficiais ou não, dificultando assim a compreensão do que é ou não violência nas relações de intimidade.

Quanto à *aquisição de arma de fogo*, essa variável, juntamente com a ameaça ao cônjuge, apresentou maior frequência na região do Planalto Catarinense. Nos treze casos em que o autor adquiriu arma de fogo no ano precedente ao homicídio, em onze, este foi o meio utilizado para matar a vítima. Na Grande Florianópolis, em todos os seis casos em que houve a aquisição da arma de fogo as vítimas foram mortas por esse meio. Reitera-se, assim, a importância dessa variável como um indício precursor do ato homicida nas duas regiões.

As ameaças de suicídio, os sintomas depressivos e psicóticos e as consultas com profissionais da saúde no ano anterior apresentaram frequências baixas nas duas regiões e inferiores às encontradas em pesquisas do Canadá. O que permite inferir que o perfil dos homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense é distinto daqueles em relação aos indícios precursores. A presença ou não de ameaças, tentativas e o suicídio propriamente dito, nos casos de homicídio conjugal, permitem verificar se as pulsões agressivas foram direcionadas ao próprio sujeito (autoagressão) ou a objetos externos (heteroagressões).

Sendo assim, os indícios precursores referentes às ameaças de morte aos filhos e/ou companheira(o), as violências física, psicológica, moral, patrimonial e sexual

representam que a pulsão teve como objetivo a destruição do outro. Por outro lado, algumas ameaças de suicídio, sintomas depressivos e psicóticos tendem a evidenciar um sofrimento emocional fixado no próprio sujeito.

#### Quadro 4

*Síntese das semelhanças e diferenças referentes aos indícios comportamentais precursores dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*

Variáveis	Semelhanças	Diferenças
Ameaça aos filhos/enteados	Percentuais baixos dentro das taxas internacionais	
Ameaça ao cônjuge	Frequência acima dos 50%	
Violência física	Frequência acima dos 55%	
Violência moral		Diferença significativa. Região da GF apresentou percentuais maiores.
Violência psicológica		Diferença significativa. Frequência maior na GF
Violência sexual	Percentuais baixos	
Violência patrimonial		Frequência maior na GF
Aquisição de arma de fogo		Frequência maior no PL
Sintomas depressivos	Frequência baixas	
Sintomas psicóticos	Frequência abaixo de 10%	
Consultas a profissionais da saúde no ano anterior	Poucos registros se comparados às pesquisas internacionais	Na GF com profissionais da saúde mental No PL, com clínico geral

Por fim, o número expressivo de ameaças de morte em relação ao cônjuge, as altas frequências de violência física e os baixos percentuais de sintomas depressivos e ameaças de suicídio, na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense, demonstram que as expressões do sofrimento psíquico atuadas pelos autores de homicídio conjugal são resultado de um conflito interno relacionado, na maioria dos

casos, ao vínculo conjugal. Por sua vez, as maiores ocorrências referentes a violência moral e psicológica praticadas pelos autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis apontam que a expressão da violência pode sofrer influências do contexto sociocultural.

## 5.5 Motivação

Na Grande Florianópolis, a *separação* foi a principal motivação dos casos de homicídios conjugais, presente em 40% das ocorrências. No Planalto Catarinense, a *separação e a ameaça de separação* foram a segunda maior motivação dos casos de homicídio conjugal, presentes em 25,4% dos casos. As pesquisas internacionais apontam a separação como a principal causa de homicídios conjugais praticados por homens (Dutton & Kerry, 1999; Martins-Borges, 2006, Lefebvre, 2006). Na amostra de Lefebvre (2006) cerca de 69% dos homens que mataram suas companheiras estavam em processo de separação conjugal ou separados do cônjuge no momento da ofensa.

Nos casos em que envolviam a separação de corpos, pode-se observar que a maioria dos perpetradores, (n=14) na região da Grande Florianópolis e (n=9) no Planalto Catarinense, eram autores de diversos tipos de violências durante a relação conjugal, principalmente de violência psicológica e física. Eles eram controladores, vigiavam e mantinham o sentimento de posse perante suas companheiras. Em todos os casos havia ameaças de morte ou de agressões físicas caso houvesse a separação. Além da violência psicológica, em quase todos os casos utilizavam a violência física como forma de controle e humilhações. As agressões eram intensas e frequentes e se caracterizavam como uma escalada da violência ao longo da relação. A intensidade das agressões físicas e o ato final em que empreenderam o homicídio demonstram características perversas marcadas pelo sadismo. Para além das violências conjugais, a maioria deles apresentaram outros episódios de violência, como a prática de crimes, agressões e ameaças a terceiros.

As características descritas anteriormente se aproximam da personalidade *Perversa*, identificada por Senninger e Fontaa (1996) nos tipos de passagem ao ato de acordo com o tipo personalidade. Para estes estudiosos, indivíduos com esse tipo de personalidade apresentam prazer nos atos sádicos e mostram pouco remorso após a ofensa. Em alguns trechos das sínteses<sup>33</sup> dos homicídios conjugais, na região da Grande

---

<sup>33</sup> Tudo que estiver em itálico nesta seção se refere aos trechos do resumo dos casos de homicídio conjugal, descritos no item 63 do Instrumento Multidimensional do Homicídio Conjugal.

Florianópolis e do Planalto Catarinense, observam-se as características desse perfil de perpetradores: *o autor, de forma premeditada, leva a companheira para uma região da fazenda e a golpeia com um machado, depois a estrangula e ainda dá golpes de machado na barriga da vítima que estava grávida de quatro meses*. Em 2016, ao meio-dia, em uma avenida movimentada de uma cidade do Planalto Catarinense, *D., 23 anos, desempregado, atira cinco vezes nas costas da ex-companheira de 23 anos*. No ano de 2012, *depois de enviar presentes e convidar a namorada para ir à sua casa, R., 33 anos, motorista, esgana A. de 17 anos, em seguida a sufoca com um pedaço de pano*.

Em cinco casos (n=5) na região da Grande Florianópolis e sete casos (n=7) no Planalto Catarinense, observou-se que a *separação*, diferente dos casos anteriores, reativou a angústia do abandono, o que simboliza a perda do objeto amado. Nesses casos, geralmente existe uma fantasia inconsciente de que se a companheira(o) não pode ser dele na realidade, talvez após a morte isso possa acontecer. Assim, o perpetrador, como forma de aliviar seu sofrimento, mata a vítima e comete suicídio em seguida. Geralmente são autores do sexo masculino e com sintomas ou diagnósticos de transtorno depressivo. Lefebvre (2006) encontrou relação entre o diagnóstico de transtorno depressivo maior e a ocorrência de um processo de separação nos casos de homicídio conjugal masculino no Canadá. Um estudo nos Estados Unidos, verificou que os sintomas depressivos estão presentes em muitos casos de homicídio conjugal seguidos de suicídio (Campbell, Sharps et al., 2001). Na região da Grande Florianópolis, em um caso o perpetrador se matou e nos outros dois houve tentativa de suicídio. Nos três casos, os perpetradores apresentavam sintomas depressivos ao longo da vida. Um desses autores, após o homicídio, também simbolizou a perda por meio de atos perturbadores, como registrado na síntese a seguir: *M. depois de matar a companheira e verificar que a mesma estava morta, escreveu “te amo” no corpo da vítima com um canivete e, em seguida, tirou o bico de um dos seios e saiu em direção a rodovia com ideias suicidas*. No Planalto Catarinense, em dois casos houve tentativa de suicídio e em outro, cartas que registravam o sofrimento pela separação, com frases como: *“se você não for minha não será de mais ninguém”*.

A *medida de represália* foi a motivação principal em 25% dos casos na região da Grande Florianópolis, e em 27% na região do Planalto Catarinense. Nesses homicídios, a motivação estava ligada a um desejo de vingança ou punição por uma injúria, dano ou ofensa real ou imaginária. Na maioria dos casos, não houve premeditação. O perfil dos autores desses homicídios tem semelhanças ao que

Senninger e Fontaa (1996) descreveram sobre as passagens ao ato nas personalidades *Psicopáticas*. Os relacionamentos conjugais desses perpetradores apresentam episódios cíclicos de violência conjugal, eles sentem ciúmes e têm humor instável, irritabilidade e medo de serem abandonados.

Na Grande Florianópolis, tendo a *medida de represália* como motivação principal, em seis casos o homicídio ocorreu em consequência de brigas e discussões e, em todos esses casos, os autores de homicídio tinham consumido álcool ou outras drogas, inclusive quatro desses perpetradores eram usuários de drogas. Dos quatro casos em que os autores eram homens, três apresentavam registros de violências e crimes. Apenas um desses autores não tinha histórico de violência. Das autoras mulheres, uma delas era usuária de crack, assim como seu companheiro, e a outra perpetradora era alcoolista. Esta autora, depois de uma briga com o companheiro que também estava embriagado, o golpeia com um sarrafo de madeira e a vítima morre três meses depois no hospital em que ficou internado em consequências dos ferimentos.

Na Grande Florianópolis, dois casos de homicídio conjugal que tiveram a *medida de represália* como motivação principal foram premeditados. Em um deles o autor do homicídio acreditava que a vítima o tinha infectado com HIV. E no outro caso, após uma relação de 12 anos, permeada por brigas e separações, o autor do homicídio que suspeitava traições, após uma carona, esfaqueia a companheira e em seguida oculta o cadáver em uma região de mata. Em ambos os casos, os testemunhos nos autos dos processos evidenciavam que esses perpetradores apresentavam frieza e não demonstraram arrependimentos.

No Planalto Catarinense, em que a motivação mais frequente foi a *medida de represália*, em cinco casos ela foi praticada por mulheres e em sete casos por homens. Nos casos praticados por homens em cinco deles o autor do homicídio tinha histórico de outros tipos de violências e crimes. Em dois deles a vingança tinha relação com a separação, o que se aproxima mais do que foi visto anteriormente como o perfil *Psicopata*, Senninger e Fontaa (1996). Em um desses casos, ocorrido no ano de 2015, *o autor do homicídio, de 44 anos, comerciante, desferiu 34 golpes de faca na companheira de 40 anos de idade. Eles viviam um relacionamento com muitas brigas e registros de ameaças por parte do autor de homicídio.* No ano de 2007, *C., 19 anos, diarista em uma ervateira, quis se vingar porque a vítima, uma mulher de 28 anos, queria ter um relacionamento com o mesmo e fazia comentários que, segundo ele,*



*ofendiam sua honra*. O crime foi premeditado e ocorreu numa região de mata, em que o autor convidou a vítima até o local e a esfaqueou.

Nos casos em que a motivação principal foi a *medida de represália* e as autoras de homicídio eram mulheres, em quatro deles, elas eram vítimas de violência conjugal por parte dos companheiros. Nesses casos o desejo de vingança estava muito presente, inclusive pela agressividade da cena do crime. Em 2006, *M.*, 42 anos, auxiliar de serviços gerais, convida o companheiro de 64 anos, para ir a sua casa e, na estrada de acesso, o golpeia várias vezes na cabeça com uma barra de ferro. Em 2012, a autora de 60 anos, aposentada, contrata dois criminosos para matar o seu companheiro com golpes de faca, havia também a busca pelo seguro de vida que iria ser dividido com os autores do assassinato. Em 2013, enquanto seu companheiro dormia, *S.*, 46 anos, dona de casa, se arma com uma barra de ferro e o golpeia na face e no crânio e depois o asfixia com um saco plástico. Em dois casos não houve premeditação. Após uma briga em casa e tendo a vítima a ameaçado de morte, a mulher pega uma faca de cozinha e ataca o seu companheiro. E por último, após uma discussão em que a autora estava embriagada, ela golpeia o companheiro, nesse caso a perpetradora do homicídio também era autora de violência conjugal e tinha antecedentes criminais.

### **Tabela 18**

*Motivação dos casos de homicídio conjugal das regiões da Grande Florianópolis e Planalto Catarinense.*

Motivação	Gfpolis		Planalto	
	N	%	N	%
Separação de corpos	16	30,77	8	15,69
Medida de represália	13	25,00	14	27,45
Ameaça de separação	5	9,61	5	9,80
Ciúmes	6	11,54	12	23,53
Infidelidade do cônjuge	2	3,85	2	3,92
Sentimentos de rejeição por parte do cônjuge	3	5,77	-	-
Autodefesa	3	5,77	6	11,76
Seguros	2	3,85	1	1,96
Motivação desconhecida	2	3,85	3	5,88

O ciúme foi a motivação principal em 11,5% dos casos na região da Grande Florianópolis e em 23,5% dos casos no Planalto Catarinense. Daly e Wilson (1988) observam que em 25% dos casos de homicídio conjugal praticado por homens a motivação estava relacionada ao ciúme. Nas amostras da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, a maioria dos casos não envolveu uma infidelidade real. Esses perpetradores tinham pensamentos intrusivos de traição por parte da companheira(o),

buscavam indícios de infidelidade, estabelecendo uma relação conjugal permeada por violências psicológicas.

Na Grande Florianópolis, cinco casos foram praticados por homens e um por uma mulher. Entre os homens, em todos os casos havia características de um ciúme obsessivo (Lagache, 1947) por ‘supostas traições’ da companheira, como nos dois casos narrados a seguir. Em 2009, *C.*, 33 anos, no momento do homicídio estava afastado do trabalho. Após a companheira fazer o boletim de ocorrência por uma ameaça de morte praticada pelo perpetrador, o mesmo fantasia uma traição entre a sua mulher e o policial que fez a diligência. No dia seguinte, premedita o crime, vai até a escola em que a vítima trabalhava como professora, manda os alunos deixarem a sala de aula e atira nove vezes contra ela, que morre no local. No ano de 2012, num dos crimes mais violentos analisados nesta pesquisa, o perpetrador de 33 anos, serralheiro, atinge a cabeça da companheira de 22 anos com golpes de martelo desfigurando completamente o rosto da vítima. Este autor tinha um ciúme obsessivo, controle excessivo, ligando várias vezes ao dia durante o trabalho da vítima. Estes sujeitos mostravam uma dinâmica impulsiva com muita agressividade, controle no relacionamento e um histórico de criminalidade. No ano de 2014, *N.*, 18 anos, auxiliar de cozinha, matou o companheiro por ciúmes, praticou o ato após vê-lo conversando com outras mulheres numa festa, não havia histórico de violências entre o casal. Este foi o único caso em que uma mulher matou o companheiro por ciúmes.

O ciúme foi a terceira maior motivação nos casos de homicídio conjugal no Planalto Catarinense; ele aparece em onze homicídios cometidos por homens e em um por mulher. Seis homicídios ocorreram depois de discussões e brigas que envolviam situações de ciúmes por ver a companheira dançar ou se relacionar com outros homens em bailes e festas. Em 2015, *noite de natal, após o jantar em família, por ciúmes de ver a companheira dançando com os convidados, J.*, 19 anos, traficante de drogas, no quarto do casal atira em sua esposa na frente do filho de um ano de idade. Em três casos, o casal estava embriagado no momento do homicídio, como é possível perceber pelo relato a seguir: em 2013, *após a ingestão de duas garrafas de cachaça, F.*, 33 anos, agricultor, se desentende com *D.*, por ciúmes de vê-la conversando com o amigo dele e dá 9 facadas na companheira.

A autodefesa foi registrada em 5,7% dos casos na região da Grande Florianópolis, e em 11,7% dos casos de homicídio conjugal no Planalto Catarinense. Este tipo de motivação é mais frequente entre as mulheres (Martins-Borges, 2006). Na

Grande Florianópolis, dois casos foram praticados por mulheres e em um caso o perpetrador era homem. Em um desses casos a autora do homicídio era vítima de violência conjugal pelo companheiro. No outro, tanto a autora do homicídio quanto a vítima eram autores de brigas e agressões. No caso em que o homem foi o perpetrador do homicídio, ele era vítima de violência por parte da mulher, ela tinha muitos ciúmes e sentimento de posse sobre ele. No Planalto Catarinense, todos os casos foram praticados por mulheres que sofreram violência conjugal por parte das vítimas, como observado no relato a seguir. *F., 37 anos, do lar, era vítima de violência moral, psicológica, sexual e física, como puxões de cabelos, xingamentos, humilhações, difamação, golpes com objetos contundentes. No dia três de julho de 2009, depois de mais um episódio de violência, ela, de posse de uma faca, o golpeia três vezes. Em 2012, J., 24 anos, auxiliar de serviços gerais, era vítima de todo tipo de violência, havia registro de dentes quebrados, queimadura por ferro de passar roupa, hematomas em todo corpo, ameaças de morte, entre outros. Após o fazer consumir clonazepam, sem o seu conhecimento, causando sonolência e perda de consciência, em meio à zona rural, a denunciada J. incendiou o veículo com a vítima dentro, o carbonizando, resultando em sua morte. Ela foi absolvida.*

A infidelidade foi a motivação principal em 3,8% dos casos na Grande Florianópolis, e em 3,9% no Planalto Catarinense. Na Grande Florianópolis, em um caso o autor era vítima de violência psicológica envolvendo xingamentos e traições. No outro, ambos eram usuários de drogas e o autor do homicídio a violentava constantemente. No Planalto Catarinense, em 2010, por volta das 4 horas da manhã no interior da residência da denunciada e da vítima. *L., 46 anos, desempregada, aproveitando que a vítima V., 26 anos, estava dormindo, amarrrou seus membros superiores e inferiores com cordas de nylon, impossibilitando-o de qualquer meio de defesa e, munida com duas facas, uma tesoura e um martelo tipo marreta, passou a desferir diversos golpes violentos contra ele. Em 2006, inconformado com a traição e a separação, F., 47 anos, empresário, briga com L., 24 anos, e durante a discussão a agride com um pedaço de ferro.*

A motivação financeira esteve presente em dois casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis, e em um caso no Planalto Catarinense. Em 2013, *uma mulher de 33 anos, assistente comercial, planejou com seu amante o assassinato do cônjuge para ficar com a casa e não ter que dividir os bens. A autora premeditou o crime, não assumiu a autoria e não demonstrou arrependimento. Não havia histórico de*

violência na relação. Em 2014, *O., 60 anos, do lar, acerta seis tiros de arma de fogo em seu companheiro de 70 anos que estava no sofá da casa e a denunciada simula uma situação de latrocínio.*

É difícil buscar apenas uma motivação principal para os casos de homicídio conjugal. Por isso, no instrumento utilizado nesta tese, atribui-se, além da motivação principal, também motivações complementares. Assim, em muitos casos em que a *separação* foi a motivação principal, o *ciúme* e a *represália* foram motivações complementares. Entende-se que as relações são dinâmicas e os conflitos psíquicos, permeados por um emaranhado de sentimentos por vezes contraditórios, como o amor, o ciúme, a raiva, o ódio, o medo do abandono, a posse e o controle.

Como foi possível perceber, tanto na Grande Florianópolis como no Planalto Catarinense, as principais motivações para os casos de homicídio conjugal foram: *separação, ameaça de separação, medidas de represália e ciúmes*. Esses dados se aproximam dos resultados encontrados por Martins-Borges (2006), Lefebvre (2006), Bénézéch (1996), Dutton e Kerry (1999). Entretanto, existem diferenças na dinâmica envolvida nas motivações dos casos de homicídio conjugal das regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense em comparação àquelas verificadas pelos estudiosos supracitados.

Para Dutton e Kerry (1999), a maioria dos homens autores de homicídio conjugal tinham características associadas ao grupo de homens que haviam passado por uma separação conjugal ou estavam em processo de separação vivenciado como abandono. Lefebvre (2006) e Martins-Borges (2006) também verificaram que a maioria dos perpetradores vivenciou a separação como abandono. Já na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, a maioria dos autores de homicídio conjugal foi motivada pela *perda da posse e controle* de suas companheiras e não pelo medo de serem abandonados.

A perda da posse e controle de suas companheiras como motivação prevalente nos casos de homicídio conjugal nas duas regiões analisadas, pode ser compreendida pelas desigualdades de gênero que são estruturais na sociedade brasileira e contribuem para comportamentos violentos por parte dos homens em relação às mulheres. Assim, esses homicídios conjugais podem ser também classificados como feminicídios, em que a mortes de mulheres foi causada por questões de gênero.

### 5.5.1 Semelhanças e diferenças das motivações dos homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense

Não houve diferença significativa entre as *motivações* dos casos de homicídio conjugal entre as duas regiões, mas percebeu-se diferenças em algumas frequências. As principais diferenças foram verificadas nas frequências das variáveis *separação* e *ciúmes*, sendo que a primeira foi maior na Grande Florianópolis e a segunda, na região do Planalto Catarinense. A região da Grande Florianópolis se aproximou do que se verifica nas pesquisas internacionais, em que a separação é a variável mais relacionada aos casos de homicídio conjugal. No Planalto Catarinense, o número de separações foi inferior aos dados verificados nesses estudos. Por outro lado, a taxa de *ciúmes* como motivação principal estava de acordo com os 25% registrados por Daly e Wilson (1988).

Como analisado nas variáveis factuais, esses dados podem estar relacionados aos aspectos socioculturais de cada região. No Planalto Catarinense, a separação pode não ser uma alternativa para os casos em que há histórico de violências conjugais e, dessa forma, a vítima continua na relação. Porém, os conflitos psíquicos vivenciados pelos autores de homicídio conjugal continuam economicamente ativos e as pulsões destrutivas encontram, através do ciúme, outra atuação.

As duas regiões apresentaram semelhanças nas taxas de *medida de represália*, todavia, há diferenças. No Planalto Catarinense houve mais mulheres autoras de homicídio nessa classificação e, em quatro casos, elas eram vítimas de violência conjugal. Com relação à *autodefesa*, as mulheres foram a maioria das perpetradoras nas duas regiões, estando de acordo com o que se verificou nos estudos sobre o tema.

#### **Quadro 5**

*Síntese das semelhanças e diferenças referentes às motivações dos casos de homicídio conjugal nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense*

<b>Variáveis</b>	<b>Semelhanças</b>	<b>Diferenças</b>
Separação		Maior frequência na GF
Medidas de represália	Frequências similares	
Ciúmes		Frequência maior no PL
Autodefesa	Frequências similares	

A classificação de um caso de homicídio conjugal envolve a investigação de um conjunto de variáveis, como proposto nesta tese. A identificação da *motivação* do homicídio conjugal nas duas regiões ampliou a compreensão do perfil dos homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense. Também possibilitou a comparação com o perfil de autores de homicídio conjugal proposto por Senninger e Fontaa (1996), tomando, como comparação, a presença e frequência de episódios de *violências conjugais* e o *histórico de violência criminalizada*.

Tanto na Grande Florianópolis como no Planalto Catarinense, verificou-se a partir dos estudos das *variáveis factuais, situacionais* e, por fim, *motivação*, que os perpetradores premeditaram os homicídios, tinham histórico de criminalidade, e alguns já haviam sido presos por outros crimes. Na esfera conjugal havia inúmeros episódios de violência, controle e manipulação. Finalmente, não toleraram a *perda da posse* do objeto, como será discutido a seguir.

#### 5.5.2 Classificação dos homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense quanto à motivação

De acordo com a tipologia de Bénézech (1996), os homicídios podem ser classificados como passionais, impulsivos e depressivos. A perda do objeto amado, vivenciada como abandono, caracteriza a tipologia passional. Nos impulsivos não há premeditação, e em muitos casos está relacionado ao abuso de álcool ou drogas. Nesses casos a motivação tem relação com as medidas de represália e ao ciúme. Nos homicídios depressivos há um acordo entre os cônjuges envolvendo compaixão. Martins-Borges (2006), inclui na categoria de homicídios conjugais os homicídios cuja motivação foi a autodefesa e interesses financeiros. Nesses casos não é observado o vínculo afetivo entre o casal.

Dos homicídios ocorridos na região da Grande Florianópolis, 46% foram classificados como *homicídios passionais*, 42% *homicídios impulsivos*, 3,8% como *autodefesa*, 3,8% *interesses financeiros* e 3,8% motivações desconhecidas. No Planalto Catarinense, 45% dos homicídios foram classificados como *passionais*, 33% como *impulsivos*, 15% *autodefesa*, 1,96% *interesse financeiro* e 3,9% motivações desconhecidas. Nenhum homicídio, nas duas regiões, foi classificado como *Depressivo*.

Na pesquisa de Martins-Borges (2006), a maior frequência de homicídios também foi registrada como homicídios *passionais*, seguidos pelo *impulsivo* e

*autodefesa*. No entanto, os homicídios classificados como *passionais* compreendiam em sua totalidade a dinâmica psíquica envolvendo a perda do objeto de amor e a passagem ao ato como resultado da insuportabilidade de lidar com o abandono, aproximando-se do que Dutton (2001) percebeu em seu estudo.

Nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, os homicídios classificados como *passionais* foram em sua maioria motivados pela perda de objeto, todavia, esse não era o *objeto de amor* verificado na sensação de abandono como observado por Dutton (2001) e Martins-Borges (2006). Diferente do que foi percebido nas amostras de homicídios conjugais da província do *Quebec*, Canadá, nas duas regiões de Santa Catarina analisadas nesta tese, a motivação com o maior número de registros foi a perda da *posse* do objeto e não a perda do objeto de amor. Esses dados se aproximam da pesquisa de Campbell et al. (2003).

Em 34% dos casos da região da Grande Florianópolis e em 31% no Planalto Catarinense, os homicídios foram motivados pela perda de *posse* do objeto. Percebeu-se que o vínculo estava preservado nessas relações, entretanto, não era o vínculo de amor. Havia nesses relacionamentos um investimento que envolvia pulsões destrutivas, como ódio, agressividade e raiva. Questiona-se, inclusive, se em algum momento houve um vínculo de amor por parte dos autores desses homicídios. Ou, se desde o início, as projeções já eram da ordem da perversão: tamanha a intensidade e a frequência dos episódios de violência conjugal registrados ao longo das relações, o controle e a vigilância excessivos, a premeditação dos assassinatos e a ausência de arrependimento após a passagem ao ato.

Na Grande Florianópolis, em 11,5% dos homicídios conjugais e em 13% no Planalto Catarinense a motivação estava ligada à *perda do objeto* de amor. A dinâmica envolvida nesses homicídios classificados como *passionais* demonstra a existência de um vínculo fusional do autor do homicídio com a vítima. A morte do companheiro, nesses casos, representa o desejo inconsciente de manter o vínculo mesmo além da morte.

Nos homicídios classificados como *impulsivos* na Grande Florianópolis, 32% foram classificados como impulsivos motivados por ciúmes, brigas, discussões e, em 9,6% em decorrência do uso abusivo de álcool ou drogas. No Planalto Catarinense, dos homicídios Impulsivos, 25% foram motivados pelo sentimento de raiva e vingança em decorrência de situações de violência, brigas e traições, reais ou imaginárias e, em 7%, em decorrência do consumo excessivo de álcool ou drogas. Nesses homicídios o vínculo

de afeto também está presente, mas a dinâmica psíquica envolvida na passagem ao ato é diferente, uma vez que determinadas situações reativam sentimentos hostis como raiva e ódio e de forma impulsiva sem premeditação, a atuação acontece. Em muitos casos havia a presença de violência conjugal no relacionamento, como nos oito homicídios conjugais femininos classificados nesta categoria.

Em relação ao sexo dos agressores, é importante ressaltar que tanto na Grande Florianópolis como no Planalto Catarinense nenhum homicídio classificado como *passional* foi praticado por mulheres. Entretanto, nos *homicídios impulsivos* houve a presença de homicídios conjugais praticados por mulheres, quatro casos na Grande Florianópolis e quatro casos no Planalto Catarinense. Dentre esses homicídios, na Grande Florianópolis duas autoras estavam sob efeito do álcool e, no Planalto Catarinense, em nenhum caso de autoria feminina e classificado como impulsivo a perpetradora estava sob os efeitos de álcool e drogas.

As mulheres foram as principais autoras de homicídios motivados por *autodefesa*. Dois casos na Grande Florianópolis e oito casos no Planalto Catarinense. Martins-Borges (2006) sustenta que existe uma diferença nos homicídios conjugais femininos praticados por *autodefesa* daqueles praticados de forma *impulsiva*. Segundo ela, no homicídio conjugal feminino motivado por autodefesa, as mulheres matam seus companheiros para se defender, para defender seus filhos e familiares e, sobretudo, para acabar com anos de sofrimento praticados pelo cônjuge. O alívio sentido depois desses homicídios e a ausência de sentimento de culpa, deve ser considerado como um indício de que o vínculo com a vítima não existia mais. Para a autora, nestes homicídios por legítima defesa foi observado o que Bergeret (1994, 1998) define a respeito da violência fundamental, onde os atos visam proteger a pessoa contra objetos exteriores potencialmente ameaçadores, sem a presença de prazer ou interesse na destruição do outro.



**Quadro 6**

*Classificação dos homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense quanto à motivação*

Tipo de homicídio	GF		PL		Semelhanças	Diferenças
	N	%	N	%		
Passional	24	46	23	45		
Objeto posse	18	34	16	31	x	
Objeto amor	6	11,5	7	13		
Impulsivo	22	42	17	33	x	
Vingança	17	32	13	25		
Álcool e drogas	5	9,6	4	7		
Autodefesa	2	3,8	8	15		Maior no PL
Interesse financeiro	2	3,8	1	1,9	x	
Motivação desconhecida	2	3,8	2	3,9	x	

Assim como analisado por Martins-Borges (2006), a presença ou ausência de prazer nas atuações que levaram a passagem ao ato definiram os *homicídios impulsivos* daqueles homicídios praticados por *autodefesa* nas amostras da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense. Nos *homicídios impulsivos* praticados por mulheres, existia um vínculo entre elas e a vítima e essa ligação marcou a passagem ao ato que foi permeada pelo prazer em agredir e destruir o Outro. Nesses casos, mesmo havendo violência conjugal no histórico da relação, ela não era tão intensa e frequente como nos casos de homicídios classificados como *autodefesa*, talvez por isso não havia o medo de morrer, mas sim o desejo de vingança pelas violências sofridas.

Por fim, os homicídios conjugais motivados por ganhos financeiros demonstraram a ausência de vínculo afetivo, de culpa ou ambivalência emocional, e dessa maneira, não foram classificados como *impulsivos*. Nos três casos em que houve

essa classificação as autoras não demonstravam arrependimento. Esse tipo de homicídio doméstico também é mais específico para as mulheres.

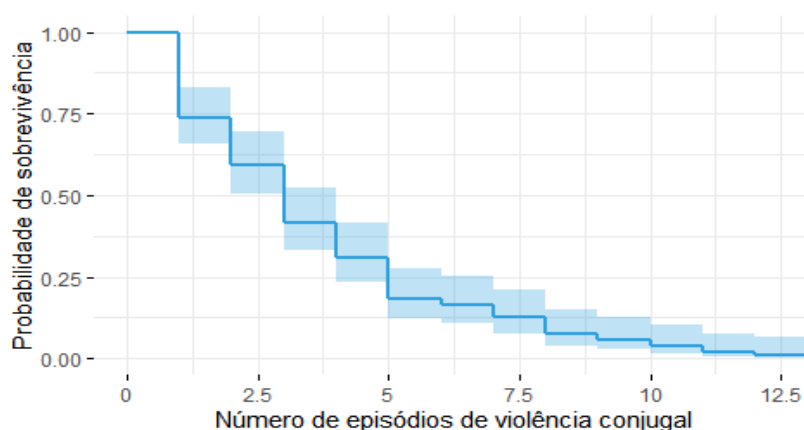
## 5.6 Identificação de fatores de risco e de proteção

Na última etapa da análise estatística se propõem a avaliação de fatores de risco e fatores de proteção a partir de uma análise de sobrevivência. Em uma análise de sobrevivência, o desfecho de interesse é o tempo transcorrido até a ocorrência de um evento de interesse. Para os dados analisados, o evento de interesse é o próprio homicídio conjugal. Na literatura especializada e nos próprios dados identificados pela análise descritiva, um dos preditores mais relevantes para o homicídio conjugal foi a ocorrência de episódios de violência conjugal no histórico da relação. Na região da Grande Florianópolis, 92,3% dos casos apresentaram relatos de violência conjugal e, no Planalto Catarinense, 88,2%. Dessa forma, optou-se pela utilização do número de episódios de violência conjugal como substituto de uma variável temporal contínua.

Inicia-se a análise de sobrevivência proposta para avaliar os fatores de proteção e de risco com a apresentação dos gráficos de Kaplan-Meier de probabilidade de sobrevivência em função do tempo – no caso, do número de episódios de violência conjugal obtidos nos autos do processo. A figura 6 apresenta a estimativa da curva de sobrevivência para todas as observações. A sobrevivência sofre um decaimento exponencial, com mais da metade dos eventos de homicídio ocorrendo até o terceiro ato da violência. Após o quinto ato de violência conjugal, a probabilidade de sobrevivência diminui com menor velocidade.

**Figura 6**

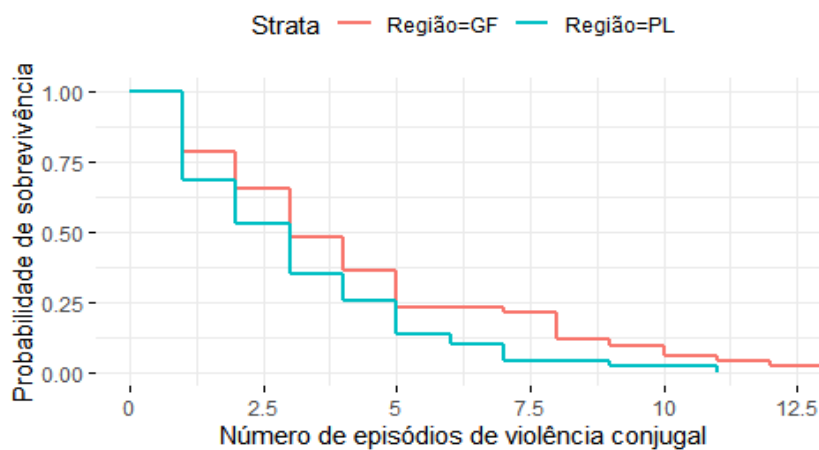
*Gráfico - Kaplan-Meier da curva de sobrevivência geral*



Considerando a diferença entre regiões, conforme a figura 6, é possível perceber um decaimento ligeiramente mais acelerado na região Planalto, enquanto a região Grande Florianópolis apresenta um afunilamento gradual da probabilidade de sobrevivência na parte posterior da curva. Apesar da leve diferença gráfica, a diferença geral entre as curvas é pequena para se considerar a existência de processos efetivamente diferentes entre as regiões. Por esse motivo, considera-se um único modelo de regressão, agregando os dados por região.

### Figura 7

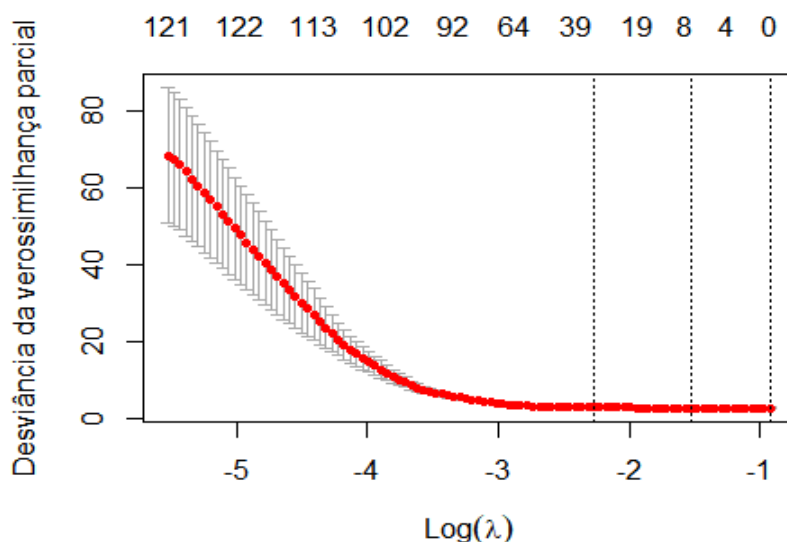
*Gráfico - Kaplan-Meier da curva de sobrevivência por região.*



Conforme analisado na seção referente ao Método, é necessário escolher um valor para o parâmetro de regularização do estimador Lasso. Esse parâmetro foi escolhido a partir de validação cruzada, dividindo os dados aleatoriamente em dez grupos. O resultado da avaliação por validação cruzada é apresentado na figura 8, com o intervalo de valores plausíveis para o parâmetro de regularização identificado pelas linhas verticais pontilhadas.

**Figura 8**

Gráfico - Qualidade do ajuste preditivo por *k*-fold em função do valor do parâmetro de regularização



Na tabela 19, observa-se fatores de risco e proteção selecionados pelo estimador Lasso utilizando o parâmetro de regularização escolhido acima já exponenciados para permitir sua interpretação como *razão de risco*. Como esses coeficientes foram selecionados pelo estimador, podem ser julgados significativos para o problema analisado, independentemente de sua magnitude.

**Tabela 19**

*Razão de risco das variáveis selecionadas por Lasso*

Item	Coefficiente
Tempo de relacionamento: 0 a 1 ano	1.084
Tempo de relacionamento: 6 a 10 anos	0.555
Renda do agressor: Acima de 20 S.M.	0.770
Trabalho do agressor: Comerciante, empresário	0.997
Coabitação: com cônjuge e filhos que não são dele e não é tutor	1.005
Coabitação: com cônjuge, filhos que são dele ou é tutor	0.924

Destacam-se cinco variáveis, nas duas regiões, como fatores que podem aumentar ou diminuir a probabilidade de um relacionamento com presença de violência conjugal ter como desfecho o homicídio conjugal: *renda do agressor, trabalho do agressor, coabitação e tempo de relacionamento*.

A variável *renda do agressor* se mostrou um fator protetivo para a ocorrência de um novo caso de homicídio conjugal, pois existe uma diminuição no risco quando a renda do autor do homicídio está nas faixas mais altas, acima de 20 salários mínimos. Para o *trabalho do agressor*, os perpetradores *comerciantes ou empresários* apresentaram diminuição de 0,3% no risco de homicídio. A literatura especializada em homicídios conjugais analisada nesta tese não apontou relações significativas entre *tipo de trabalho e renda* dos agressores e a ocorrência de homicídio conjugal. Geralmente, as pesquisas trazem dados sobre ter ou não uma ocupação no momento do homicídio (Kivisto, 2015).

No entanto, esta etapa da análise estatística corrobora o que foi verificado na análise descritiva referente aos dados sociodemográficos, uma vez que a maioria dos autores de homicídio conjugal tinham níveis baixos de renda: apenas um perpetrador tinha renda acima de 20 salários mínimos, bem como apenas um autor era comerciante ou empresário. Quando se compara o perfil dos autores de homicídio conjugal das duas regiões e as características observadas em pesquisas internacionais ou, mais especificamente, a realidade da população regional, percebe-se que existem elementos que apontam para uma vulnerabilidade socioeconômica da maioria dos autores de homicídio conjugal nas duas regiões e que esse aspecto socioeconômico não é explicado pelos dados regionais.

A configuração da *coabitação* também foi fator relevante para o aumento ou diminuição do risco de homicídio. Quando o autor habita com o cônjuge e com filhos que não são do autor, o risco aumenta; por outro lado, quando a habitação é com seus próprios filhos ou filhos do cônjuge tutelados pelo autor, o risco diminui. Esse resultado referente à relação do autor do homicídio conjugal com filhos e enteados se aproxima dos resultados encontrados por duas pesquisas nos Estados Unidos. Thomas, (2011) e Campbell, et.al. (2003) verificaram que possuir filhos de outro relacionamento aumenta o risco de ocorrência de um homicídio conjugal.

O *tempo de relacionamento* mostrou-se relevante para verificar aumento ou diminuição do risco de homicídio em um dado número de episódios de violência. Relacionamentos mais breves, entre zero e um ano, apresentam um pequeno aumento no risco de homicídio, enquanto relacionamentos mais longos, especialmente entre seis e dez anos, apresentam diminuição no risco. Esses dados se assemelham ao que foi encontrado por Mize, Shackelford e Shackelford, (2009) nos Estados Unidos – relações

mais duradouras, como os casamentos oficializados, apresentam menos probabilidade de ocorrência de casos de homicídio conjugal perpetrados por homens.

Os resultados dessa última etapa de análise de dados devem ser compreendidos a partir do que já foi discutido nas seções anteriores. Assim, estes apontam pelo menos para três dimensões que podem ser observadas pelos profissionais que atuam na prevenção de casos de homicídios na esfera da conjugalidade: vulnerabilidade socioeconômica, parentalidade e vínculo conjugal. Sozinhos, esses resultados não explicam a ocorrência de um novo caso de homicídio conjugal, mas podem ser utilizados como informações importantes para uma ação preventiva.

### **5.7 Proposta de futuros protocolos de prevenção para os casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense**

O caráter exploratório dessa pesquisa possibilita a utilização dos dados descritivos, nas duas regiões, como informações pertinentes na prevenção dos casos de homicídio conjugal. Sendo assim, nesta seção, propõem-se a construção de quatro documentos que podem ser utilizados por profissionais que atuam nos serviços de saúde, assistência social e justiça.

O primeiro deles é um documento com o perfil dos homicídios conjugais na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense. O segundo documento traz as variáveis que apresentaram diferenças significativas entre o perfil do autor do homicídio conjugal e o perfil da população nas duas regiões. E por fim, duas fichas com as variáveis significativas que podem ser consideradas como fatores de risco e proteção para os casos de homicídio conjugal nas duas regiões.

#### **Quadro 7**

##### *Documento 1*

*Perfil dos homicídios conjugais nas duas regiões a partir dos dados descritivos.*

	Região da Grande Florianópolis	Região do Planalto Catarinense
<i>Sociodemográficas</i>		
Sexo	Homens	Homens e Mulheres
Faixa etária	30 a 39 anos	30 a 39 anos
Religião	Católicos	Católicos
Naturalidade	Outros estados brasileiros	Santa Catarina
Cor	Branco	Branco

Escolaridade Trabalho Renda Coabitação	Ensino fundamental incompleto Trabalhadores não qualificados Baixa Renda Cônjuge e filhos ou sozinhos	Ensino fundamental incompleto Trabalhadores não qualificados Baixa Renda Cônjuge e filhos
<i>Variáveis Factuais</i> Acusação Local do crime Turno do dia Dia da semana Indícios de intoxicação Meio utilizado Após o ato Ligação entre o casal Tempo de relação Tempo de separação	Homicídio duplamente qualificado Via pública Tarde e noite Sexta-feira Sim Faca Não planejou nem tentou se suicidar Separação  Menos de cinco anos Menos de cinco meses	Homicídio duplamente qualificado Domicílio do casal Noite Sexta-feira e domingo Sim Faca Não planejou nem tentou se suicidar União estável  Menos de cinco anos Menos de cinco meses
<i>Situacionais e psicológicas</i>	Criminalidade Violência conjugal Episódios de separação Maus-tratos aos filhos Consumo abusivo de álcool Consumo abusivo de substâncias	Criminalidade Violência conjugal - - Consumo abusivo de álcool  -
<i>Indícios precursores</i>	Ameaça de morte ao cônjuge Violência física Violência psicológica Violência moral Aquisição de arma de fogo	Ameaça de morte ao cônjuge Violência física Violência psicológica - Aquisição de arma de fogo
Motivação	Separação Medida de represália	Medida de represália Ciúmes Autodefesa

**Quadro 8***Documento 2**Diferença no Perfil dos autores de homicídio conjugal em relação ao perfil populacional de cada região*


	Amostra GF	Amostra PL
<i>Variáveis Sociodemográficas</i>	<p>Mais homens</p> <p>Mais autores na faixa etária de 30-39 anos</p> <p>Menos Brancos e Pardos</p> <p>Mais autores com Ensino Fundamental Incompleto</p> <p>Mais desempregados</p> <p>Mais empregos na construção civil</p> <p>Maior concentração de renda na faixa entre 2 a 5 salários mínimos</p> <p>-</p>	<p>Mais homens</p> <p>Mais autores na faixa de 20-29 anos</p> <p>Não houve diferença</p> <p>Mais autores com Ensino Fundamental Incompleto</p> <p>Mais desempregados</p> <p>Mais empregos na agricultura, pecuária e produção florestal e na Construção civil</p> <p>Maior concentração de renda na faixa entre 2 a 5 salários mínimos</p> <p>Maior percentual na faixa de até um salário mínimo</p>
<i>Ligação entre o casal</i>	<p>Menos casamentos oficializados</p> <p>Mais separações e uniões estáveis</p>	<p>Menos casamentos oficializados</p> <p>Mais uniões estáveis</p>



## Quadro 9

### Documento 3


Ficha informativa com os fatores de risco para os casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis

Fatores de risco				
<i>Sociodemográfico</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Homens</li> <li>○ 30 a 39 anos</li> <li>○ Ensino fundamental incompleto</li> <li>○ Trabalhadores não qualificados</li> <li>○ Baixa Renda</li> <li>○ Morar com cônjuge e filhos que não são dele</li> </ul>			
<i>Situacionais e Psicológicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Histórico de Criminalidade</li> <li>○ Consumo abusivo de álcool</li> <li>○ Consumo abusivo de substâncias</li> <li>○ Praticar ameaça de morte ao cônjuge</li> <li>○ Praticar violência física</li> <li>○ Praticar violência psicológica</li> <li>○ Praticar violência moral</li> <li>○ Adquirir arma de fogo</li> </ul>			
<i>Relação conjugal</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Relações com menos de um ano</li> <li>○ Episódios de separação</li> <li>○ Separação</li> <li>○ Separação menos de cinco meses</li> <li>○ Presença de violência conjugal</li> </ul>			
<i>Relacionadas aos filhos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Maus-tratos aos filhos</li> </ul>			
 <p>Poucos fatores, alguns fatores, muitos fatores</p>				

## Quadro 10

### Documento 4

Ficha informativa com os fatores de risco para os casos de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense

Fatores de risco				
<i>Sociodemográfico</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Homens</li> <li>○ Mulheres vítimas de violência conjugal</li> <li>○ 30 a 39 anos</li> <li>○ Ensino fundamental incompleto</li> <li>○ Trabalhadores não qualificados</li> <li>○ Baixa Renda</li> <li>○ Morar com cônjuge e filhos que não são dele</li> </ul>			
<i>Situacionais e Psicológicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Histórico de Criminalidade</li> <li>○ Consumo abusivo de álcool</li> <li>○ Praticar ameaça de morte ao cônjuge</li> <li>○ Praticar violência física</li> <li>○ Praticar violência psicológica</li> <li>○ Adquirir arma de fogo</li> </ul>			
<i>Relação conjugal</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Relações com menos de cinco anos</li> <li>○ Episódios de ciúmes pelo autor de violência</li> <li>○ Presença de violência conjugal</li> </ul>			
 <p>Poucos fatores, alguns fatores, muitos fatores</p>				

É importante ressaltar que esses documentos são fichas informativas que podem ser utilizadas por profissionais que atendem pessoas em situação de violência conjugal nos campos da justiça ou da rede de atenção à saúde e da assistência social. Após adaptações e validações poderiam se tornar instrumentos para avaliação de risco e prevenção a novos casos de homicídio conjugal nas duas regiões analisadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento dos casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e do Planalto Catarinense, entre os anos 2005 e 2017, verificou que, proporcionalmente à população, o número de ocorrências foi maior na região do Planalto Catarinense. Com quase o dobro de registros, esse resultado se aproximou dos dados verificados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-SC) sobre os homicídios passionais, que também foram prevalentes na região do Planalto Catarinense. Concordeu, ainda, com a única pesquisa identificada na revisão de literatura sobre a relação entre os homicídios e o espaço geográfico, que verificou a maior ocorrência de casos de homicídios conjugais em áreas rurais.

As principais semelhanças no perfil dos autores de homicídio conjugal foram verificadas nas variáveis sociodemográficas: sexo dos agressores, nacionalidade, média de idade, cor, religião, grau de escolaridade, trabalho, coabitação; nas variáveis factuais: tipo de homicídio, acusação, sentença, turno do dia, dia da semana, meio utilizado, tempo de relacionamento. No que tange à história de vida dos autores de homicídio conjugal, encontrou-se semelhanças nos percentuais de criminalidade, episódios de violência conjugal, consumo abusivo de álcool, condições médicas gerais e consultas com profissionais da saúde. Com relação aos comportamentos no ano anterior ao homicídio, as semelhanças foram registradas nas variáveis que seguem: ameaças de morte ao cônjuge, violência física, sexual, sintomas depressivos e psicóticos.

Têm-se então o perfil dos casos de homicídios conjugais nas duas regiões: homens, brasileiros, na faixa etária de 30 anos, brancos, católicos, com ensino fundamental incompleto e trabalhadores não qualificados. Quanto à acusação, predominou o homicídio duplamente qualificado. A maioria das sentenças apresentaram penas entre 11 e 20 anos. Os homicídios aconteceram predominantemente nos fins de semana, durante a noite e a madrugada e o meio mais utilizado foi a faca. Na maioria dos casos, tinham menos de cinco anos de vínculo conjugal. Em casos de separação, os homicídios foram cometidos com maior frequência nos primeiros cinco meses após rompimento do casal. Um terço dos perpetradores tinham histórico de criminalidade e consumo abusivo de álcool. Mais de 85% dos relacionamentos apresentaram episódios de violência conjugal. A maioria apresentou problemas de saúde relacionados a

dependência química. Houve poucos registros de consultas com profissionais da saúde. Mais da metade dos autores de homicídio conjugal, nas duas regiões, ameaçou de morte o cônjuge e praticou violência física. Menos de 10% praticou violência sexual e apresentou sintomas depressivos e psicóticos.

As diferenças entre os casos de homicídio conjugal nas duas regiões foram marcadas pelas variáveis sociodemográficas: renda, naturalidade e coabitação; nas variáveis factuais: local do homicídio, vínculo entre o casal no momento do homicídio, e em algumas faixas do tempo de relacionamento; nas variáveis situacionais e psicológicas, episódios de separação ao longo da vida, maus-tratos aos filhos e/ou enteados, consumo abusivo de substâncias psicoativas, e diagnóstico de transtornos mentais; nos indícios precursores: violência psicológica, moral, patrimonial e aquisição de arma de fogo.

Sendo assim, os autores de homicídio conjugal da região da Grande Florianópolis apresentaram renda superior aos perpetradores do Planalto Catarinense, um número significativo deles não eram naturais de Santa Catarina, e a maioria morava sozinho. Em geral, as vítimas foram mortas em locais públicos e estavam separadas no momento do crime. Um número importante deles tinha relacionamentos com as vítimas com duração entre 11 e 15 anos. Quase metade dos perpetradores apresentou algum indício de intoxicação e pelo menos um episódio de separação ao longo da relação. Na Grande Florianópolis também foram encontrados mais casos de maus-tratos aos filhos, uso abusivo de substâncias psicoativas, diagnósticos de transtornos mentais, violência psicológica, moral e patrimonial.

No Planalto Catarinense, os homicídios aconteceram de forma prevalente no domicílio do casal, os perpetradores tinham renda inferior, mais de 80% eram catarinenses e a maioria deles morava com o cônjuge e os filhos. O vínculo entre o casal era a união estável, e maior prevalência de casais nas faixas dos 2 a 5 anos e 16 a 30 anos de relação. Menos autores apresentaram indícios de intoxicação no momento do crime, ainda que o número seja relevante, 33%. Apresentaram menos episódios de separações ao longo da relação, nenhum registro de maus-tratos aos filhos e/ou enteados, e poucos registros de consumo abusivo de substâncias psicoativas. Praticaram menos violência moral, psicológica e patrimonial, e mais aquisição de arma de fogo.

Os resultados demonstraram que o perfil sociodemográfico dos autores de homicídio conjugal, nas duas regiões, é distinto das respectivas populações regionais. Apresentam um perfil de vulnerabilidade socioeconômica, com baixos níveis de renda,

escolaridade, qualificação profissional e altas taxas de desemprego. No Planalto Catarinense, números ainda menores de escolaridade e renda. Diferentes das suas regiões, os relacionamentos conjugais dos perpetradores apresentaram menos casamentos oficializados.

Existem algumas informações que apontam para diferenças regionais próprias de espaços urbanos ou rurais e que permitem a compreensão do maior número de casos na região do Planalto Catarinense. O tempo e espaço do crime, a diferença de idade entre o casal, a coabitação, o número de separações, o vínculo entre o casal no momento do crime e a motivação. No Planalto Catarinense, a maior taxa de assassinatos ocorreu no âmbito doméstico, durante a noite e aos fins de semana. A maioria dos homicídios conjugais da região da Grande Florianópolis ocorreram em local público e um número considerável desses ocorreu durante o dia.

No Planalto Catarinense, os casais moravam juntos com os filhos; na Grande Florianópolis, a maioria dos autores morava sozinha. A média de diferença de idade entre os casais, em que os homens eram mais velhos que as mulheres, foi de 8,6 anos no Planalto Catarinense, acima do verificado na região da Grande Florianópolis, 4,2 anos, e no Brasil, 3 anos. As mulheres autoras de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense eram mais jovens que seus companheiros, como na Grande Florianópolis, mas a média de diferença de idade foi maior no Planalto, 7,2 versus 4,2 anos. Esses resultados demonstram que, no meio rural, existe uma tendência a resolver os conflitos dentro da esfera doméstica e, conseqüentemente, menos visibilidade para o problema da violência conjugal. A maior diferença de idade evidencia uma realidade de espaços rurais em que o casamento se configura como alternativa para as mulheres deixarem a família de origem, muitas vezes aceitando uniões arranjadas e parceiros mais velhos.

Mesmo havendo violência física em mais da metade dos casos, no Planalto Catarinense os números de separações ao longo da relação ou no momento do homicídio mostraram que o rompimento do relacionamento não foi uma opção para as mulheres, sejam elas autoras ou vítimas de homicídio conjugal. Espaços rurais, como o Planalto Catarinense, sofreram menos migrações nos últimos cinquenta anos, menos trocas culturais e se mantiveram mais tradicionais nos costumes e moralidade. As separações nesses contextos podem não ser uma possibilidade para os relacionamentos e os conflitos são resolvidos no âmbito doméstico com poucos espaços para questionamentos das relações de gênero.

O número expressivo de mulheres autoras de homicídio conjugal na região do Planalto Catarinense, com taxas acima das verificadas nas amostras internacionais, também se mostrou um dado importante e pode ser compreendido pela insegurança na aplicabilidade da lei. Na maioria dos casos, as mulheres mataram para se defender, algumas delas haviam registrado mais de um boletim de ocorrência por violência conjugal. Talvez por não sentirem a presença de instituições de segurança e não acreditarem na aplicação da lei, decidiram elas mesmas acabarem com anos de violência conjugal. No Planalto Catarinense, em 20% das decisões do Tribunal do Júri, os homens autores de homicídio conjugal tiveram penas de menos de 10 anos de reclusão. Foi a região que apresentou o único caso em que o Conselho de Sentença acolheu a tese defensiva de *legítima defesa da honra* e o acusado teve uma pena menor que cinco anos.

Por outro lado, os padrões culturais dos centros urbanos, como a Grande Florianópolis, permitem à mulher questionar e até buscar pela separação. A principal motivação dos casos de homicídio conjugal perpetrados por homens, na região da Grande Florianópolis, foi a separação. No entanto, essa decisão não garantiu à mulher o fim da violência, e se mostrou um fator de risco, como os resultados apontaram. Informações sobre a variável *separação* identificaram a principal diferença entre os casos de homicídio conjugal nas duas regiões. Seja em relação ao número de separações ao longo da relação, ao número de separação no momento do homicídio, ou à motivação principal, em todas essas variáveis os percentuais foram maiores na região da Grande Florianópolis.

A predominância da faca como meio utilizado nas duas regiões foi de encontro às hipóteses de pesquisa. Como indícios precursores, o Planalto apresentou mais registros de acesso a arma de fogo no ano anterior ao homicídio, mas esse não foi o meio mais utilizado. Pensava-se que, por ser um meio predominantemente rural, o Planalto Catarinense apresentaria mais casos de homicídio envolvendo o uso de armas de fogo, por questões culturais e de segurança a arma de fogo é mais utilizada nos meios rurais. Ainda assim, reitera-se a arma de fogo como um fator de risco, nas duas regiões, por sua maior letalidade. Observou-se, na coleta de dados, que muitas tentativas de homicídio conjugal que se concretizaram tinham como meio utilizado a arma de fogo, e um grande número de tentativas que não se efetivaram foram ocasionadas por uso de facas.

As variáveis situacionais e psicológicas identificaram, nas duas regiões, algumas diferenças em relação às pesquisas internacionais, por exemplo, no que tange à ideia de que o homicídio conjugal é o crime do homem comum, sem histórico de criminalidade. Nas duas regiões, mais de um terço dos homens autores de homicídio conjugal apresentaram histórico de violência extrafamiliar, entre essas o cometimento de outros homicídios, roubos, agressões e tráfico de drogas. As atuações violentas na conjugalidade, representadas pelos percentuais de 92% dos casos na região da Grande Florianópolis e 88% no Planalto Catarinense, chamam atenção para essa particularidade e a necessidade de mais pesquisas em nível estadual e nacional, a fim de comprovar se a violência conjugal e extrafamiliar é maior nos casos de homicídio conjugal no Brasil.

A passagem ao ato foi marcada por semelhanças nas duas regiões. Com relação à meta da pulsão agressiva, os autores de homicídio conjugal buscaram mais a destruição de objetos externos que a si próprios. As separações, as fantasias de traição e infidelidade, a perda da posse e controle de suas companheiras, foram vivenciadas como uma ferida narcísica para esses sujeitos. Psiquicamente foram invadidos pelo conflito “se ela/e não for meu/minha não será de mais ninguém”. Em muitos casos, como foi possível observar nos resultados, a morte da/o companheira/o trouxe um alívio para o sofrimento, por isso não se observou arrependimento. Incapazes de reconhecer a alteridade, esses sujeitos preferiram à falta do objeto de amor, do que a sua perda para outra pessoa real ou imaginária.

Nesses casos, pelo histórico de violência conjugal, pela intensidade, frequência e prazer nas atuações, verificaram-se características antissociais e perversas. Esta tese não fez entrevistas nem aplicou testes com os autores de homicídio conjugal, ferramentas necessárias para o diagnóstico de transtornos mentais. Para além de um transtorno psicopatológico, a identificação dessas características permite uma aproximação com o contexto sociocultural brasileiro. Verificou-se que, para a maioria dos homens autores de homicídio conjugal, nas duas regiões, o desencadeador do homicídio foi a *perda da posse do objeto*, que pode ser compreendida, de forma ampliada, pela dominação do masculino numa sociedade culturalmente machista. Nesses casos de homicídio conjugal, existe uma aproximação com o conceito de *feminicídio*, em que a morte da mulher foi motivada por questões de gênero.

No entanto, como se observou, nem todos os casos foram cometidos por essa motivação, e a pulsão agressiva acabou sendo investida no próprio sujeito. Nesses casos, ainda que o narcisismo tenha sido atacado, o desamparo ocasionado pelo

abandono foi mais forte. A dinâmica psíquica foi envolta pelo conflito “se ele não pode ser meu nessa realidade, em outro lugar, isso pode acontecer”. Como exemplos, têm-se os casos em que a separação foi vivenciada como abandono, ocasionando ameaças de suicídio e sintomas depressivos, assim como alguns casos, que tinham como motivação o ciúme e a medida de represália.

As mulheres autoras de homicídio conjugal foram motivadas na sua maioria por autodefesa em ambas as regiões. Identificou-se nesses casos o conceito de *violência fundamental*, pois a violência não foi direcionada à destruição de um objeto. Não houve prazer no ato em si, somente desejo de autopreservação, diferente de outros casos em que as perpetradoras mulheres tinham desejo de vingança pelas violências sofridas.

As influências do contexto sociocultural puderam ser identificadas na expressão da violência, que diferiu nas duas regiões. Na Grande Florianópolis, houve mais ocorrências referentes a violência moral e psicológica, e a *separação* foi a maior motivação. No Planalto Catarinense, a violência física foi a maior expressão entre os tipos de violência, e o ciúme e o desejo de vingança foram os maiores desencadeadores. Os resultados sugerem que o ciúme pode ser um sentimento possível e reconhecido naquele contexto. Por outro lado, as simbolizações das violências psicológica e moral podem ser menos atuadas nos contextos rurais, ou menos reconhecidas. Não se pode perder de vista que as fontes consultadas são os processos criminais e os discursos das testemunhas sobre o fenômeno em questão.

As *análises de sobrevivência* não apresentaram diferenças entre os fatores de risco e proteção para as duas regiões. Têm-se, assim, semelhanças nos principais preditores entre as duas regiões. Em casos em que há violência conjugal, os níveis baixos de renda aumentam o risco de um caso de homicídio conjugal. A coabitação se mostrou outro preditor. Quando o autor mora com o cônjuge e com filhos que não são dele, o risco de ocorrer um caso de homicídio conjugal aumenta; por outro lado, quando a habitação é com seus próprios filhos ou filhos do cônjuge tutelados pelo autor, o risco diminui. Por fim, os relacionamentos mais longos diminuem o risco de homicídio conjugal nas duas regiões. Dessa forma, esses resultados reforçam o que foi observado nas análises descritivas e correlacionais. A vulnerabilidade socioeconômica, determinado perfil de parentalidade e de vínculo conjugal devem ser analisados por profissionais que trabalham na rede de prevenção.

Existem limites e apontamentos sobre a metodologia utilizada neste estudo. A pesquisa no banco de dados do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) apresentou



algumas dificuldades. Não havia classificação quanto aos tipos de homicídios, optou-se pela pesquisa dos processos que foram ao Tribunal do Júri, uma vez que necessariamente envolviam crime contra a vida. No entanto, os casos de homicídio seguidos de suicídio (HS) não puderam ser investigados, somente os homicídios seguidos por tentativas de suicídio. Os casos de HS são encerrados antes de irem a Júri popular, porque, o autor do homicídio também está morto, não há acusação.

Os processos criminais apresentam seus limites. Somente a partir de 2014 os documentos passaram a ser disponibilizados online, todos os processos anteriores demandaram digitalização. Os processos recentes não disponibilizam todos os depoimentos transcritos. A transcrição do áudio tomaria um tempo que esta pesquisa não alcançaria. Foram dois anos e meio entre a permissão, a seleção e a leitura de todos os processos. Nos processos há poucas informações sobre a história da saúde física e mental dos acusados e faltam dados sobre as variáveis sociodemográficas do autor e da vítima. Percebeu-se que essa carência de dados está ligada à ausência de outras áreas do conhecimento na construção de um processo criminal. Reitera-se a interface entre a justiça, a saúde e a assistência social, nas várias etapas de investigação de um homicídio conjugal, seja no inquérito policial, na confecção de psicodiagnósticos, na elaboração de laudos médicos, na busca de informações sobre o histórico familiar e social dos acusados e vítimas.

Enfatiza-se a necessidade de implementação de um sistema estadual e nacional para o registro dos casos de homicídio; até o presente não há comunicação entre os Tribunais de Justiça estaduais.<sup>34</sup> No curso desta pesquisa, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina utilizava o sistema SAJ (sistema de automação do judiciário)<sup>35</sup>, o qual não possuía interligação das classes processuais com as tabelas do Conselho Nacional de Justiça, tampouco a classificação dos tipos de homicídio. Sugere-se, então ao CNJ uma nova tipologia de classificação, para que se inclua o subtipo “homicídio conjugal

---

<sup>34</sup> O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução-CNJ n. 12, de 14 de fevereiro de 2006, criou um sistema de uniformização das tabelas básicas de classificação processual, movimentação e fases processuais, assuntos e partes, de forma que cada novo processo passe a receber uma nomenclatura padrão para o procedimento utilizado, a ser respeitada e observada em todos os tribunais do país, melhorando com isso a prestação jurisdicional, e, também, facilitando a pesquisa e a coleta de dados.

<sup>35</sup> A partir do ano de 2018, foi instituído o sistema informatizado “e-proc” pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, possibilitando a interligação com outros sistemas estaduais.

feminino e masculino”, a fim de se garantir agilidade no acesso aos dados sobre estes tipos de homicídio, uma vez que, atualmente, só existe a classe de “Feminicídio”.

No tocante a novas pesquisas, percebeu-se, ao longo da análise de dados, que o Instrumento de Registro Multidimensional do Homicídio Conjugal (IRMHC) pode ser reestruturado a fim de rever algumas variáveis, entre elas a violência moral. A diferença marcante entre as amostras, no que tange à *violência moral*, chamou atenção para o instrumento, particularmente no que pode ou não ser considerado violência moral, pois percebeu-se que a injúria, por exemplo, também pode ser compreendida como violência psicológica.

A pesquisa em jornais não foi utilizada nesta tese, por isso, alguns casos de homicídio conjugal podem não ter sido mapeados. Novas pesquisas devem ser realizadas garantindo, assim, o mapeamento mais completo dos casos nas duas regiões, inclusive os casos de HS, facilitando, outros estudos comparativos.

As diferenças entre as taxas de violências psicológica e moral, entre as duas regiões, com predomínio para Grande Florianópolis, carecem de mais investigações a fim de identificar as formas de expressão da violência de acordo com os contextos socioculturais. Existe a necessidade de uma investigação mais aprofundada quanto ao número significativo de uso abusivo de substâncias psicoativas na região da Grande Florianópolis em relação ao Planalto Catarinense. Esta tese não descobriu dados sobre o consumo abusivo de substâncias por região de Santa Catarina, o que poderia explicar se é uma particularidade ou resultado de características regionais. Os percentuais referentes a *violência conjugal* nas duas regiões foram acima das taxas verificadas nas amostras internacionais. Por isso, deveriam ser comparados com outras regiões do estado e do país a fim de verificar se nos casos de homicídio conjugal cometidos no Brasil há uma prevalência de episódios de violência entre os parceiros íntimos.

Pesquisas qualitativas poderiam ser realizadas, como entrevistas com os autores de homicídio conjugal nas duas regiões, buscando mais informações sobre as variáveis psicológicas e motivacionais; entrevistas com familiares e os filhos do casal, identificando as consequências psicossociais desse tipo de crime, complementando informações sobre os indícios precursores. Novas pesquisas comparativas entre todas as regiões de Santa Catarina, finalizando o mapeamento de casos de homicídio conjugal no estado.

Nessa direção, sinaliza-se para a importância de validação dos quatro produtos construídos a partir dos resultados desta tese. Os perfis dos autores de homicídio

conjugal nas duas regiões e as fichas informativas podem se transformar em protocolos de prevenção a novos casos de homicídio conjugal nas duas regiões, como também em cartilhas informativas para serem distribuídas nas redes de proteção às mulheres vítimas de violência conjugal.

Por fim, alguns dados apontaram para questões relacionadas ao acesso dessa população aos serviços de segurança pública, assistência social e de saúde. Importante frisar que não se trata necessariamente da escassez desses serviços, mas do uso que se faz deles. Atualmente as Delegacias de Proteção à Mulher (DPCAMI) estão presentes em todas as regiões de Santa Catarina. Existe uma capilaridade maior dos serviços e a Rede Catarina, por exemplo, demonstra sua importância para a prevenção de novos casos de homicídio conjugal feminino. Entretanto, esta tese identificou que mais da metade dos casos em que houve indícios de violência conjugal, esses não foram oficializados. As vítimas acabaram sendo mortas pelos seus agressores, ou, como nos seis casos do Planalto Catarinense, acabaram matando seus companheiros.

Houve poucos registros de consultas com profissionais da saúde ao longo da vida, pelos autores de homicídio conjugal, principalmente pelas mulheres autoras. A baixa procura a atendimentos na saúde pelos homens é um dado recorrente na literatura, mas pelas mulheres não. Conquanto esse dado aponte uma carência, também indica uma possibilidade. Sabe-se que a prevenção de um caso de homicídio conjugal não passa somente pela coerção e punição aos perpetradores, ainda que isso seja necessário e defendido. Muitas dessas passagens ao ato poderiam ter sido evitadas se os autores de homicídio, cujo ato se mostra relacionado com seu sofrimento psíquico, pudessem elaborar suas perdas, frustrações e idealizações. Isso poderia ser feito pelos profissionais de saúde da localidade e pela criação de grupos para autores de violência conjugal. As redes de apoio complementares, como igrejas, também tendem a se mostrar efetivas na prevenção.

Ressalta-se que a violência conjugal é um fenômeno presente em todos os estratos da população brasileira sem distinção de classe social. No entanto, o homicídio conjugal, que é um fenômeno distinto, apresentou um marcador socioeconômico na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense: indivíduos com baixa renda, poucos anos de escolaridade, baixa qualificação profissional ou desempregados. Essa realidade e a falta de acesso a redes de apoio são fatores de risco para novos casos de homicídio conjugal nas duas regiões analisadas.

Esta tese corroborou as informações de outra pesquisa no meio rural, que percebeu que quanto menor a população e quanto maior a distância de uma grande área urbana, maiores as chances de ocorrências de homicídios conjugais. Uma das explicações foi o isolamento em que viviam as pessoas dessas comunidades, influenciadas pela geografia, pela falta do Estado, seja nas ofertas de serviços públicos de saúde, seja de assistência social e de justiça. A falta de espaços objetivos e subjetivos para o reconhecimento e elaboração do sofrimento psíquico ajudam a explicar a ocorrência de casos de homicídio conjugal nas duas regiões. A maior ocorrência de casos no Planalto Catarinense demonstra que nos espaços com características rurais as redes de apoio e a presença do estado são ainda menos eficazes ou não autorizadas quando se trata de conflitos na esfera conjugal.

Finalmente, a criação de políticas públicas que ampliem o acesso dessa população aos serviços de saúde e assistência social, aliados a novos protocolos de atendimento e compreensão da dinâmica psicossocial envolvida nos casos de violência na esfera da conjugalidade, podem auxiliar na prevenção a novos casos de homicídio conjugal na região da Grande Florianópolis e no Planalto Catarinense.

## REFERÊNCIAS

- Abrahams, N., Mathews, S., Martin, L., Lombard, C., & Jewkes, R. (2013). Intimate Partner Femicide in South Africa in 1999 and 2009. *PLOS Medicine*, 10(4). <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001412>
- Adames, B. *'Até que a morte nos separe?': dimensões psicossociais dos homicídios conjugais cometidos por mulheres em Santa Catarina.* (2020). (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- Adams, D. (2009). Predisposing Childhood Factors for Men Who Kill Their Intimate partners. *Victims & offenders*, 4 (3).
- Adinkrah, M. (2014). Intimate Partner Femicide–Suicides in Ghana: Victims, Offenders, and Incident Characteristics. *Violence Against Women*, 20(9), 1078–1096. doi:10.1177/1077801214549637
- Albright, D., Banks, L., Broidy, L. Crandall, C. & Campos, G. (2013). Ethical Conundrums in fatality Review Planning, data collection, and reporting. *Homicides Studies*, 17 (4).
- Allen, T., & Fox, A. (2013). Multivariate Dimensions of age, gender, and weapon use in spousal homicides. *Victims & Offenders*, 8 (3).
- Amorim, G. R.; Passador, L. H. ; Fraporti, S. (2014). A questão étnico-racial no âmbito do GDE/UFSC no oeste de Santa Catarina - Polo de Pamitos. In: Olga Regina Zigelli Garcia, Miriam Pillar Grossi, Mareli Eliane Graupe. (Org.). *Desafios da formação em gênero, sexualidade e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina.* 1ed.Tubarão: Copiart, v. 1, p. 143-162.
- Arreguy, M.E. (2011). *Os crimes no triângulo amoroso: violenta emoção e paixão na interface de psicanálise e direito penal.* Curitiba: Juruá.
- Assis, G. O.; Canella, Francisco ; Brightwell, Maria das Graças S. L. ; Magalhães, Luis F. (2018). Migrações Internas e Internacionais Recentes. In: Rocha, I. O. (Org.). *Atlas Geográfico de Santa Catarina - População.* 1ed.Florianópolis: UDESC, v. 3, p. 124-141.
- Assis, G. O. & Canella, F. (2016, outubro). Floripa de todos os povos. *Notícias do Dia.* <https://ndmais.com.br/noticias/floripa-de-todos-os-povos/>
- Baeninger, R. ; Maria, P. F. (2018). Características gerais da população (1950-2050). In: ROCHA, I. O. (Org.). *Atlas Geográfico de Santa Catarina- População* 1ed.Florianópolis: UDESC, v. 3, p. 142-161.
- Beiras, A., Moraes, M., de Alencar-Rodrigues, R., & M Cantera, L. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero-reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.

- Belfrage, H., & Rying, M. (2004). Characteristics of spousal homicide perpetrators: a study of all cases of spousal homicide in Sweden 1990–1999. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14(2), 121- 133.
- Bénézech, M. (1996). Classification des homicides volontaires et psychiatrie. *Annales Medico-Psychologiques*, 154(3), 161-173.
- Belknap, J., Larson, D., Abrams, M., Garcia, C., & Anderson-Block, K. (2012). Types of Intimate Partner Homicides Committed by Women Self-Defense, Proxy/Retaliation, and Sexual Proprietariness. *Homicide Studies*, 16(4).
- Bergeret, J. (1994). *La violence et la vie. La face cachée de l'Oedipe*. Paris: Bibliothèque Scientifique Payot.
- Bergeret, J. (1998). Actes de violence: réflexion générale. Dans F. Millaud (Éd.), *Le passage à l'acte. Aspects cliniques et psychodynamiques* (pp. 9-14). Paris:Masson.
- Beyer, K., Layde, P., Hamberger, L., & Laud, P. (2015). Does neighborhood environment differentiate intimate partner femicides from other femicides? *Violence Against Women*, 21(1), 49–64. Doi:10.1177/1077801214564075.
- Bins, H. D. de C., Doler, C., & Teitelbaum, P. O. (2009). Homicídio seguido de suicídio: relato de caso. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 31(2), 128-131.
- Bittencourt, H. V. de (2001). *Vidas Marcadas. Um estudo das relações de gênero na família em Lages*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Bock, C. (2013). Homicide Against or the Elderly in Chicago 1965-2000. *Homicide Studies*, 17 (2).
- Borelli, A. (2005). Da privação dos sentidos à legítima defesa da honra: considerações sobre o direito e a violência contra as mulheres. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, 54, 9-39.
- Bourget, D., Gagné, P., & Moamai, J. (2000). Spousal homicide and suicide in Quebec. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 28 (2), 179-182.
- Bourget, D., & Whitehurst L. (2010). Domestic homicide and homicide-suicide: the older offender. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 38(3).
- Bourget, D., & Gagné, P. (2012). Women who kill their mates. *Behavioral Sciences and the Law*, 30, 598-614.
- Cabral, Oswaldo R. (1970). *História de Santa Catarina*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Laudes, 458p.
- Caman, S., Kristiansson, M., Granath, S., & Sturup, J. (2017). Trends in rates and characteristics of intimate partner homicides between 1990 and 2013. *Journal of*

Criminal Justice, 14(21), 14-21. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.01.002>.

- Campbell, J. C., Sharps, P., & Glass, N. (2001). Risk assessment for intimate partner homicide. In: Dans G. F. Pinard & L. Pagani (Éds). *Clinical assessment of dangerousness: Empirical contributions* (pp. 136-157). New York: Cambridge University Press.
- Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A. & Sharps, P. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *American journal of public health, 93*(7), 1089-1097.
- Campbell, J.C., Glass, N., Sharps, P.W., Laughon, K. & Bloom, T. (2007). Intimate partner homicide, review and implications of research and policy. *Trauma, Violence & Abuse, 8*(3), 246-269.
- Campbell, J. C., Webster, D. W., & Glass, N. (2009). The Danger Assessment: validation of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(4), 653-674.
- Campos, C.H. (2015). Femicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. *Sistema penal e violência, Porto Alegre 7*(1).
- Cazella, A. A., & Burigo, F. L. (2008). O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. *Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun*.
- Cechova-Vayleux, E., Léveillé, S., Lhuillier, J. P., Garre, J. B., Senon, J. L., & Richard-Devantoy, S. (2013). Singularités cliniques et criminologiques de l'uxoricide: éléments de compréhension du meurtre conjugal. *L'Encéphale, 39*(6), 416-425.
- Creswell, John W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed.
- Cusson, M. & Boisvert, R. (1994). *L'homicide conjugal à Montréal, ses raisons, ses conditions et son déroulement*. *Criminologie, 27*(2), 164-183.
- Daly, M., & Wilson, M. (1988). Evolutionary social psychology and family homicide. *Science, 242* (28), 519-524.
- Dancey, C.P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Deacy, S., & McHardy, F. (2013). Uxoricide in pregnancy: ancient Greek domestic violence in Evolutionary perspective. *Evolutionary Psychology, 11*(5), 994-1010.

- De Jong, C., Pizarro, J. M., & McGarrell, E. F. (2011). Can situational and structural factors differentiate between intimate partner and “other” homicide? *Journal of Family Violence*, 26(5), 365-376.
- Dubé, M., & Hodgins, S. (1998). Grille d'analyse multidimensionnelle du filicide parental. In : Dubé, M. *Étude rétrospective des facteurs de risque et des indices comportementaux précurseurs de filicide chez une cohorte de parents québécois*. Tese (Doutorado em Psicologia), Université de Montréal, Montreal.
- Dutton, D. G., & Kerry, G. (1999) Modus operandi and personality disorder in incarcerated spousal killers. *International Journal of Law and Psychiatry*, 3-4(22), 287-299.
- Dutton, D. G. (2001). The neurobiology of abandonment homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 4(7), 401- 421.
- Dutton, D. G. (2011). *Rethinking Domestic Violence*. UBC Press, Vancouver.
- Edwards, K.M. (2015). Intimate Partner Violence and the Rural-Urban-Suburban Divide: Myth or Reality? A Critical Review of the Literature. *Trauma Violence Abuse*, 16(3):359-73. <http://doi.org/10.1177/1524838014557289>.
- Eke, A. W., Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E., & Houghton, R. E. (2011). Intimate partner homicide: Risk assessment and prospects for prediction. *Journal of Family Violence*, 26(3), 211-216.
- Fairbairn, J., & Dawson, M. (2013). Canadian News Coverage of Intimate Partner Homicide: Analyzing Changes Over time. *Feminist Criminology*, 8(3).
- Farooque, R. S., Stout, R. G., & Ernst, F. A. (2005). Heterosexual intimate partner homicide: Review of ten years of clinical experience. *Journal of Forensic Sciences*, 50(3), 1-4.
- Ferreira, Aurelio Buarque de Holanda. (1999). *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Freud, S. (1996). *Cinco lições de psicanálise*. In ESB. (Vol. 11). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (1996). *A História do Movimento Psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. In ESB. (Vol. 14) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Frigon, S. (Éd.). (1996). *L'homicide conjugal au Canada*. Criminologie, 29(2).
- Frigon, S. (2003). *L'homicide conjugal au féminin. D'hier à aujourd'hui*. Montréal: Les Éditions du remue-ménage.
- Gagné, M., Hamel, D., Robitaille, Y., & St. Laurent, D. (2010). Firearm regulation and declining rates of male suicide in Quebec. *Injury Prevention*, 16(4), 247-53.



- Gallup-Black, A. (2005). Twenty Years of Rural and Urban Trends in Family and Intimate Partner Homicide Does Place Matter? *Homicides Studies*, 9(2).
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Gomes, I.S. (2015). Femicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal. *Gênero e Direito*, 4(1), 188-218.
- Gondolf, E. W., & Shestakov, D. (1997). Spousal homicide in Russia versus the United States: Preliminary findings and implications. *Journal of Family Violence*, 12(1), 63-74.
- Hernandez Sampieri, R.; Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso. 624 p.
- IBGE. Instituto brasileiro de geografia estatística. (2010). *Censo demográfico*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>
- IBGE. Instituto brasileiro de geografia estatística. (2017). Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro.
- James, B., & Daly, M. (2012). Cohabitation is no longer associated with elevated spousal homicide rates in the United States. *Homicide Studies*, 16 (4).
- Jones, D. (2008). Human behaviour: killer instincts. *Nature*, 31 (451). doi: 10.1038/451512a.
- Jordan, C.E., Clark, J., Pritchard, AJ, & Charnigo, R. (2012). Lethal and Other Serious Assaults: Disentangling Gender and Context. *Crime & Delinquency*, 58(3), 425-455.
- Khan, R. (2009). Spousal homicide and foresight of harm. *The Journal of criminal law*, (74) (3).
- Kivisto, A.J. (2015). Male Perpetrators of Intimate Partner Homicide: A Review and Proposed Typology. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 43 (3), 300-312.
- Kivivuori, J., & Lehti, M. (2011). Social Correlates of intimate partner homicide in Finland. *Homicide Studies*, 16 (1).
- Korn, M. (2003). *Ces crimes dits d'amour*. Paris: L'Harmattan.
- Koziol-McLain J, Webster D, McFarlane J, et al: Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: results from a multisite case control study. *Violence Vict* 21:3–21, 2006

- Beyer, K. M. M., Layde, P. M., Hamberger, L. K., & Laud, P. W. (2014). Does Neighborhood Environment Differentiate Intimate Partner Femicides From Other Femicides? *Violence Against Women*. Doi:10.1177/1077801214564075
- Kristoffersen, S. Lilieng, P., Maehle, B., & Morild, I. (2014). Homicides in Western Norway, 1985-2009, time trends, age and gender differences. *Forensic Sci, Int.*, (23).
- Lagache, D. (1947). *La jalousie amoureuse: psychologie descriptive et psychanalyse: Les états de jalousie et le problème de la conscience morbide*. Paris: Presses universitaires de France.
- Langman, C. (2012). Canadian Firearms Legislation and Effects on Homicide 1974 to 2008. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(12).
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2008). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lauritsen, J., & Heimer, K. (2008). The Gender Gap in violent victimization, 1973-2004. *Journal of Quantitative Criminology*, 24(2), 125-147.
- Lefebvre, J. (2006). *Uxoricide et violence conjugal: comparaison de deux groupes d'hommes à partir de variables situationnelles et psychologiques*. (Tese de Doutorado) Universidade de Québec Trois Rivières.
- Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. (1940). *Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF. Recuperado em 05 de maio de 2017. Obtido em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)
- Liem, M., & Roberts, D. W. (2009). Intimate Partner [Homicide](#) by Presence or Absence of a Self-Destructive Act. *Homicide Studies*, 13(4), 339-354.
- Lohn, R. L. (2016). *Artífices do futuro: Cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular.
- Lunardi Neto, A. (2020). *Estudos socioambientais sobre o Planalto Catarinense*. 1. ed. – Florianópolis: Insular, 129p.
- Machado, Paulo Pinheiro. (2004). *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., & Watson, K. (2002). Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. *Behavioral sciences & the law*, 20(1-2), 51-68.

- Mamigonian, Beatriz Gallotti; Vidal, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 281 p. ISBN 9788532806284.
- Martínez, J. F. E. (2006). Al límite de la violencia de género el uxoricidio a finales de la época colonial novohispana. *Nuevo mundo, mundos nuevos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/2856>
- Martins-Borges, L. (2006). *L'homicide commis dans une relation d'intimité: comparaisons selon le sexe des agresseurs*. (Tese de Doutorado) Universidade de Québec.
- Martins-Borges, L. (2009). Homicídio conjugal: comparações quanto aos sexos dos agressores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 9 (3), 775-780.
- Martins-Borges, L. (2011). Crime passionnal ou homicídio conjugal? *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 17 (3), 433-444.
- Martins Borges, L., Mayorca, D.S., & Livramento, M. da S. (2012). Atendimento psicológico em situações de violência conjugal. In: Zurba, M. do C. (org). *Psicologia e saúde coletiva*. 1a ed. Florianópolis, SC: Tribo da Ilha.
- Martins-Borges, L., Boeira-Lodetti, M., & Girardi, J. F. (2014). Homicídios conjugais: o que dizem os processos criminais. *Psicologia Argumento*, 32 (2), 197-208.
- Martins-Borges, L., Boeira-Lodetti, M., Tridapalli, A. L., & Machado, G. S. (2016). Homicídio Conjugal na Grande São Paulo e na Grande Florianópolis: notícias publicadas em jornais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9 (2), 227 – 240.
- Menzies, R.P. (2006). Homicide in the Canadian Prairies: spousal jilllers and recidivism. *Med.SciLaw*, 46 (1). <http://doi.org/10.1258/rsmmsl.46.1.13>
- Millaud, F. (Éd.). (1998). *Le passage à l'acte. Aspects cliniques et psychodynamiques*. Paris: Masson.
- Mize, K. D., Shackelford, T. K. & Shackelford, V. A. (2009). Hands-on killing of intimate partners as a function of sex and relationship status/state. *Journal of Family Violence*, 24, 463-470.
- Mize, K. D., Shackelford, T. K., & Weekes-Shackelford, V. A. (2011). Younger women incur excess risk of uxoricide by stabbing and other hands-on killing methods. *Personality and Individual Differences*, 50(7), 1120-1125.
- Moracco, K.E, Runyan, C.W. & Butts, J.D. (1998). Femicide in North Carolina, 1991-1993: A statewide study of patterns and precursors. *Homicide Studies*, 2, 422-446.
- Morais, Carlos. (2005). *Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística*. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança.

- Muszkat, S. (2006). *Violência e masculinidade: Uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO*, 37(1), 7-13.
- Oliveira, M., & Gonçalves, R. (2007). *Homicídio e doença mental*: resumo da tese de mestrado em saúde mental da Universidade de Ciências Médicas, Lisboa. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0352.pdf>.
- Oliveira, Israel Montesuma. (2011). A Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica das Áreas de Pobreza: O Caso da Comunidade Frei Damião. Florianópolis, PPGEU/UFSC.
- Oram, S., Flynn, S., Shaw, J., Appleby, L., & Howard, L. (2013). Mental illness and domestic homicide: a population-based descriptive study. *Psychiatry Service*, 64(10), 1006-11. doi: 10.1176/appi.ps.201200484.
- Pasinato, W. (2011). Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. Campinas: *Caderno Pagu*, (37), 219-246.
- Pereira, A. R., Vieira, D. N., & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: A forensic medical national study. *Journal of forensic and legal medicine*, 20(8), 1099- 1107.
- Planalto Catarinense. Secretaria de desenvolvimento territorial. (2010). Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio071.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio071.pdf)
- Porto, R. M. (2002). Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages- SC. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Santa Catarina].
- Reis, Almir Francisco (2012). Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações. Florianópolis: Ed. Da UFSC.
- Roberts, J.M. (2015). U.S. spousal homicide rates by racial composition of marriage. *Annals of Epidemiology*, 25 (9).
- Roberts, D.W. (2009). Intimate Partner Homicide: Relationships to Alcohol and Firearms. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, (25) (1).
- Rocha, N. L. (2018). “*Felizes para sempre?*” Dimensão Psicossocial do Homicídio Conjugal em Florianópolis. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Santiago, R.A., & Coelho, M.T.A.D. (2010). O crime passional na perspectiva de autores presos: um estudo qualitativo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 15(1), 87-95.

- Sebrae/SC. (2013a). Santa Catarina em números: Macrorregião Grande Florianópolis / Sebrae/SC. \_ Florianópolis: Sebrae/SC, 137p.
- Sebrae/SC. (2013b). Santa Catarina em números: Macrorregião Serra Catarinense / Sebrae/SC. \_ Florianópolis: Sebrae/SC, 139p.
- Senninger, J.L., & Fontaa, V. (1996). *Psychopathologie des malades dangereux*. Paris: Dunod.
- Sharps, P.W, Campbell, J., Campbell, D., Gary, F. & Webster, D. (2001). The role of alcohol use in intimate partner femicide, *American Journal on Addictions*, 10, 122-135.
- Sheehan, B.E., Murphy, S.B., Moynihan, M.M., Dudley-Fennessey, E., & Stapleton, J.G. (2015). Intimate partner homicide: new insights for understanding lethality and risks. *Violence Against Women*, 21 (2). doi:10.1177/1077801214564687
- Soares, G. A. D. (2002). Matar e depois morrer. *Opinião Pública*, Campinas, 8(2), 275-303.
- Sosa, M. G. (2014). *Os crimes passionais, as teses de defesa e as teses de acusação: (des) construindo discursos*. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Consultado em 30 abr. 2017. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5675>.
- Souza, L.P.S., Coelho, D.M.P., Souza, A.G.S., Ruas, R.F.B., Figueiredo,T., Alcântara, D.D.F., & Silva, C.S.O. (2015). “Em briga de marido de mulher, não se mete a colher?” Análise da violência baseado no gênero e o papel do setor saúde. *Revista eletrônica Gestão & Saúde*, 6(1).
- Spriggs Madkour, A., Martin, S. L., Halpern, C. T., & Schoenbach, V. J. (2010). Area Disadvantage and Intimate Partner Homicide: An Ecological Analysis of North Carolina Counties, 2004-2006. *Violence and Victims*, 25 (3).
- Sugai, Maria Inês. (2002). Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Thomas, K., Dichter, M., & Matejkowski, J. (2011). Intimate versus Nonintimate Partner Murder: a comparison of ofender and situational characteristics. *Homicide Studies*, (15)(3).
- Thompson, S. (2014). The spatial distribution and social ecology of public and private homicide types in Toronto. *Homicide Studies*, 19 (2).
- Tridapalli, A. L., Rocha, N. L. da, R., Laura. C., & Martins-Borges, L. (2018). Variáveis e metodologias no estudo do homicídio conjugal. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 186-203.

- Van Horne, S. (2009). Spousal Partner Homicide Across the United States: Community Correlates, the Importance of Place, and Implications for Comparative Studies. *International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*, 4, (7), 75-96.
- Veiga, J. E. da. (2002). Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 304p.
- Verde, Valéria Villa. (2004). Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES.
- Vigdor, E., & Mercy, J. (2006) Do laws restricting access to firearms by domestic violence offenders prevent intimate partner homicide? *Eval. Rev*, 30 (3).
- Villanueva-Salas, Oscar. (2011). Uxoricidio por folie a deux: a propósito de un caso. *Acta Médica Peruana* 28. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96621053009>>
- Waiselfisz, J.J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Flacso. 1ª.Ed.Disponível em:[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)
- Websdale, N., & Johnson, B. (1998). An ethnostatistical comparison of the forms and levels of woman battering in urban and rural areas of kentucky. *Criminal Justice Review*, 23(2), 161-196. doi: 10.1177/073401689802300203
- Websdale, N. (1999). *Understanding domestic homicide*. Boston: Northeastern University.
- Websdale, N. (2010). *Familicidal hearts: the emotional styles of 211 killers*. New York: Oxford University Press.
- Weizmann-Henelius, G., Matti Gronroos, L., Putkonen, H., Eronen, M., Lindberg, N., & Hakkanen-Nyholm, H. (2012). Gender-specific risk factors for intimate partner homicide a Nationwide register-based study. *Journal Interpers Violence*, 27 (8).
- World Health Organization. (2014). *Global status report on violence prevention 2014*.
- Wielecosses, L. A. L. de S. (2016). *Percepções de gênero no meio rural da Coxilha Rica Lages-SC*. [ Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Wilson, M., Daly, M., & Wright, C. (1993). Uxoricide in Canada: demographic risk patterns. *Canadian Journal of Criminology*, 35(3), 263-291.
- Wilson, M., & Daly, M. (1993). Spousal homicide risk and estrangement. *Violence and victims*, 8(1), 3-16.
- Wilson, M., Daly, M., & Daniele, A. (1995). Familicide: The killing of spouse and children. *Aggressive Behavior*, 21(4), 275–291.

- Wintemute, GJ, Frattaroli, S., Wright, M., Claire, B., Vitti, K. & Webster, D. (2015). Firearms and the incidence of arrest among respondents to domestic violence restraining orders. *Injury Epidemiology*, 2(1).
- Wozniak, J., & McCloskey, K. (2010). Facto or fiction? Gender issues related to newspaper of intimate partner homicide. *Violence Against Women*, 16(8).
- Yamamoto, S., & Maeder, M. (2015). A case of culture: defendant gender and juror decision-making. *Journal interpers violence*, (29).
- Zimmerman, D. E. (2009). *Manual de técnica psicanalítica: Uma revisão*. São Paulo: Artmed.
- Zeoli, A. M., Norris, A., & Brenner, H. (2011). Mandatory, preferred, or discretionary: how the classification of domestic violence warrantless arrest laws impacts their estimated effects on intimate partner homicide. *Evaluation Review*, 35(2), 129-152.

## ANEXOS

**ANEXO 1 – NÚMERO DE HOMICÍDIOS PASSIONAIS POR REGIÃO;  
MACRORREGIÕES DE ABRAGÊNCIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA  
PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

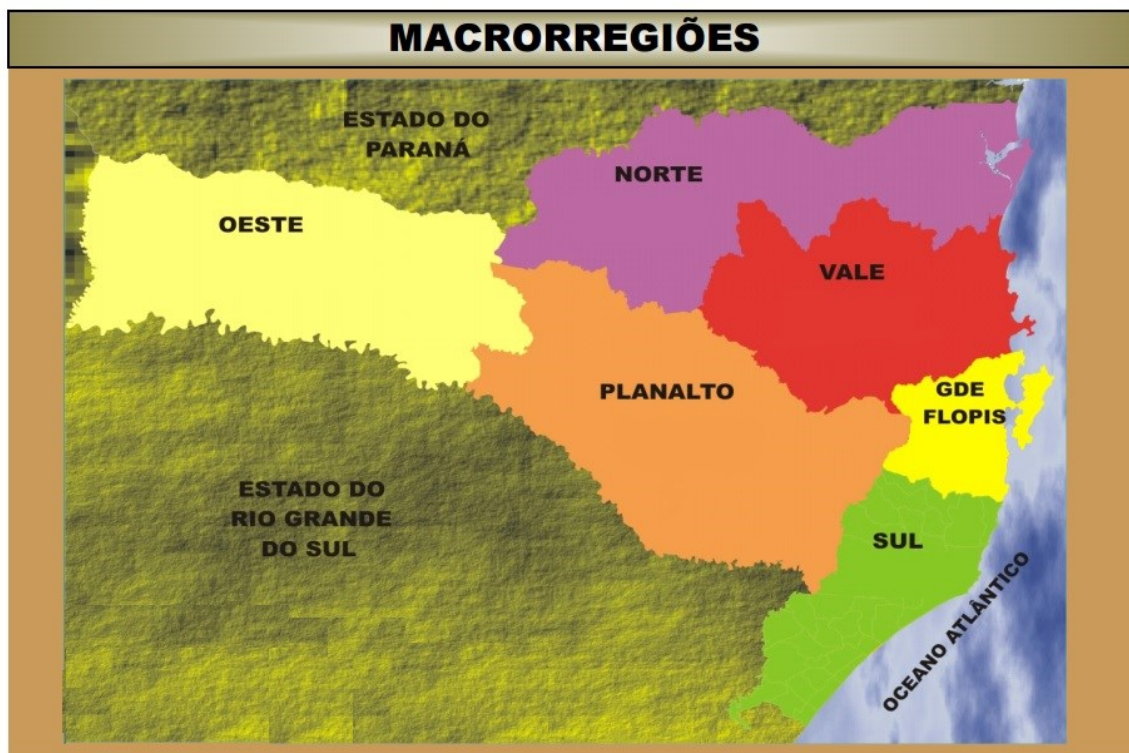


ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA  
NÚCLEO DE GEOPROCESSAMENTO E ESTATÍSTICA

<b>HOMICÍDIOS EM SANTA CATARINA</b>																
<b>PASSIONAL</b>	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM
VALE	06	11	18	08	05	09	05	10	08	12	06	14	04	17	03	08
GRANDE FPOLIS	07	06	07	06	03	09	05	04	01	04	03	00	02	03	01	03
NORTE	13	08	08	09	02	08	05	09	04	06	09	07	07	05	04	02
SUL	04	08	05	04	03	07	01	02	04	06	07	08	02	06	05	01
PLANALTO	04	04	05	05	05	10	02	04	04	03	02	05	02	09	02	02
OESTE	07	12	08	18	07	13	08	09	06	06	02	12	04	13	06	13
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>49</b>	<b>51</b>	<b>50</b>	<b>25</b>	<b>56</b>	<b>26</b>	<b>38</b>	<b>27</b>	<b>36</b>	<b>29</b>	<b>46</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>20</b>	<b>29</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA  
NÚCLEO DE GEOPROCESSAMENTO E ESTATÍSTICA





**ANEXO 2 – INSTRUMENTO DE REGISTRO MULTIDIMENSIONAL DO  
HOMICÍDIO CONJUGAL**

**No DA FICHA DE CASO:**

**I. FONTES DE INFORMAÇÃO:**

**A. De que local(is) foram extraídas informações sobre o homicídio.**

1. Nos laudos periciais anexados ao inquérito policial.
  1. Sim
  2. Não
2. Nos boletins de ocorrência anexados ao inquérito policial.
  1. Sim
  2. Não
3. No inquérito policial.
  1. Sim
  2. Não
4. Extraído do exame de sanidade mental anexado ao processo criminal.
  1. Sim
  2. Não
5. Extraído do laudo de dependência toxicológica anexado ao processo criminal.
  1. Sim
  2. Não
6. Extraído do relatório médico anexado ao processo criminal.
  1. Sim
  2. Não
7. No processo criminal.
  1. Sim
  2. Não

8. Nas reportagens jornalísticas.

1. Sim
2. Não

## II. VARIÁVEIS SOBRE O HOMICÍDIO

### B. Variáveis factuais associadas ao homicídio.

9. Qual é o tipo de homicídio?

1. Conjugal
2. Familiaricídio

10. O homicídio foi seguido do suicídio do indivíduo homicida?

1. Sim
2. Não

11. Código Penal (Artigo e ano):

12. Acusação:

13. Sentença:

14. Onde ocorreu o homicídio?

1. Domicílio do indivíduo homicida.
2. Domicílio da vítima.
3. Domicílio do indivíduo e da vítima.
4. Outro:

15. Em que turno do dia ocorreu o homicídio?

1. Manhã (06:00 - 11:59)
2. Tarde (12:00 – 17:59)
3. Noite (18:00 – 23:59)
4. Madrugada (24:00 – 05:59)

16. Em que horário do dia ocorreu o homicídio?

17. Em qual dia da semana ocorreu o homicídio?

18. Em qual mês ocorreu o homicídio?

19. Quem informou as autoridades sobre a ocorrência do homicídio?

1. O indivíduo homicida.
2. Outro:

20. O indivíduo homicida foi quem denunciou a si mesmo as autoridades?

1. Sim

2. Não

21. Tempo entre a denúncia pelo indivíduo homicida e o homicídio:

22. Data do homicídio:

23. De acordo com as informações contidas nos registros, o indivíduo estava intoxicado no momento do homicídio (álcool, drogas), conforme exame toxicológico?

1. Sim

2. Não

24. De acordo com as informações contidas nos registros, havia indícios do indivíduo homicida estar intoxicado no momento do homicídio (álcool, drogas)?

1. Sim

2. Não

25. Quantas foram as vítimas de homicídio?

26. Além de seu cônjuge, indivíduo homicida:

1. Matou seu(s) filho(s).

2. Matou seu ex-cônjuge.

3. Outro: \_\_\_\_\_

27. De que forma o indivíduo homicida matou as vítimas?

11. Estrangulamento/Sufocação

12. Afogamento

13. Arma de fogo

14. Intoxicação por monóxido de carbono

15. Objeto perfuro-cortante

16. Intoxicação medicamentosa

17. Morte por encomenda.

18. Objeto contundente: \_\_\_\_\_

20. Outro: \_\_\_\_\_

28. Após o ato, o indivíduo homicida:

1. Planejou suicidar-se, sem tentar fazê-lo
2. Tentou suicidar-se
3. Se suicidou.
4. Nenhuma das alternativas precedentes.

29. Indícios de planejamento do suicídio ou da tentativa de suicídio:

---

---

---

30. Se houve suicídio ou tentativa de suicídio após o ato, de que forma isto foi feito?

1. Estrangulamento/Sufocação
2. Afogamento
3. Arma de fogo
4. Intoxicação por monóxido de carbono
5. Objeto cortante ou penetrante
6. Intoxicação medicamentosa ou envenenamento
7. Objeto contundente: \_\_\_\_\_
8. Outro: \_\_\_\_\_

31. Se ele se suicidou ou tentou suicidar-se após o ato, quantas tentativas foram realizadas?

32. No caso de suicídio, este ocorreu em quanto tempo após o homicídio?

1. Até 24 horas
2. Mais de 24 horas até uma semana
3. Mais de uma semana

33. Segundo as informações registradas, o indivíduo homicida tinha acesso a uma arma de fogo antes do homicídio?

1. Sim
2. Não

34. Se sim, onde estava a arma?

35. Segundo as informações registradas, o indivíduo homicida possuía o porte legal de arma de fogo?
1. Sim
  2. Não
36. Nome da vítima **A**:
37. Data de nascimento de **A**:
38. Idade da vítima **A** à época do homicídio:
39. Sexo de **A**:
1. Feminino
  2. Masculino
40. Data do óbito de **A**:
41. Ligação entre o indivíduo homicida e a vítima **A**:
1. Casal (não viviam juntos)
  2. Casal (viviam juntos < 1 ano)
  3. União estável (viviam juntos  $\geq$  1 ano)
  4. Casados
  5. Separados de fato (legalmente)
  6. Separação de corpos
  7. Divorciados
42. Quanto tempo de relação?
43. Se separados, há quanto tempo?

### **III. VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS**

#### **C. Variáveis sócio-demográficas associadas ao indivíduo homicida.**

44. Sexo do indivíduo homicida:
1. Masculino
  2. Feminino
45. Nome e sobrenome do indivíduo homicida:
46. Data de nascimento:
47. Idade do agressor à época do homicídio:

## 48. Cor (ou raça):

1. Amarela
2. Branca
3. Indígena
4. Parda
5. Preta

## 49. Religião:

1. Católico Apostólico Romano
2. Evangélico
3. Espírita
4. Sem religião declarada
5. Outra: \_\_\_\_\_

## 50. Renda familiar:

1. Menos de 1 salário mínimo
2. De 2 a 5
3. De 6 a 10
4. De 11 a 20
5. Acima de 20
6. Sem rendimento
7. Sem declaração

## 51. Grau de instrução do indivíduo homicida:

1. Fundamental incompleto
2. Fundamental completo
3. Médio incompleto
4. Médio completo
5. Superior incompleto
6. Superior completo

## 52. Situação de trabalho mais recente do indivíduo homicida (antes do homicídio):

1. Técnicos e profissionais de nível médio
2. Profissional de nível superior
3. Forças armadas

4. Funcionário público (excluindo docentes)
5. Especialista em atividades intelectuais e científicas
6. Trabalhadores não qualificados
7. Pessoal administrativo
8. Serviços pessoais
10. Serviços de proteção e segurança
11. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
12. Trabalhadores qualificados da indústria, construção
13. Operadores de instalação e máquinas
14. Trabalhadores da montagem
15. Comerciante, empresário
16. Desempregado
17. Outro: \_\_\_\_\_

53. Fonte de renda do indivíduo homicida durante o ano precedente ao homicídio:

1. Emprego
2. Seguro Desemprego
3. Aposentadoria
4. Outros seguros (vida, etc.)
5. Pensão
6. Pensão do(a) cônjuge
7. Renda familiar
8. Outro: \_\_\_\_\_

54. Nacionalidade do indivíduo homicida.

1. Brasileiro
2. Outro: \_\_\_\_\_

55. Naturalidade do indivíduo homicida:

1. Brasileiro
2. Outro: \_\_\_\_\_

56. Se natural brasileiro, região de nascimento do indivíduo homicida:

1. Sul

2. Sudeste
3. Centro Oeste
4. Nordeste
5. Norte

57. Se natural brasileiro, de qual estado:

58. Se natural brasileiro, de qual cidade:

59. Onde o indivíduo homicida vivia na época do ato?

1. Kitnet
2. Apartamento
3. Casa
4. Condomínio Horizontal
5. Outro: \_\_\_\_\_

60. A quem pertencia a residência:

1. Residência alugada
2. Residência própria
3. Residência familiar
4. Cedido
5. Outro: \_\_\_\_\_

61. Número de pessoas residentes:

62. Com quem o indivíduo homicida vivia?

21. Com sua família de origem: pai e/ou mãe e/ou irmão(s), etc.
22. Em residência com cônjuge e filho(s).
23. Com cônjuge.
24. Com cônjuge (diferente daquele que foi morto)
25. Com cônjuge e filho(s) que não são dele, mas do(s) qual(is)

ele é tutor legal.

26. Com cônjuge e filho(s) que não são dele, do(s) qual(is) ele não

é o tutor legal.

27. Com filho(s)
28. Sozinho
30. (21) e (22)
31. (21) e (23)
32. (21) e (24)



- 33. (21) e (25)
- 34. (21) e (26)
- 35. (22) e (25)
- 36. (22) e (26)
- 37. Com um amigo(s)
- 38. Outro: \_\_\_\_\_

#### **IV. VARIÁVEIS SITUACIONAIS E PSICOSSOCIAIS**

##### **D. Violência a partir da idade de 18 anos.**

63. Breve descrição do homicídio:

64. A violência (outras que não: familiar, criminalizada, ocorrida durante a hospitalização ou cuidados em saúde) figura juntamente as informações mencionadas nos registros (em um período em que o indivíduo tinha 18 anos ou mais)?

- 1. Sim
- 2. Não

65. Se sim, qual o número de episódios de violência?

##### **E. Criminalidade**

66. A criminalidade, que não familiar, consta nas informações mencionadas nos registros?

- 1. Sim
- 2. Não

67. Se sim, qual o número de delitos criminais mencionados nos registros?

68. Se sim, qual(is) o(s) tipo(s) de delito(s) registrado(s)?

##### **F. Violência conjugal**

69. A violência conjugal consta nas informações mencionadas nos registros (sem contar o homicídio em questão)?

1. Sim

2. Não

70. Se sim, quem foi o autor da violência conjugal?

1. instigador

2. vítima

3. ambos

71. Se sim, qual o número de episódios de violência conjugal mencionadas nos registros?

72. Qual o número de episódios de violência conjugal oficializados (boletins de ocorrência)?

73. Indícios de violência conjugal (incluindo comportamentos incomuns):

Por parte do agressor:

Por parte da vítima:

Por ambos:

#### **G. Maus-tratos**

74. Consta nos registros informações sobre episódios de maus-tratos infligidos a um dos filhos pelo indivíduo homicida (excluindo o momento do homicídio)?

1. Sim

2. Não

75. Se sim, qual o número de episódios mencionados nos registros?

76. Qual o número de episódios de maus-tratos oficializados (boletins de ocorrência)?

77. Indícios de violência envolvendo um(ns) dos filho(s) (excluindo maus-tratos):

#### **H. Hospitalizações psiquiátricas**

78. Segundo os registros, o indivíduo homicida já esteve internado em um hospital psiquiátrico?

1. Sim

2. Não

79. Se sim, quantas vezes?

**Adicionar as fichas, se aplicável.**

**I. Abuso ou dependência alcoólica**

80. Consta nos registros evidências do consumo abusivo ou dependência de álcool pelo indivíduo homicida?

1. Sim

2. Não

81. Se sim, quais são estas evidências?

82. Consta nos registros tratamento do indivíduo homicida por abuso ou dependência de álcool?

1. Sim

2. Não

83. Se sim, quantas vezes?

**J. Abuso ou dependência de substâncias (excluindo o álcool)**

84. Consta nos registros evidências de abuso ou dependência de substâncias (excluindo o álcool) pelo indivíduo homicida?

1. Sim

2. Não

85. Se sim, quais são estas evidências?

86. Constam nos registros tratamento do indivíduo homicida abuso ou dependência de substâncias (excluindo o álcool)?

1. Sim

2. Não

87. Se sim, quantas vezes?

**K. Consultas com profissionais de saúde (excluindo o ano anterior ao homicídio)**

88. Constam nos registros, que o indivíduo homicida consultou profissional(is) de saúde para obter assistência ao longo de sua vida (excluindo o ano anterior ao homicídio)?

1. Sim
2. Não

89. Se sim, quantas vezes?

90. Se sim, qual o tipo de profissional de saúde?

#### **L. Separação**

91. Constam nos registros separação entre o indivíduo homicida e seu cônjuge ao longo da relação de ambos (incluindo separação de corpos ou divórcio)?

1. Sim
2. Não

92. Se sim, quantas vezes?

93. O indivíduo homicida estava separado da vítima no momento do homicídio?

1. Sim
2. Não

94. Se sim, a vítima foi a última cônjuge do indivíduo homicida?

1. Sim
2. Não

#### **M. Condição médica geral (orgânica ou acidental).**

95. Há menção nos registros do indivíduo sofrer de uma ou mais condições médicas gerais (orgânicas ou acidentais)?

1. Sim
2. Não

96. Por quanto tempo o indivíduo homicida sofreu/sofre desta condição?

97. Se sim, qual esta condição?

**N. Luto (morte de um ente querido)**

98. Consta nos registros se o indivíduo homicida perdeu um ente querido durante o curso de sua vida?

1. Sim
2. Não

99. Se sim, quantos?

100. Consta nos registros se o indivíduo homicida perdeu um ente querido durante os dois anos precedentes ao homicídio?

1. Sim
2. Não

101. Se sim, quem?

**O. Consultas prévias a um profissional de saúde no ano precedente ao homicídio.**

102. Constam nos registros informações de o indivíduo homicida ter procurado algum profissional de saúde em busca de ajuda, no ano precedente ao homicídio?

1. Sim
2. Não

103. Se sim, que tipo de profissional?

**V. VARIÁVEIS INDIVIDUAIS ENTRE 0 E 18 ANOS.****P. Variáveis individuais do indivíduo homicida entre as idades de 0 e 18 anos.**

104. Constam nos registros informações sobre o indivíduo homicida ter sofrido de maus-tratos em sua infância e adolescência?

1. Sim
2. Não

105. Se sim, quais tipos de maus-tratos?

1. Negligência e abandono
2. Abuso físico
3. Abuso psicológico
4. Abuso sexual
5. Síndrome de Munchausen
6. Outro: \_\_\_\_\_

106. Se sim, por parte de quem ocorreu os maus-tratos?

107. Consta nos registros se o indivíduo foi colocado sob os cuidados do Conselho Tutelar durante sua infância?

1. Sim
2. Não

108. Se sim, durante quanto tempo isso ocorreu? (em meses)

### **INDÍCIOS COMPORTAMENTAIS PRECURSORES**

**Q. Indícios comportamentais precursores do homicídio durante o ano precedente ao ato, por parte do indivíduo homicida, de acordo com as informações contidas no processo.**

109. Ameaça(s) de morte ao seu(ua)(s) filho(a)(s):

1. Sim
2. Não

110. Violência física ao seu(ua)(s) filho(a)(s):

1. Sim
2. Não

111. Violência psicológica seu(ua)(s) filho(a)(s):

1. Sim
2. Não

112. Abuso sexual seu(ua)(s) filho(a)(s):

1. Sim
2. Não

113. Fez referência a aborto:
1. Sim
  2. Não
114. O indivíduo homicida fez recomendações para colocar seu(ua)(s) filho(a)(s) em processo de adoção ou sobre o Conselho Tutelar:
1. Sim
  2. Não
115. O indivíduo homicida alegou sentir ansiedade ou auto depreciação quanto a seu papel parental:
1. Sim
  2. Não
116. Ameaça de morte ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
117. Violência física ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
118. Violência moral ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
119. Violência psicológica ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
120. Violência sexual ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
121. Violência patrimonial ao seu(ua) cônjuge:
1. Sim
  2. Não
122. Aquisição de arma de fogo:
1. Sim
  2. Não

123. O indivíduo homicida ameaçou se suicidar:
1. Sim
  2. Não
124. Tentativa(s) de suicídio:
1. Sim
  2. Não
125. Cartas que explicam o gesto homicida e/ou suicida:
1. Sim
  2. Não
126. O indivíduo homicida fugiu de sua casa:
1. Sim
  2. Não
127. O indivíduo homicida fez seguro de vida para seu(ua) cônjuge e para seu(ua)(s) filho(a)(s), no qual ele é o beneficiário:
1. Sim
  2. Não
128. Se sim, data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_
129. O indivíduo homicida sofria de sintomas de depressão:
1. Sim
  2. Não
130. O indivíduo homicida sofria de sintomas psicóticos:
1. Sim
  2. Não
131. O indivíduo homicida conversava sobre os motivos relativos a morte com seus conhecidos, sem ameaças de suicídio e homicídio:
1. Sim
  2. Não
132. Houver indícios de planejamento, por parte do indivíduo homicida, para a sua morte que seriam atípicos ao longo de sua vida (testamento, preparação funerária, etc.)?
1. Sim
  2. Não
133. O indivíduo homicida queixou-se de sofrimento existencial:
1. Sim



2. Não

134. O indivíduo homicida queixou-se de dor(es) física(s):

1. Sim

2. Não

135. O indivíduo homicida não proferiu nenhuma ameaça de suicídio, mas quando questionado sobre este fato, confessou ideias suicidas:

1. Sim

2. Não

136. O indivíduo homicida não proferiu nenhuma ameaça de matar seu(ua)(s) filho(a)(s), mas quando questionado sobre este fato, confessou já ter pensado em matá-lo(a)(s).

1. Sim

2. Não

137. O indivíduo homicida não proferiu nenhuma ameaça de matar seu(ua) cônjuge, mas quando questionado sobre este fato, confessou já ter pensado em matá-lo(a)

1. Sim

2. Não

138. Outro:

---

---

## VI. MOTIVAÇÃO(ÕES)

### R. Motivação do indivíduo para perpetrar o homicídio.

139. Segundo os registros, quais foram as motivações que conduziram o indivíduo a perpetrar o homicídio?

11. Medida de represália contra o(a) cônjuge

12. Por ciúmes em relação ao(s) filho(s)
13. Por compaixão
14. Condição médica
15. Auto defesa
16. Infidelidade do(a) cônjuge
17. Separação de corpos do(a) cônjuge
18. Divórcio do(a) cônjuge
20. Ameaça de separação por parte do(a) cônjuge
21. Sentimento de rejeição por parte do(a) cônjuge
22. Ciúmes do(a) cônjuge
23. Seguros
24. Motivação desconhecida
25. Outra motivação: \_\_\_\_\_

140. Motivação complementar:

141. Motivação complementar 2:

## **VII. FICHA DIAGNÓSTICA**

Se um ou mais profissionais (psiquiatra, psicólogo ou médico) avaliaram o indivíduo antes ou depois do homicídio a fim de diagnosticá-lo de acordo com sua condição mental, quais foram estes diagnósticos?

### **S. Diagnóstico de um profissional depois do homicídio.**

---

---

---

### **T. Diagnóstico de um profissional antes do homicídio.**

---

---

**ANEXO 3 – MODELO FICHA DE REGISTRO****Nº da Ficha :****Nº processo:****Nome do autor:****Natural:****País: Estado:****Cidade:****Data de nascimento:****Idade:****CPF:****RG:****Sexo:****Ocupação:****Estado Civil:****Cor:****Religião:****Filhos:****Grau de instrução:****Vínculo com a vítima:****Endereço:****Nome da vítima:****Natural:****País: Brasil****Estado:****Cidade:****Data de nascimento:****Idade:****CPF:****RG:****Nome do cônjuge:****Sexo:****Ocupação:****Estado civil:**

**Grau de instrução:**

**Cor:**

**Endereço:**

**Data do homicídio:**

**Data do falecimento:**

**Hora do homicídio:**

**Local:**

**Endereço do local do homicídio:**

**Outros casos:**

**Fonte de informação:**

**1. INQUÉRITO POLICIAL**

**Vida pregressa do autor**

**Boletim de Ocorrência**

**Antecedentes Criminais**

**2. PERÍCIA (LAUDO PERICIAL)**

**3. SENTENÇA DE PRONÚNCIA**

**3.1 Defesa**

**3.2 Acusação MP**

**Denúncia**

**4. SESSÃO DO JÚRI**

**5. Sentença Final**